

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

IANE ROCHA PRZEWODOWSKA FERREIRA

**DO LIXO À SOLIDARIEDADE:
avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade**

**NATAL-RN
2007**



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IANE ROCHA PRZEWODOWSKA FERREIRA

**DO LIXO À SOLIDARIEDADE:
Avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Eleonora Bezerra de Melo Tinoco

**Natal – RN
2007**

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

NNBSE-CCHLA

Ferreira, Iane Rocha Przewodowska.

Do lixo à solidariedade : avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade / Iane Rocha Przewodowska Ferreira. - Natal, RN, 2007.
264 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Eleonora Bezerra de Melo Tinoco.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

1. Economia solidária – Dissertação. 2. Mercado de trabalho – Dissertação. 3. Lixo – Coleta seletiva - Dissertação. I. Tinoco, Eleonora Bezerra de Melo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 330.342.146

IANE ROCHA PRZEWODOWSKA FERREIRA

**DO LIXO À SOLIDARIEDADE:
Avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em: ____/____/ 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Eleonora Bezerra de Melo Tinoco
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente

Prof^a Dr^a Maria Lúcia Machado Aranha
Universidade Federal de Sergipe
Membro Titular Externo

Prof^a Dr^a Brasília Carlos Ferreira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro Titular Interno

Prof^o Dr^o José Willington Germano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro suplente

Dedico,

A minha querida mãe, amiga e companheira, que sempre me estimulou e contribuiu na concretização dos meus projetos e sempre me incentivou a lutar por dias melhores, por um mundo melhor, por uma vida mais digna.

A minha doce avó Lourdes, que sempre esteve presente em minha vida, vibrando nos momentos de alegria e me confortando nos momentos de dor.

A minha querida tia Denise, que tem partilhado intensamente todos os meus momentos, e que neste processo em especial, de descobertas e aprendizados, contribuiu de forma diferenciada, em razão da sua vasta e rica vida acadêmica.

Aos catadores que me concederam as entrevistas, tão fundamentais para a realização deste trabalho, que abriram seus corações e contaram suas verdades. É para vocês que eu escrevo, *“é para o João e a Maria, que quase sempre estão em situação crítica! E por isso minhas palavras são quotidianas, como o pão nosso de cada dia, e a minha poesia é natural e simples, como a água bebida na concha da mão”* (Mário Quintana, 1996).

AGRADECIMENTOS

Para realização desse projeto, foi necessário o percurso de um longo, caminho, trilhado e vivenciado por conquistas, alegrias, dificuldades e limites, ora transponíveis, ora intransponíveis. Sendo assim, para sua concretização foi necessário a colaboração de pessoas com quem partilhei esta jornada, buscando alcançar este processo de construção teórico-metodológico o amadurecimento pessoal e profissional. Portanto, não poderia deixar de agradecer a estas pessoas importantes e especiais que, ao seu modo e dentro de suas possibilidades, colaboraram para a construção deste trabalho.

A Deus, Senhor e condutor de todo este processo, sem o qual não teríamos realizado este grande sonho e alcançado esta grande realização profissional e pessoal.

A minha família, que durante todo o processo se solidarizou comigo, deu-me estímulo e colaborou para a construção desta obra, não me deixando fraquejar nos momentos de dificuldade e suprindo, dentro do possível, todas as necessidades.

A minha orientadora, professora Doutora Eleonora, que se disponibilizou a caminhar comigo nesta trajetória de mestrado, pela oportunidade que me concedeu de participar do Projeto de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – UNITRABALHO – ICCO, propiciando-me uma vivência riquíssima e um grande aprendizado, bem como a toda equipe que participou do projeto.

As professoras doutoras Brasília Carlos Ferreira da UFRN, Denise Câmara de Carvalho da UFRN, Lorena Holzmann da UFRGS e Christiane Girard Ferreira Nunes da UNB, que a época do exame de qualificação, formal e informalmente contribuíram de forma singular, atenciosa e crítica para o desenvolvimento do meu trabalho.

A professora Doutora Íris Maria de Oliveira, que muito contribuiu para realização das entrevistas de nossa pesquisa.

A professora Mestre Vanusa Resende pela sua amizade e auxílio durante este processo de construção.

A professora Especialista Liana Maria Nobre Teixeira pelo trabalho de normalização desta dissertação, carinho e amizade.

Aos membros da secretaria e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela agradável e enriquecedora convivência, em especial aos professores doutores Edmilson Lopes Júnior, João Emanuel Evangelista, José Antonio Spinelli Lindoso,

José Willington Germano, Lincoln Moraes de Souza, Norma Missae Takeuti, Orivaldo Pimentel Lopes Júnior e Beatriz Maria Soares Pontes com quem tive a oportunidade de conviver como aluna do programa e como representante do corpo discente.

A Sra. Maria Wagner de Araújo Dantas, economista e consultora da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande de Norte – FUNCERN, cujo apoio foi imprescindível para a realização desta pesquisa, e a qual devo a minha eterna gratidão.

Ao Senhor Sérgio Pinheiro, ex-presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal – URBANA e membro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SERHID, por ter concedido-me entrevista e disponibilizado informações que muito contribuíram para a pesquisa.

A ao Senhor Josenildo Barbosa de Lira, presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal – URBANA, por ter concedido-me entrevista e disponibilizado material com informações referente a coleta seletiva, bem como aos demais funcionários do órgão que nos receberam e contribuíram com informações e documentos necessários para realização da pesquisa.


A equipe de Economia Solidária da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, que sempre me acolheu bem e contribuiu diretamente para realização da pesquisa.

As associações de catadores, que me receberam com respeito e aos catadores que concederam as entrevistas que foram fundamentais para a realização do trabalho.

A Dra. Nara Maria Dantas, por todo o suporte ao longo da realização deste projeto, e cuja contribuição foi essencial para que superássemos nossas limitações e déssemos continuidade aos trabalhos.

Aos amigos Beatriz Azevedo, Ednardo Gonçalves, Christiane Lima, Célia Stocco, Sandra Torres, Shirley Brito e Thiago Spinelli, que a seus modos e à suas maneiras, me incentivaram e contribuíram de forma muito positiva para a realização deste projeto.

Enfim, a todos que, de alguma forma contribuíram com este processo de amadurecimento e fechamento de uma etapa importante da minha vida profissional e pessoal, meus sinceros agradecimentos. E a luta segue em frente, rumo ao aprofundamento e à continuidade dos estudos.



“O nosso tempo é um tempo paradoxal. É, por um lado, um tempo de grandes avanços e de transformações dramáticas, dramaticamente designadas por revolução da informação e da comunicação, revolução eletrônica, revolução da genética e da biotecnologia. Mas é, por outro lado, um tempo de inquietantes regressões, do regresso de males sociais que pareciam superados ou em vias de o ser: o regresso da escravatura e do trabalho servil; o regresso da alta vulnerabilidade a doenças antigas que pareciam erradicadas, pelo menos nos países mais desenvolvidos, como a tuberculose, e a doenças novas de proporções pandêmicas, como o HIV/Aids; o regresso das repugnantes desigualdades sociais que deram o nome à questão social no final do século XIX; enfim, o regresso do espectro da guerra, talvez agora mais mundial que nunca e com uma temperatura (quente? fria?), por agora ainda indefinível.

O paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje [...]” (SANTOS, 2002, p. 13).

FERREIRA, Iane Rocha Przewodowska. **Do lixo à solidariedade**: avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade. 2007. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinoco.

RESUMO

O Estudo dissertativo sobre economia solidária tem como objeto, a análise das quatro associações que fazem a coleta seletiva no município de Natal. Objetiva verificar a consolidação dessas associações enquanto empreendimentos econômicos solidários, constatar quais foram seus avanços nesta perspectiva, bem como a inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista de cidadania dos mesmos. As quatro associações foram fundadas e são compostas na sua maioria por catadores egressos do lixão de Cidade Nova, que em razão do seu fechamento, em agosto de 2004, optaram por trabalhar de forma coletiva, por meio de associações. Quanto aos procedimentos teórico-metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida com base numa perspectiva crítica, sob uma abordagem qualitativa, sem rechaçar, entretanto, o quantitativo. Utiliza como categorias centrais de análise: associativismo, trabalho, exclusão social e cidadania. A pesquisa foi operacionalizada a partir de três momentos que se articularam tendo em vista a apreensão do objeto, ou seja, o seu desvelamento. Para exposição dos resultados da investigação, foi subdividida em quatro (04) capítulos. O primeiro capítulo aborda os principais aspectos da crise do capital e suas repercussões no mundo do trabalho, enfocando a questão do desemprego estrutural gerado pelo modelo econômico vigente, as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, assim como índices de desemprego do mercado de trabalho da região metropolitana do município de Natal. O segundo capítulo trata da origem, conceito e revivência no Brasil da tradição do pensamento e organização econômica cooperativa, que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista e vem sendo estudado na América Latina sob a denominação de economia solidária. O terceiro capítulo trata da contextualização das associações e seus catadores, seu histórico, o surgimento e formação de cada uma das associações. O quarto capítulo, apresenta as dimensões relativas as categorias de análise, com base nos depoimentos dos atores institucionais bem como a partir da percepção dos catadores de recicláveis, do como eles se posicionam diante do seu dia a dia, trazendo a tona as contradições da realidade pesquisada. As considerações finais, sintetiza as principais tendências e particularidades das associações pesquisadas à luz da economia solidária, bem como situa as perspectivas reais de inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista de cidadania dos mesmos.

Palavras-chave: Economia solidária. Mercado de Trabalho. Lixo – Coleta seletiva.

FERREIRA, Iane Rocha Przewodowska. **Do lixo à solidariedade**: avanços e perspectivas na busca de uma nova realidade. 2007. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Orientadora: Profa. Dra. Eleonora Bezerra de Melo Tinoco.

ABSTRACT

The dissertating study about the solidarity economy has the objective to analyze the four unions responsible for the selective municipal garbage collection in Natal. It aims at verifying the consolidation of these unions as solidarity economic undertakings, revealing which progresses they have made, as well as the social and economic insertion of the garbage collectors and their process of conquering citizenship. The referred four unions had been founded and are constituted, in their majority, by collectors coming from the *Cidade Nova lixão* (big garbage). As it was closed in August 2004, they decided to make a union in order to collecting garbage. As what concerns the methodic and theoretic proceedings, our research has been developed with a critical perspective and a qualitative approach without discarding and quantitative one. The central analytical categories of this paper are: association, work, social exclusion and citizenship. Our research has had three articulated axis which aim was to apprehend the subject, disclosing it. The exposition of the investigative results is subdivided in four chapters. The first one approaches the main aspects of the crisis of the capital and its reflexes in the world of work. Here we deal with the question the structural unemployment coming as a result of the present economic model, the mains changes verified in the Brazilian work market, as well as levels of unemployment affecting the work market in Natal's metropolitan region. The second chapter treats of the origin, concept and revival in Brazil concerning the tradition of thought and cooperative economic organization, which has recovered the central elements of the associative thought and is nowadays studied in Latin America under the name of solidarity economy. The third chapter deals with embodiment of the collectors' unions, its history, appearing and development of each union. The fourth chapter presents the relative dimensions of the analysis categories supported in the reports of institutional actors as well as the perception collectors have about the recyclable stuffs, the way they face the daily life and so on, what brings about the contradictions present in their reality. The final comments sum up the main trends and particularities of the unions researched under the light of the solidarity economy and disclose the real perspectives of social and economic insertion of these collectors and the process they follow to conquest social recognition.

Keywords: Solidarity economy. Work market. Garbage – Selective collection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

1 – Mapa da Região Metropolitana de Natal.....	92
2 – Vista geral do Lixão de Cidade Nova	92
3 – Núcleo Social de Cidade Nova	96
4 – Complexo de Cultura e Arte.....	96
5 – Reunião do Comitê Gestor	109
6 – Dia Mundial da Limpeza das Praias.....	111
7 – Feira de Ciência e Tecnologia da UFRN – 2004 Carnatal 2004	111
8 – Os catadores da ASTRAS no Carnatal 2004	111
9 – Secretária da ASTRA com o economista Paul Singer no 1º Encontro Nacional de Economia Solidária.....	111
10 – Catadores alunos da EJA	112
11 – Núcleo de hortas comunitárias.....	113
12 – Núcleo de fabricação de vassouras	115
13 – Catadores da ASCAMAR no primeiro dia de Coleta Seletiva porta a porta no Conjunto Cidade Satélite	118
14 – Fotos do Galpão e da Usina de Triagem da ASCAMAR.....	139
15 – Fotos do Galpão da ASTRAS	141
16 – Fotos do Galpão da ABRESOL e da ASCAMAR localizado na Av. 6.....	146
17 – Fotos do Galpão da ACSRN	149

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao sexo	99
Gráfico 2 – Catadores cadastrados no lixão quanto a opção religiosa.....	100
Gráfico 3 – Catadores cadastrados no lixão quanto a faixa etária dos Filhos	100
Gráfico 4 – Catadores cadastrados no lixão quanto a procedência	101
Gráfico 5 – Catadores cadastrados no lixão quanto a moradia	102

Gráfico 6 – Catadores cadastrados no lixão quanto a documentação que possuía.....	103
Gráfico 7 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao grau de instrução.....	104
Gráfico 8 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao estado de saúde	105
Gráfico 9 – Catadores cadastrados no lixão quanto aos portadores de necessidades Especiais.....	106
Gráfico 10 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao acesso aos serviços de saúde	107
Gráfico 11 – Catadores cadastrados no lixão quanto aos benefícios que recebiam	107
Gráfico 12 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao rendimento mensal.....	108

ORGANOGRAMAS

1 – Estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro da Economia Solidária.....	66
2 – Mapa da economia popular e solidária no Brasil.....	75

QUADRO

1 – Critérios definidores de empreendimentos de economia solidária	76
--	----

LISTA DE SIGLAS

- ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
- ABRESOL – Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte
- ACRRN – Associação de Catadores de Recicláveis do Rio Grande do Norte
- ACSPP – Associação de Coleta Seletiva Porta A Porta do RN
- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de participação Acionária
- ASCAMAR – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis
- ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
- ASTRAS – Associação dos Agentes Trabalhadores em Compostagem e Reciclagem do Aterro Sanitário
- ATIVA – Associação de Atividades de Valorização Social
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEFET/RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
- CEMPRE – Comissão Empresarial para Reciclagem
- CGTB – Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- COEPE – Comitê de Entidades Públicas da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria
- CNBB – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos
- DRT – Delegacia Regional do Trabalho
- EAF – Entidades de apoio e fomento
- ECA – Estatuto da Criança e Adolescente
- EES – Empreendimentos econômicos solidários
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FENAPE – Federação Nacional de Apoio. aos Pequenos Empreendimentos

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FSM – Fórum Social Mundial

FUNCERN – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande de Norte

GARRAFAS PET – garrafas de Politereftalato de etila

GTB – Grupo de Trabalho Brasileiro

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO – Organização intereclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento sediada em Utrecht

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

LETS – local exchange trade system

MCC – Complexo Cooperativo de Mondragón

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MST – Movimento Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCB – Organização das cooperativas brasileiras

OCERN – Organização das Cooperativas do Rio Grande do Norte –

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PACS – Projetos Alternativos Comunitários

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PEV – Postos de Entrega Voluntária

PICS – Programa interno de coleta seletiva

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONIC – Programa Nacional de Incubadoras
RBS – Rede Brasileira de Economia Solidária
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio à Pequena Empresa
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social -
SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (Natal)
SER – Secretaria Executiva Regional
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SISTEMA ECOSOL – Sistema Nacional de Crédito Solidário
SILUBESA – Simpósio Luso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental
SPE – Sistema Público de Emprego
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNICAFES – União de Cooperativas de Agricultura familiar e Economia Solidária
UNICEF – Fundos das Nações Unidas para Infância
UNP – Universidade Potiguar
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URBANA – Companhia de Serviços Urbanos de Natal
ZPA – Zona de proteção ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 ASPECTOS DA CRISE DO CAPITAL E SUAS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO	30
1.1 As Transformações no Mundo do Trabalho no Pós-1970	30
1.2 Do Enfraquecimento do Estado Nação e Suas Principais Conseqüências ...	36
1.3 Aspectos do Reflexo da Crise no Brasil e no seu Mercado de Trabalho	39
1.3.1 Do Mercado de Trabalho	40
1.4 Alguns Dados do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Natal	45
1.5 Da Perspectiva da Economia Solidária como Resposta à Crise do Trabalho	46
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA RESPOSTA À CRISE	48
2.1 Do Conceito	48
2.2 Do Surgimento e Revivescência da Economia Solidária: um Breve Panorama	56
2.2.1 Do Revivescimento	58
2.2.2 Da Emergência de uma Economia Popular e Solidária no Brasil	61
2.3 Do Movimento de Economia Solidária no Brasil	63
2.3.1 Do Fórum Brasileiro da Economia Solidária	65
2.3.2 Da SENAES	66
2.3.2.1 Da Formação em Economia Solidária	67
2.3.2.2 Do Mapeamento de Economia Solidária	68
2.3.2.3 Outras Atividades da SENAES	69
2.4 A Economia Popular e Solidária no Brasil: um Panorama Aproximativo	71
2.4.1 Do Cooperativismo Popular: de Produção e de Prestação de Serviços e Outros	72
2.4.2 Do Associativismo	73
2.4.3 Panorama Aproximativo do Universo da Economia Popular e Solidária no Brasil	74

2.4.3.1 Dos Empreendimentos Econômicos Solidários	75
2.4.3.2 Das Entidades de Apoio e Fomento	82
2.4.3.3 Uma Nova Proposta de Auto-Organização Política	84
2.4.3.4 Dos Espaços Públicos.....	86
2.4.3.5 A Caminho da Construção e Consolidação de Políticas Públicas em Economia Popular e Solidária.....	88
3 DO LIXÃO AS ASSOCIAÇÕES: A TRAJETÓRIA DOS CATADORES.....	91
3.1 Contextualização do Lixão de Cidade Nova: Aspectos Históricos e Caracterização	91
3.2 Das Intervenções Sociais no Lixão de Cidade Nova.....	95
3.3 Início do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões.....	98
3.4 Da Caracterização dos 547 Catadores.....	99
3.5 O Decreto n. 7.352, de 06/02/2004 Cria, o Comitê Gestor	108
3.6 Inicia-se a Coleta Seletiva no Município de Natal	115
3.7 Da Requalificação dos Ex-Catadores do Aterro de Lixo de Cidade Nova e da Construção de Novos Galpões para Beneficiamento da Coleta Seletiva de Natal	120
3.8 Das Associações e do Perfil dos seus Catadores.....	121
4 AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA SUA COTIDIANIDADE	126
4.1 Constituição e Perfil das Associações de Catadores na sua Cotidianidade: as Transformações e a Mão Invisível que Direciona e Conduz o Trabalho dessas Associações	126
4.1.1 As Associações no Final de 2006, Suas Característica e Modo de Funcionamento	137
4.2 Da Atual Gestão da Urbana e das Transformações na Coleta Seletiva e na Condução do Projeto de Inserção Social dos Catadores	149
4.2.1 Da Coleta Seletiva.....	150
4.3 A Percepção dos Catadores Face ao seu Cotidiano.....	158
4.3.1 Associativismo	158
4.3.2 Trabalho e Exclusão Social	171
4.3.3 Conquista de Direitos: a Busca da Cidadania.....	176

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO PROCESSO.....	182
REFERÊNCIAS.....	186
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos catadores	191
APÊNDICE B – Questionário aplicado às instituições	211
ANEXO A – Carta de Princípios e plataforma.....	216
ANEXO B – Lei n. 8.798 de 22 de fevereiro de 2006	233
ANEXO C – ASCAMAR – Certidão de registro e o Estatuto	241
ANEXO D – ASTRAS – Certidão de registro.....	252
ANEXO E – ABRESOL – Certidão de registro e o Estatuto	254
ANEXO F – ACSRN – Certidão de registro	263

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a análise, na perspectiva da economia solidária, das quatro associações que fazem a coleta seletiva no município de Natal. As quatro associações foram fundadas e são compostas, na sua maioria, por catadores egressos do lixão de Cidade Nova, que em razão do seu fechamento, em agosto de 2004, optaram por trabalhar de forma coletiva, por meio de associações, na coleta seletiva do município. Sendo assim, esses catadores fundaram a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (ASCAMAR); a Associação dos Agentes de Compostagem e Reciclagem do Aterro Sanitário (ASTRAS); a Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte (ABRESOL) e a Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN (ACSRN).

Nosso objetivo, ao realizar esta investigação, foi verificar a consolidação dessas associações enquanto empreendimentos econômicos solidários, constatar quais foram seus avanços nesta perspectiva, bem como verificar a inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista de cidadania dos mesmos.

De acordo com Mota (2005, p. 5), os catadores são

conhecidos no país afora como garrafeiros, carrinheiros, catadores de papel ou catadores de lixo, estes trabalhadores já avançaram em busca da construção de uma identidade profissional e estão se organizando para conquistar o reconhecimento e a profissionalização da categoria, que agora faz parte do Código Brasileiro de Ocupações como catador ou catadora de materiais recicláveis.

No entanto, em que pese os catadores desenvolverem uma atividade que a um só tempo gera emprego e renda, oferece serviços, reduz os gastos públicos empregados na coleta de lixo, o seu trabalho normalmente não recebe reconhecimento tanto do poder público quanto da sociedade em geral, não sendo uma atividade reconhecida pela maioria das pessoas como importante e necessária para um desenvolvimento sustentável. Ao contrário, em várias cidades brasileiras os catadores enfrentam permanentes dificuldades, sofrem preconceitos e lhes são ofertados poucos incentivos e oportunidades para capacitação e, conseqüentemente, para profissionalização da sua atividade (MOTA, 2005).

Nosso interesse pelo tema surgiu no primeiro semestre do curso de Mestrado, em 2005, quando iniciamos nossas atividades junto a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), na qualidade de bolsista do Programa de

Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável patrocinado pela Organização intereclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento sediada em Utrecht (ICCO) 2003-2006, quando então, juntamente com os demais membros da equipe, contribuimos para o processo de incubação e legalização da ABRESOL. Por um período de quatro meses, capacitamos os membros dessa associação em Economia Solidária e realizamos sua legalização por meio do seu registro em cartório. O processo de legalização demandou reuniões com os catadores, tendo em vista a elaboração do estatuto da associação. Durante todo o processo, tivemos também a oportunidade de conviver com catadores de outras associações, e até mesmo com catadores que trabalhavam por conta própria.

O Núcleo da UNITRABALHO em funcionamento junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao qual estivemos vinculadas na qualidade de bolsistas durante todo o ano de 2005, vem desenvolvendo atividades na área de Economia Solidária desde 2002. Sua primeira atividade, neste âmbito, foi o levantamento dos empreendimentos coletivos situados em Natal/RN. Este trabalho, como Atividade de Extensão do Núcleo, serviu de base para implantação do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – ICCO 2003-2006, que desde 2004 vem contribuindo para a organização de empreendimentos solidários em todo o Rio Grande do Norte.

Em 2005, além das atividades de acompanhamento aos empreendimentos constituídos, o Núcleo participou do Mapeamento da Economia Solidária no Estado, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), tendo sob sua responsabilidade a Coordenação Regional da Região do Seridó Norte-rio-grandense, além da participação ativa no Fórum Potiguar de Economia Solidária, como uma das entidades que compõem a sua Secretaria Executiva.

Dessa forma, na perspectiva da economia solidária, buscamos verificar como são as práticas destas iniciativas coletivas, verificando até onde houve avanços dentro desta proposta, que se desenvolve em resposta à crise do capitalismo e que se propõe a eliminar a separação entre capital e trabalho, e, segundo Singer (2001, p. 12), “na medida em que se expande e robustece, demonstra que a democracia na produção e distribuição não é utopia e nem se opõe ao desenvolvimento das forças produtivas”. Para o mesmo autor, a economia solidária “constitui, ao lado da democracia participativa, no plano da política e no da economia, uma cabeça de ponte dum modo de produção que a) está por vir b) se destina a colocar o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do trabalhador” (p. 12).

Quanto aos procedimentos teóricos metodológicos, a nossa pesquisa foi desenvolvida com base numa perspectiva crítica, sob uma abordagem qualitativa, sem

rechaçar, entretanto, o quantitativo, no sentido de fornecer dados que contribuam para a contextualização e a caracterização da problemática do objeto de estudo. Para esta pesquisa tomamos como categorias centrais de análise: associativismo, trabalho, exclusão social e cidadania. Para dar sustentação a nossa pesquisa, buscamos aprofundar as categorias já mencionadas, sobre as quais teceremos considerações a seguir.

No que se refere ao associativismo, tanto o pensamento associativista e a prática cooperativista, desde as suas origens, no século XIX, vêm se desenvolvendo como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Santos destaca que “a busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias econômicas baseadas nas associações entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova” (SANTOS, 2002, p. 32-33).

Os elementos centrais do pensamento associativista têm se recuperado nos últimos anos, haja vista que a teoria e as práticas cooperativistas têm suscitado um renovado interesse por parte de acadêmicos, ativistas e governos progressistas, que vêem nela uma resposta à crise do capitalismo.

De acordo com Singer e Souza (2000 apud SANTOS, 2002, p. 35):

Na América Latina o interesse renovado pelas cooperativas foi expresso nas propostas de reativação da chamada ‘economia solidária’, ou seja, o setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades.

Nesse sentido, em nossa pesquisa, para o fim de conceituar nossa categoria analítica, trabalhamos com o conceito de economia popular e solidária que nos é dado por França Filho; Laville (2004), ao qual nos aprofundamos no segundo capítulo desta pesquisa.

No que se refere à categoria analítica trabalho, o entendemos como

um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1980, p. 202).

Pensar o trabalho na sociedade capitalista remete a tomar como parâmetro à análise marxiana que indica uma dupla e indissociável característica que a particulariza: a mercadoria enquanto caráter predominante e determinante da produção e a mais valia como finalidade desta.

Nesta sociedade, o trabalhador transmuta-se em mercadoria: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho como mercadoria. Portanto, a existência do trabalhador livre – a

separação do indivíduo dos meios de produção de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção torna o indivíduo que trabalha um pobre em potencial, repleto de necessidades, excluído de toda riqueza objetiva, dotado tão somente de sua capacidade de trabalho, e como tal, constitui-se em mera potência que apenas se materializa e encontra lugar no mercado de trabalho, ou seja, quando demandada pelos empresários capitalistas, mesmo assim, mantém-se alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência. O trabalho se converte em um processo em que o desenvolvimento das forças produtivas implica simultânea e contraditoriamente na produção da riqueza da classe dominante e na miséria dos trabalhadores.

No tocante a mais valia, esta é apreendida como o “conjunto dos meios de produção convertido em capital, isto é, monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e as condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente à força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital” (MARX, 1985, p. 754). Neste contexto, predomina o descompasso entre a expansão do capital e a utilização da força de trabalho, traduzindo-se na expulsão de significativos contingentes de trabalhadores.

No primeiro capítulo deste trabalho, nos aprofundamos sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho na conjuntura mundial pós-1970, conduzida pelo projeto neoliberal, assim como abordamos alguns de seus reflexos no mercado de trabalho brasileiro.

Ao abordar a categoria referente à exclusão social, consideramos necessário fazer uma reflexão sobre o entendimento do conceito, de como é considerado a partir da percepção de distintos estudiosos.

A exclusão social como expressão da questão social atualmente (na perspectiva neoliberal), coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Caracteriza-se, nos países desenvolvidos, pelo fim dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal. Nesse cenário, a temática da "exclusão social" está presente, tornando-se obrigatória nos debates sobre a sociedade contemporânea nas agendas internacionais.

Conforme nos coloca Gilberto Dupas, em seu artigo *A lógica da economia global e a exclusão social*:

Por uma série de razões, começa a se generalizar – tanto nos países centrais como nos menos desenvolvidos – a sensação de que a exclusão social estaria aumentando. No entanto, apesar de seu uso altamente disseminado e de sua influência no discurso político, o termo exclusão social ainda não foi

devidamente definido.

A partir da década de 80 observou-se a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, que se convencionou chamar de globalização. Algumas das características distintivas desse processo foram a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional – viabilizado pelo movimento de queda generalizada de barreiras protecionistas e pela crescente presença de empresas transnacionais (DUPAS, 1998, p. 121).

Na França, a noção de exclusão passou a chamar atenção com a redescoberta da pobreza. No período de 1965 a 1970, em que pese haver um amplo progresso social, haviam também bolsões de pobreza: a sociedade da opulência havia deixado uma pequena parte abandonada (MESSU apud LESBAUPIN, 2000). Nessa fase, a exclusão se refere a uma população mantida à margem do progresso econômico e da partilha de benefícios, cuja sobrevivência é algo desonroso e invisível (PAUGAM apud LESBAUPIN, 2000).

Ocorre que se pensava tratar-se de uma situação passageira e que seria eventualmente superada. A crise do petróleo (1973) e seus efeitos agravou mais ainda o problema da inadaptação social, que foi logo cedendo lugar para o crescente problema do desemprego. O mercado de trabalho começou a enfrentar uma série de situações instáveis e como consequência gerou-se a precariedade das condições de vida de muitos trabalhadores. Nos anos 80 se começa a falar da “nova pobreza”, composta não mais por grupos marginais inadaptados ao progresso, mas sim por camadas da população perfeitamente integradas, vítimas da crise econômica e de emprego (LESBAUPIN, 2000).

Para Lesbaupin, ao citar o prefácio escrito por Julien Freund, no livro de Martine Xiberras, *As teorias da exclusão*, o autor deixa evidenciado que o conceito de exclusão social não é isento de polêmicas, de acordo com a aludida citação:

No final do percurso, a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados, nos nossos dias, pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contra-sentidos (FREUND apud LESBAUPIN, 2000, p. 30).

Neste mesmo sentido, o referido autor aponta as observações de Paugam, no que se refere ao fato da comunidade científica estar sendo coerente ao levantar o caráter equívoco desta noção tão difusa, e que em razão deste fato acabam por perder qualquer significado, frisando desta forma as incoerências da discussão que ela suscita. Por outro lado, pondera o autor, em que pese os riscos, os pesquisadores em ciências sociais não podem ficar alheios a este debate em decorrência das sérias mutações que ele exprime (PAUGAM 1996 apud

LESBAUPIN, 2000).

A discussão acadêmica contemporânea acerca da exclusão social, especialmente aquelas que buscam desvelar seu conceito, sua caracterização, sua nova face, e claro, situá-la dentro desta conjuntura política neoliberal, têm necessariamente que partir da seguinte questão, na visão de Escorel (1997 apud LESBAUPIN, 2000, p. 30) “Há um novo fenômeno no cenário da pobreza urbana e das desigualdades sociais que pediria um novo conceito, uma nova categoria para poder ser compreendido e conceituado? E, em caso positivo, em que medida o conceito de exclusão social dá conta desse recado?”.

Considerando esta colocação, na visão de Martins (1997, p. 28):

[...] a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito, todos chamávamos de pobreza. De um lado, estamos em face do aparecimento de uma nova consciência do que está acontecendo na sociedade moderna. E, por outro lado, a palavra nos revela coisas que já estavam lá e não éramos capazes de perceber, coisas que agora somos capazes de perceber.

Dando continuidade a nossa reflexão, é válido rever a teoria de Marx, através da colocação de Lesbaupin (2000), no que se refere ao conceito de "exército industrial de reserva":

Marx o elabora em sua análise do processo de acumulação do capital. Ele observa que o capital total cresce sempre e que a força de trabalho absorvida por ele também cresce, mas em proporção constantemente decrescente. Sobra, portanto, sempre uma parte da população operária desempregada. Esta superpopulação relativa constitui um contingente disponível para os momentos de expansão do capital. Nas fases de prosperidade média ou de recessão, o exército industrial de reserva exerce pressão sobre o exército operário em atividade, refreando as suas exigências. É, pois, um elemento importante para manter os salários controlados. Esta dupla função atende aos interesses da acumulação. Marx também inclui entre ‘os últimos despojos’ desta superpopulação os que se refugiam na órbita do pauperismo. Esta massa cresce nas épocas de crise: há aí órfãos, viúvas, idosos, deficientes, inaptos ao trabalho, mas também pessoas capacitadas para o trabalho e que ficaram de fora: ‘o pauperismo é o asilo de inválidos do exército operário em atividade e o peso morto do exército industrial de reserva’ (MARX, 1946 apud LESBAUPIN, 2000, p. 32).

Não se pode negar que é galopante a precarização que vem atingindo os trabalhadores, o acirramento das desigualdades sociais, conseqüência do desemprego estrutural, imposto pelas políticas neoliberais que norteiam o capitalismo contemporâneo, podendo se prever, desta forma, que se nada for feito haverá o aumento das reações sociais, das convulsões sociais, da intolerância, da admissão dos extermínios e da inanição

simplesmente (DUPAS, 1999).

De acordo ainda com o mesmo autor, mesmo aqueles que têm uma visão positiva do capitalismo contemporâneo, se deparam com um aumento contínuo das taxas de desemprego na maioria dos países. Formas diversificadas de emprego estão se desenvolvendo, substituindo as relações “tradicionais” entre capital e trabalho, gerando assim o crescimento do setor informal, bem como a forte flexibilização do emprego, tendo como consequência apenas uma estabilização parcial da oferta total de trabalho. Em razão deste fato, e da grande massa de trabalhadores que é expulsa deste mercado formal, o Estado é chamado, especialmente nos países que possuem uma estrutura de *welfare state*, a garantir a sobrevivência destes cidadãos.

Diante do projeto neoliberal que está posto, é muito complexo e difícil determinar a nova lógica das cadeias globais e como elas afetam a qualidade e a quantidade da oferta global de empregos. Por outro lado, e conforme foi dito anteriormente, há evidências, ou como expôs Dupas, “tendências empíricas” que parecem claramente evidenciadas, dentre elas: a de redução da geração de empregos qualificados e formais por investimento direto adicional; a contínua flexibilização da mão-de-obra em todos os níveis, no sentido de transformá-la, sempre que possível, em componente cada vez mais variável do custo final dos produtos globais; “e, finalmente, a de clara inter-relação entre agentes econômicos formais e informais, na medida em que se caminha para a base das cadeias produtivas, o que permite abrigar na lógica das cadeias crescentes espaços para utilização de trabalho informal e de baixos salários” (DUPAS, 1999, p. 102).

Diante desta realidade que está posta, nos países que seguem o modelo econômico neoliberal, na visão de José de Souza Martins, não há o que se falar em exclusão, mas sim na proposital inclusão precária, instável e marginal, onde nas palavras deste autor (1997, p. 20):

Não são, propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam [...].

Ainda dentro da visão de Martins (1997, p. 14) acerca da exclusão, o mesmo afirma rigorosamente que não há exclusão, e sim que:

[...] existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos

sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negassem. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, ‘dentro’ da realidade que produziu os problemas que as causam.

No que se refere a questão da exclusão social, Robert Castel ao abordar o tema “exclusão”, tanto no seu livro *As armadilhas da exclusão* (1995) como na palestra que ministrou no Seminário Internacional que foi realizado na PUC-SP, cuja temática foi “A Questão Social no Contexto da Globalização”, realizado (em função das comemorações do cinquentenário da referida Universidade) no ano de 1996, o autor nos incita a refletir sobre o conceito de exclusão. Começa suas reflexões questionando essa noção tão presente nos discursos da mídia, nos programas governamentais, e nos meios acadêmicos. Além de questionar o conceito de exclusão, tanto em razão da multiplicidade de usos que o conceito permite, quanto pelo risco que é a autonomização de eventos e situações que só têm sentido quando colocadas dentro de um processo (BÓGUS; YAZBEK; BELFIORE-WANDERLEY, 2004).

Lesbaupin sintetiza de forma objetiva e clara a linha aberta por Castel no que se refere à exclusão social:

Segundo Robert Castel, o que está ocorrendo hoje é efetivamente o surgimento de uma ‘nova questão social’ que tem a mesma amplitude que o pauperismo na primeira metade do século XIX. Ao se impor uma forma incondicional, as leis do mercado ao conjunto da sociedade, dá-se um processo de destruição da forma específica de regulação social, mediada pelo Estado, que se instituiu de um século para cá (Castel, 1995). Pára hoje em dia uma ameaça que coloca em primeiro plano as temáticas da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, da rejeição, da desfiliação. Embora o termo mais utilizado seja o de exclusão, Castel prefere ‘desfiliação’, porque ‘exclusão’ designa um Estado ou estados de privação, uma situação imóvel. E a constatação das carências não permite perceber os processos que geram estas situações. Já desfiliação designa uma trajetória e o processo que está engendrado. Por outro lado, exclusão tende a identificar o fenômeno como ocorrendo nas margens da sociedade. Em sua opinião se o fenômeno se torna visível nas margens da sociedade, ele atinge no entanto o cerne da mesma: ele coloca em questão o estatuto do salariado, e o salariado é o que estrutura a nossa formação social (CASTEL, 1995 apud LESBAUPIN, 2000, p. 33-34).

No entanto, na nossa reflexão quanto ao entendimento de questão social, acompanhamos Martins (1997) quando mostra que não há uma nova questão social, mas novas expressões decorrentes das desigualdades sociais, quando entendemos que não há uma exclusão, mas sim uma inclusão precarizada em função das transformações que estão

ocorrendo no processo produtivo e que são pautadas em políticas neoliberais. As medidas de desregulamentação do mercado financeiro e do mercado de trabalho, as políticas de abertura econômica, a flexibilização do trabalho praticada pelas empresas e introduzida na legislação trabalhista geram a progressiva diminuição dos postos de trabalho formais, trazendo assim, uma legião de excluídos do mercado formal de trabalho e incluídos no mercado informal e precário. Uma legião de excluídos socialmente, porém incluídos economicamente, como no caso dos ambulantes, das diaristas, ou até mesmo dos traficantes de droga, e de outros grupos cujas rendas provêm de atividades ilícitas, tais como as redes de prostituição. Acreditamos que o processo ao qual se denomina de “exclusão” é includente do ponto de vista econômico e excludente dentro da perspectiva social e política.

Em relação a este processo de inserção precarizada, trouxemos à tona neste trabalho o cotidiano dos catadores, que têm nas associações de recicláveis hoje a sua estratégia de sobrevivência. Sem perspectiva de um trabalho que supra suas necessidades básicas, esses trabalhadores se submetem às exigências das supostas lideranças das associações, almejando dia a dia uma melhoria nas suas condições de vida, por meio do seu trabalho e na perspectiva que essas associações constituam, de fato, um empreendimento de economia popular e solidária.

Quanto à **cidadania**, em nosso trabalho abordamos numa perspectiva crítica, além da sua concepção restritiva, que se define como uma garantia do indivíduo aos seus direitos civis e políticos; a abordamos, sobretudo, no sentido de tratar-se de um direito do indivíduo a condições dignas de vida, que lhe dê acesso a uma boa educação, à saúde, à habitação, ao trabalho e ao lazer. A cidadania é abordada por nós com base na compreensão do real, a medida em que entrevistamos e desvelamos a cotidianidade das suas vidas.

A nossa pesquisa foi operacionalizada a partir de três momentos que se articularam tendo em vista a apreensão do objeto, ou seja, do seu desvelamento.

O primeiro momento do estudo foi dedicado ao levantamento das associações de catadores responsáveis pela coleta seletiva no município de Natal, numa perspectiva geral e mais especificamente quanto a sua organização, seu funcionamento em relação a Coleta Seletiva da cidade de Natal, “lócus” da pesquisa. Igualmente, foi realizado levantamento bibliográfico e na seqüência foi feita uma revisão da literatura de nossas categorias de análise, bem como sobre as políticas públicas e a implementação do Programa de Coleta Seletiva em geral e de como vem sendo desenvolvido nesta capital, apresentado-se como um programa referendado na perspectiva da Economia Solidária.

Esse levantamento bibliográfico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, tendo como referência os dados secundários coletados junto a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN) e na UNITRABALHO. É importante ressaltar que simultaneamente à revisão da literatura, ministramos curso de Associativismo junto a ABRESOL no período de maio a setembro de 2005 e realizamos os procedimentos de legalização e registro da referida associação no mesmo período, cujo processo demandou reuniões com os catadores em vista da elaboração do estatuto. Neste período desenvolvemos a observação sistemática na associação e na coleta seletiva de uma forma geral, enquanto membro da equipe da UNITRABALHO.

O Segundo momento da pesquisa foi dedicado à contextualização e à caracterização do trabalho dos catadores de recicláveis vinculados a ASCAMAR, a ASTRAS, a ABRESOL e a ACSRN, a definição do universo da pesquisa tomando-se como unidade de análise essas associações, para que assim, da empíria, pudéssemos por aproximações sucessivas, dar a conhecer a realidade vivenciada pelos catadores de recicláveis.

Nesta fase, também foram aplicadas as técnicas de observação e entrevista semi-estruturada (ver APÊNDICE A e B), tendo como sujeitos da pesquisa os catadores, utilizando-se o percentual de 12% (doze por cento) do total de 223 catadores registrados nas quatro associações, levando também em consideração o critério de gênero no que se refere ao número de membros entrevistados. O referido percentual foi escolhido por constituir um percentual estatisticamente representativo, onde se busca apreender o movimento do real com base nas informações que serão coletadas junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa e nos dados referentes à dinâmica das associações pesquisadas e suas inter-relações, observando-se assim o processo de inserção social que vem sendo construído numa perspectiva da economia solidária.

O universo da pesquisa foi definido atendendo a critérios aplicados nas quatro associações existentes, a ACSRN, a ASTRAS, a ABRESOL e a ASCAMAR. Dessa forma, foram entrevistados:

- Na ACSRN, que é composta por 55 catadores, 07 catadores, entre eles, o presidente. E ainda **01** membro que participa desde a fundação, **03** membros que estavam na associação há no mínimo 06 meses, **02** membros que tinham entrado na associação há pelo menos 06 meses. Os últimos cinco entrevistados foram **3** homens e **2** mulheres;
- Na ASTRAS, que é composta por 54 catadores, foram entrevistados 06 catadores, dos quais, o presidente, **01** membro que faz parte da associação desde a fundação,

02 membros que fazem parte desde 2004 e **02** membros que entraram a partir de janeiro. Dentro deste universo, foram entrevistados 3 homens e 3 mulheres;

- Na ABRESOL, que é composta por 28 catadores, foram entrevistados 03 catadores, dos quais o presidente, **01** membro que fez parte da associação desde a sua fundação e **01** membro que já fazia parte dela há 06 meses. Dentro desse universo, foram entrevistados 03 homens;

- Na ASCAMAR, que é composta por 86 Catadores, foram entrevistados 10 catadores, correspondendo ao seguinte perfil, **04** membros que fazem parte da associação desde 2000, sendo dois homens e 02 mulheres, **03** membros que participam da associação desde 2004, sendo eles 02 mulheres e 01 homem, **03** membros que são parte de associação desde 2006, sendo 02 homens e 01 mulher.

Foi também aplicado um roteiro de entrevista aos atores institucionais representantes da Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA) (o ex-presidente e o atual), da FUNCERN e da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SEMTAS), em relação ao processo de implementação das associações.

O terceiro momento da pesquisa visava a aproximação da realidade por meio da análise dos dados coletados, tendo em vista os aspectos que se fazem presentes na cotidianidade da vida dos catadores e das associações no desenvolvimento das ações, buscando-se identificar os determinantes sociais, políticos e econômicos da problemática estudada.

Para exposição da nossa investigação, esta dissertação foi subdividida nas seguintes partes:

- Na introdução, apresentamos a importância do tema e o que nos moveu a estudá-lo, mostrando como se deu a construção do objeto, a metodologia utilizada e a apresentação das seções em que a dissertação foi subdividida para apresentação da pesquisa.
- No primeiro capítulo, abordamos os principais aspectos da crise do capital e suas repercussões no mundo do trabalho, enfocando a questão do desemprego estrutural gerado pelo modelo econômico vigente, além de situarmos as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, assim como nos reportamos aos índices de desemprego no mercado de trabalho da região metropolitana do município de Natal.

- No segundo capítulo, tratamos da origem, conceito e revivência no Brasil da tradição do pensamento e organização econômica cooperativa, que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista, e que na América latina “foi expresso nas propostas de reativação da economia solidária” (SANTOS, 2002, p. 35).
- No terceiro capítulo, tratamos da contextualização das associações e seus catadores, traçando todo o seu histórico, onde buscamos situar o surgimento de cada uma das associações, consequência do fechamento do lixão de Cidade Nova, buscando mostrar a situação dos catadores à época do processo de fechamento do lixão, como se deu a implantação da coleta seletiva pela Urbana e a caracterização apresentada por essas associações ao final de 2005.
- No quarto capítulo vamos, finalmente, a partir do material obtido por meio das entrevistas realizadas e da observação, assim como dos dados coletados por meio da pesquisa documental, verificar as dimensões relativas as nossas categorias de análise.
- Nas considerações finais, buscamos sintetizar as principais tendências e particularidades das associações pesquisadas à luz da economia solidária, bem como situar as perspectivas reais de inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista de cidadania dos mesmos.

1 ASPECTOS DA CRISE DO CAPITAL E SUAS REPERCUSSÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Nossa pesquisa tem por objeto uma análise na perspectiva da economia solidária das associações que fazem a coleta seletiva no município de Natal, a saber: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (ASCAMAR), Associação de Beneficiamento de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Norte (ABRESOL), Associação dos Agentes de Compostagem e Reciclagem do Aterro Sanitário (ASTRAS) e a Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN (ACSRN). Objetiva-se verificar a consolidação dessas associações enquanto uma alternativa econômica solidária e seus avanços, bem como no que diz respeito à inserção social e econômica dos catadores e ao seu processo de conquista da cidadania.

Nesse sentido, para apreender o contexto da revivência da economia solidária no cenário atual e a natureza dos empreendimentos solidários que a compõem, como “uma resposta ao agravamento da crise do trabalho” (SINGER, 2004, p. 8) e aos efeitos excludentes do capitalismo, necessário se faz compreender o contexto desta crise, ou seja, o que a gerou e quais foram as transformações desencadeadas em razão dela no mundo do trabalho. Dessa forma, neste primeiro capítulo buscamos situar alguns aspectos da crise do capital e suas repercussões no mundo do trabalho.

Para desenvolvimento do nosso estudo, é oportuno fazer uma retrospectiva do que vem ocorrendo no mundo do trabalho, observando que conforme nos esclarece Singer (2003a), a reconciliação dos trabalhadores com o assalariamento foi sem dúvida facilitada pelo pleno emprego que reinou nos países centrais durante os 30 anos dourados que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. O direito a cidadania teve seu apogeu patrocinado pelo Estado de Bem Estar (*Welfare State*) nos países centrais e parecia ter sido outorgado aos trabalhadores. O padrão de acumulação capitalista, estruturado então sob o binômio do Taylorismo e Fordismo estava então em plena vigência.

1.1 As Transformações no Mundo do Trabalho no Pós-1970

No último quartel do século passado, as mudanças que ocorreram no padrão de acumulação capitalista e nas formas de regulação pública de seus efeitos afetaram drasticamente o paradigma do emprego assalariado estável. Como resultado, vem ocorrendo

um contínuo enfraquecimento dos vínculos sociais representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e subemprego, ao assumirem um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem nesta enorme quantidade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, predominam a insegurança e a falta de horizontes, que acabam por marcar o comportamento individual, enquanto socialmente se assiste à perda da coesão social.

Segundo assevera Castel (2001, p. 496):

O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inserção numa comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão.

Nesse sentido, para se fazer uma caracterização da crise do paradigma salarial, faz-se necessário um olhar, ainda que breve, sobre os seus fatores geradores. Sendo assim, reconhece-se que a desregulamentação financeira em finais dos anos 1970, somada à mudança do padrão do Taylorismo e Fordismo anterior pela da flexibilização produtiva, baseada nas novas tecnologias informacionais, está na origem da crise da sociedade salarial.

Isso tudo ocorre em função do esgotamento do padrão de acumulação dos modelos Taylorista e Fordista na década de 1970. A crise do capital tem então seu núcleo na queda da taxa de lucro. A resposta do capital vem por meio do projeto neoliberal, que segundo Montaño (2005, p. 26):

[...] representa portanto a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço técnico-científico, à reorganização geopolítica e às lutas de classes que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘reformas do Estado’.

Montaño (2005) ainda nos esclarece que é comum identificarem o neoliberalismo apenas com a reforma do Estado, como se ela tivesse apenas um cunho político e técnico. Não enxergam que o seu alcance diz respeito às relações de produção, aos interesses de classes, a reestruturação produtiva e à política macroeconômica, e que apesar da corrente neoliberal representar projetos distintos daqueles da corrente Keynesiana, ambas perseguem o mesmo objetivo, o de ampliar a acumulação capitalista.

A crise é enfrentada por meio da acumulação flexível, que é fruto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais e “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992 apud ANTUNES, 2007, p. 29).

O modelo japonês de produção desenvolvido pela fábrica automobilística Toyota é visto pelo capital como a solução para a crise. O toyotismo se torna então, nas palavras de Antunes (2005, p. 230) “o mais estruturado receituário produtivo oferecido pelo capital como um possível remédio para a crise,” e desta forma se generaliza nos países centrais na década de 1980.

Sua dinâmica de acumulação articula desenvolvimento tecno-científico de base microeletrônica, informacional e robótica; desconcentração produtiva materializada na terceirização; novos padrões de gestão da força de trabalho; nova sociabilidade promotora da adesão e do consentimento do trabalhador aos objetivos do capital; polivalência e precarização das condições e relações de trabalho; desterritorialização da produção, intensificando o que Marx chamou de "trabalho social combinado", consubstanciado pela participação de trabalhadores de diversas partes do mundo no mesmo processo produtivo.

De acordo com Antunes (2005, p. 231), os traços que distinguem o modelo japonês do Fordismo são:

- 1) [...] uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda;
- 2) [...] variada e bastante heterogênea e diversificada;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe com multivariabilidade e flexibilidade de funções, na redução das atividades improdutivas dentro das fábricas e na ampliação e diversificação das formas de intensificação da exploração do trabalho;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que no toyotismo deve ser mínimo. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido no seu interior.

Antunes utiliza a expressão classe-que-vive-do-trabalho "como sinônimo de classe trabalhadora, isto é, a classe dos trabalhadores/trabalhadoras que vivem da venda da sua força de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 235). Nesse sentido, os novos processos de organização e gestão do trabalho vão refletir diretamente na organização política dessa classe, nas suas condições de vida e trabalho, sendo suas implicações nefastas, uma vez que as mudanças que ocorrem significam a racionalização de trabalho vivo, crescimento exponencial da força de trabalho excedente, desestruturação do trabalho organizado e,

conseqüentemente, dos direitos sociais e trabalhistas a ele atinente, assim como o retrocesso da ação sindical, expresso no sindicalismo de empresa, ou seja, no sindicalismo subordinado ao ideário patronal, "sindicalismo de envolvimento, sindicalismo manipulado e cooptado" (ANTUNES, 2007, p. 34).

No que se refere à terceirização, que consiste na contratação de empresas para realização de atividades antes realizadas pela contratante ou “empresa mãe”, observa-se que ao mesmo tempo em que as contratantes transferem parte da produção e dos serviços para empresas de médio ou pequeno porte, cessam a proteção social dos trabalhadores, além de criarem formas de inclusão precarizadas, ancoradas na insegurança, na precarização, na redução salarial e nos contratos temporários. É dessa forma então que surge o trabalhador polivalente e multifuncional, que exerce várias funções simultaneamente, mas que apesar disso não é mais valorizado e nem receberá qualquer aumento salarial.

Para Walton (apud LOJKINE, 1995) uma organização para ser eficaz necessitará do envolvimento espontâneo de saberes cognitivos de todos os que a compõem. Não reconhecemos tal traço no Toyotismo, uma vez que este modelo japonês de produção é pautado no despotismo e na manipulação do trabalhador. Nas palavras de Antunes (2007, p.182):

O despotismo torna-se então mesclado com a manipulação do trabalho, com o ‘envolvimento’ dos trabalhadores, através de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado [...]. O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital.

Nessa direção, proliferam estratégias como: círculos de controle de qualidade, gestão participativa e qualidade total, que podem ser inscritas como formas de apropriação do saber e do fazer do trabalhador, dando-lhe a pseudo-impressão de que participa do processo decisório, quando na verdade o que e como produzir lhe é alheio, assim como o é o resultado do processo de trabalho. Assim, preserva-se o fetichismo da mercadoria, bem como se intensifica a exploração e o controle sobre a força de trabalho.

Dessa forma, o toyotismo instaura a subjetividade operária pela lógica do capital, reconstrói "o nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (GRAMSCI, 1985).

Como conseqüência dessas mudanças que se operam, as transformações no mundo do trabalho são inúmeras. Antunes (2007, p. 183) nos aponta as mais relevantes:

- 1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se

desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo.

2) Há um enorme incremento do *novo proletariado*, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os *terceirizados*, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, esses postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão etc. Mas hoje sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista.

3) Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado.

4) Há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado.

5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho.

6) Há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) Há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social combinado* (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha para a eliminação da classe trabalhadora, mas para sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.

De acordo com Antunes (2007, p. 50) ocorreu um "processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora" que se tornou mais qualificada em diversos ramos, mas que por outro lado, desqualificou-se e precarizou-se em diversos setores. Na visão do mesmo autor, pode-se inferir que a classe trabalhadora "está dividida entre qualificados e desqualificados, homens e mulheres, mercado formal e mercado informal, jovens e velhos, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc" (ANTUNES, 2005, p. 170).

Aprofundando essa discussão, tem-se o conceito que nos é dado por Mattoso (1999, p. 8) do sentido do termo "precarização das condições de trabalho":

aumento do caráter precário das relações de trabalho pela ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta

própria). É identificado pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa e em tempo parcial. Enfim, pelo que se costuma chamar de "bico". Em geral é identificado pela ausência de contribuição a Previdência social e, portanto, sem direito à aposentadoria.

Já no que se refere ao termo “precarização das relações de trabalho”, Mattoso (1999, p. 8) o conceitua como: “processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa, ou mesmo unilaterais”.

Neste cenário de transformações no mundo do trabalho, é consensual entre os estudiosos a progressiva exigência de maior escolaridade como requisito básico para inserção no processo produtivo, ou seja, aumenta a exigência no que tange a qualificação do trabalhador. Entretanto, tal injunção não significa ampliação de postos de trabalho, tampouco a melhoria de condições de trabalho, antes coexiste com a precarização do emprego.

Assim sendo, observa-se que os postos de emprego estariam crescendo nos setores informal ou formal precarizado, nos quais não há exigência quanto a um elevado nível de qualificação. O salário é baixo e o nível de rotatividade é alto. Portanto, observa-se que conforme vem aumentando o desemprego no setor formal, paralelamente, ocorre o crescimento da economia informal. Na visão de Harvey (1993, p. 175):

‘O rápido crescimento das economias ‘negras’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’ também tem sido cimentado em todo mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados. Essa coexistência do arcaico com o moderno no sistema produtivo, evidencia-se, quando se supunha sua superação, o que talvez seja mais inesperado é o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas de coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, que Marx tendia a supor que sairiam do negócio ou seriam reduzidos a condições de exploração cruel e de esforço desumanizante a ponto de se tornarem intoleráveis sob o capitalismo avançado. O retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do ‘teletransporte’, bem como o enorme crescimento das práticas do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo’.

Antunes (2005) também nos aponta a expansão do trabalho que vem ocorrendo no terceiro setor, especialmente nos países capitalistas avançados, assumindo uma forma alternativa de ocupação, com empresas voltadas mais para a comunidade, motivadas predominantemente por formas voluntárias de trabalho, abarcando um variado ramo de atividades, especialmente assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem de certa forma, a margem do mercado.

Nesse sentido, Antunes (2005, p. 112) assevera que:

O crescimento do ‘terceiro setor’ decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural. Em verdade ele é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital, visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto.

Dessa forma, verificamos que as transformações nefastas que vem ocorrendo no mundo do trabalho são fruto da crise do capital, que buscou no neoliberalismo e na reestruturação produtiva o remédio, a solução final. Tais transformações são ainda intensificadas por meio da revolução tecnológica, que dentre outras atribuições, proporciona uma maior mobilidade ao capital, dando-lhe ainda mais poder.

Conforme nos ensina Chesnais (1996, p. 13):

[...] torna-se cada dia mais evidente que, quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de ‘globalização’), está se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como a conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam o seu desempenho e a sua regulação.

Diante do exposto, parece-nos evidente o porquê da globalização se processar de forma contraditória, assimétrica e desigual.

1.2 Do Enfraquecimento do Estado-Nação e Suas Principais Conseqüências

Diante da promoção das políticas neoliberais que visam promover a “mundialização do capital”, conforme denomina Chesnais (1996), o Estado-nação sofre fortes impactos, evidenciando-se o seu enfraquecimento, bem como o enfraquecimento do capital nacional, a diminuição do controle democrático, a crise fiscal decorrente da inflexão do gasto público e da renúncia fiscal fruto da pulverização da grande indústria e do crescimento da informalidade. Contudo, na visão de Santos (1994) os Estados Nacionais continuam sendo a unidade econômica política e cultural sobre a qual a globalização se ancora.

Assim sendo, a mundialização do capital guiada pelo neoliberalismo tem produzido efeitos extremamente perversos tanto nos países centrais quanto periféricos. No plano econômico, os resultados têm sido medíocres, seja em termos de elevação da produtividade média do trabalho, seja quanto à expansão do comércio internacional. No plano social, o

desemprego é a sua face mais visível, cresce sem paralelo a desigualdade entre os países e dentro dos próprios países, é crescente a pobreza, e significativo contingente populacional é expulso do mercado de trabalho formal.

É a partir do Consenso de Washington que na América Latina são promovidas as primeiras reformas neoliberais, a promoção das chamadas “reestruturação produtiva” e “reformas do Estado”. Conforme nos esclarece Montañó (2005, p. 29).

[...] a chamada ‘reforma do Estado’ está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da ‘lógica democrática’ e passando para a ‘lógica da concorrência’ do mercado (cf. Montañó, 1999). Sendo assim, concebe-se como parte da reforma (‘flexibilização’ e precarização) das bases de regulação das relações sociais – políticas e econômicas –, portanto, articulada à reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, no seio da reestruturação do capital.

O Consenso de Washington foi o grande marco dessas transformações operadas pela hegemonia neoliberal nos países latino-americanos. Assevera Montañó (2005, p. 29) que:

Com o intuito de orientar esse processo fundamentalmente nos países periféricos, em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, **BID**, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.

Todo este processo de reforma e reestruturação produtiva dos Estados latino-americanos vem sendo acompanhado de perto pelos organismos internacionais, conforme nos relata o mesmo autor:

Alguns anos mais tarde, em janeiro de 1993, reuniu-se também em Washington um grupo de especialistas – entre os quais o ex-ministro da Fazenda no governo Sarney e depois da Reforma do Estado na gestão FHC, Bresser Pereira – para discutir ‘as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um technopool a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso’ a implantação do programa de estabilização e reforma econômica, que anos antes havia sido chamado de ‘*Washington Consensus*’. Um plano único de ajustamento das economias periféricas, que na atualidade é chancelado pelo FMI e pelo BID (MONTAÑO, 2005, p. 29).

No Brasil, é a partir do início dos anos 1990 que se incorporaram e aprofundaram-se as estratégias de reestruturação produtiva, sobretudo na direção de racionalização nos diferentes ramos industriais, sob o impacto da política econômica implantada pelo governo Collor, consubstanciada em um plano de estabilização econômica, de cunho recessivo, brusca e indiscriminada liberalização do comércio exterior, sintonizada com os organismos financeiros internacionais, conforme anteriormente relatado,

Um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo BIRD [...] Um programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas previdenciários públicos; a segunda dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de 'reformas estruturais': liberalização financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a retomada de investimentos e do crescimento econômico (FIORI, 1995, p. 234).

No receituário neoliberal, a estabilidade econômica, a privatização das empresas estatais, as reformas estruturais são fundamentais. O estado de bem-estar nos países europeus, por exemplo, são o alvo a ser destruído porque é fonte de déficit público. Protagoniza-se a estabilidade, subvertem-se prioridades, o pleno emprego pela estabilidade dos preços. A autoridade monetária deve ser independente para poder recusar-se a financiar déficits do Tesouro; os orçamentos devem ser equilibrados ou então superavitários, para amortizar a dívida pública; os gastos públicos devem ser cortados. O desemprego é, pois, uma consequência normal e, mesmo desejada das políticas neoliberais.

Em âmbito nacional, o processo de reestruturação produtiva tem se apoiado em um conjunto de estratégias de redução de custos e de reforço à capacidade de adaptação e inovação. Quanto à redução de custos, são crescentes; nos setores mais avançados da indústria brasileira as tendências à terceirização, à realocação de plantas para regiões com pouca ou nenhuma organização sindical, a flexibilização da jornada e trabalho e ao uso corrente de contratos de trabalho temporários. No tocante às estratégias de reforço, à capacidade de adaptação e de inovação, observa-se uma ampla difusão de programas de qualidade e produtividade.

1.3 Aspectos do Reflexo da Crise no Brasil e no seu Mercado de Trabalho

Na sociedade brasileira, as consequências dessas transformações assumem expressões particulares, assim como reiteram os traços históricos constitutivos da nossa

formação social, econômica e política, marcada pela concentração de riquezas, propriedade e poder, que conjugadas à coexistência de formas de trabalho arcaico e moderno, regidas, às vezes, por “relações de violência”, “relações clandestinas”, acentuam o desemprego, a pobreza, as desigualdades sociais e a exclusão.

Os dados a seguir confirmam o que acabamos de expor: o Brasil é campeão mundial de concentração de renda e pentacampeão de concentração de riquezas. O grau de desigualdade no Brasil é superior a qualquer país da América Latina. Em termos mundiais equipara-se a Serra Leoa, Paraguai e África do Sul (GONÇALVES, 1999).

Na conjuntura do pós-70, que corresponde às décadas de reconversão do capital, observa-se que o grau de desigualdade de renda aumentou, a renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 %, enquanto a dos 50% mais pobres diminuiu 6%. Entre os anos de 1960 e 1980, a participação dos mais pobres se manteve inalterada, enquanto a participação dos mais ricos aumentou de 39,7% para 47,9%. Nos anos 1980, a situação piorou, com a participação dos 100% mais pobres caindo para 0,8% e a dos 10% mais ricos aumentando para 48,7%. A renda média dos 10% mais ricos, que era 33,9 vezes a dos 10% mais pobres em 1960, aumentou para 40 vezes em 1970 e na década de 1980 passa a ser de 60,1 vezes (GONÇALVES, 1999).

Nos períodos citados, constata-se o declínio da renda média e o aumento substancial das desigualdades. Consequentemente, a pobreza aumentou e o nível de bem-estar social decresceu. A década de 1990 segue as precedentes no tocante a desigualdade de renda. Dados sobre a renda familiar indicam que a relação entre a parcela de renda dos 10% mais ricos sobre a renda dos 40% mais pobres cresceu de 4,8 em 1986 para 6,1 em 1990, foi para 6,5, em 1993, atingiu 7,2 em 1994 e voltou a subir em 1996.

Tais desigualdades e injustiças traduzem-se, dentre outras faces, na pobreza e na exclusão social de significativos segmentos das classes subalternas. São, portanto, produzidas e reproduzidas na sociedade de classes na qual a apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente desigual. Pobreza e exclusão social atualizam na contemporaneidade, de forma aguda, os impactos nefastos do trabalho sob a égide da recomposição capitalista.

1.3.1 Do Mercado de Trabalho

Ao iniciar nossa discussão sobre os principais aspectos das transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro propriamente, cabe trazeremos o conceito de

mercado de trabalho que nos é dado por Souza et al. (2002, p. 5), como:

A relação contratual de compra e venda da força de trabalho é o que caracteriza o mercado de trabalho, visto que o mercado configura-se como o espaço, o ambiente ou a possibilidade de comercialização de uma mercadoria. No caso a mercadoria comercializada é a força de trabalho [...]. Neste sentido, esse mercado, na sociedade capitalista caracteriza-se pelas relações de troca, mediadas pela moeda, que permeiam o trabalho como mercadoria a ser comercializada como forma de viabilizar a subsistência do trabalhador.

A década de 1990 configura-se como um divisor de águas na trajetória dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Segundo dados do DIEESE (2005), após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve drástica regressão no mercado de trabalho, evidenciado através do aumento do desemprego, crescimento de vínculos de trabalho vulneráveis, queda dos rendimentos.

Outro indicador a ser considerado é o aumento da insegurança no emprego. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 1990, por um implacável ataque. Cresce o assalariado sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis. Nesse sentido, considerando as associações de catadores de recicláveis de Natal, que constituem objeto de estudo da nossa pesquisa, cabe um olhar para a vulnerabilidade das condições de trabalho dos seus catadores, reflexo de todo este quadro de precarização do trabalho.

A insegurança se amplia também em relação à renda, resultado da queda de tributação, de rendas indiretas, mas, sobretudo, porque o mercado de trabalho se precarizou, deixando a remuneração de amplos segmentos da população à mercê de flutuações selvagens da atividade econômica, das taxas de juros e do câmbio.

Instala-se o reino da precarização das relações de trabalho. No Brasil, muitos atribuem esse processo à rigidez dos direitos trabalhistas brasileiros, o que entendemos ser um grande equívoco, haja vista que os dispositivos legais que foram consolidados desde 1943 por si só não seriam a causa maior da inviabilização da nossa inserção em um mundo globalizado. Talvez, propositadamente não articulem tal desfecho ao ressurgimento da abordagem liberal que corrói direitos trabalhistas, exige à abertura econômica, a

sobrevalorização da moeda, a estagnação econômica, uma política econômica que privilegia o rentismo e não gera condições de crescimento para o capital produtivo, esvaziando as políticas sociais e de infra-estrutura.

Cabe destacar ainda a política de desvalorização do salário mínimo, que constitui também indicador da situação de pobreza e exclusão social de amplos segmentos da população e que vem sendo colocada em prática em nosso país há algumas décadas.

O valor do salário mínimo teve apenas insignificantes e eventuais aumentos em seu valor real. Ainda conforme o DIEESE (2005), no final da década de 1980, a média anual dos valores do salário mínimo correspondia a 40,7% do valor real que possuía em São Paulo em 1940, época de sua instituição. Naquele tempo, o salário mínimo equivalia a 3,7 salários mínimos de 1999, cerca de 63% dos ocupados neste ano receberam menos do que um salário mínimo de 1940. Ou seja, 2/3 da população ocupada em 1999 receberam como remuneração por seu trabalho menos do que um salário mínimo de 60 anos atrás, a despeito da industrialização, do aumento da riqueza gerada e de todo o processo de desenvolvimento alcançado no país nesse período.

O rebaixamento sistemático do salário mínimo viabilizou a dispersão entre os rendimentos do trabalho que não encontra paralelo no mundo. Conseqüentemente, a apropriação, por uma minoria, da renda gerada é de uma injustiça flagrante. Poucos ganham muito, enquanto a maioria recebe o mínimo ou próximo dele.

Assim sendo, o perfil delineado pelo processo de reestruturação produtiva no Brasil tem contribuído para a acentuação das características perversas do modelo de desenvolvimento econômico instaurado no país a partir de 1955, quais sejam: heterogeneidade produtiva e tecnológica entre grandes e pequenas empresas, segmentação do mercado de trabalho, alto grau de concentração de renda e conseqüente exclusão social.

Os impactos da reestruturação produtiva, aliados à mundialização financeira e ao desmantelamento dos direitos trabalhistas, engendram e intensificam alterações no mercado de trabalho, de cunho negativo, na sua maioria.

Segundo Pochmann (2000), o mercado de trabalho brasileiro apresenta dois momentos distintos: o primeiro equivale à sua estruturação, nos marcos das décadas de 1940 a 1970, caracterizada pela expansão dos empregos assalariados com registro no segmento organizado, redução do desemprego, de ocupações sem registro, sem remuneração e por conta própria, tudo isso conseqüência do processo de industrialização e institucionalização das relações de trabalho, materializada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que entrou em vigor no ano de 1943. O momento seguinte, isto é, pós-1980, aponta na direção da

desestruturção, traduzida na inversão das características do período que o antecedeu. Esta desestruturção ocorre em decorrência da estagnação econômica, hiperinflação e dos impactos perversos dos planos de ajustes preconizados pelas agências multilaterais, orientados para a geração de saldos na balança comercial para pagamento dos serviços da dívida externa, estabilização monetária e privatizações das empresas estatais.

Em relação aos anos 1990, os sinais de desestruturção do mercado de trabalho são mais evidentes. Em cada dez ocupações geradas, apenas duas eram assalariadas, ante oito não assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três sem remuneração. Observa-se um movimento de dessalariamento provocado fundamentalmente pela eliminação dos empregos com registro e crescimento dos empregos assalariados sem registro. Concomitante ao dessalariamento, ocorre o crescimento da subutilização da força de trabalho, conseqüência do desemprego.

Conforme nos relata Pochmann (2000), a estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro é bastante heterogênea, expressa-se na segmentação dos ocupados por ramo de atividade econômica e a posição que nela ocupam. Conforme dados do DIEESE (2005), em que pese as alterações no mercado de trabalho, predomina a contratação sob forma assalariada (58,7%), a qual coexiste com uma expressiva parcela de trabalhadores por conta própria (23,2%), assim como com trabalhadores não remunerados em negócios da família e até mesmo em atividades não remuneradas de subsistência.

Além da heterogeneidade, a estrutura ocupacional do mercado de trabalho caracteriza-se também pela fragilização, evidenciada na constituição da maior parte da força de trabalho ser absorvida pelo setor de serviços, que reúne 41,2% dos ocupados, seguido dos setores primário, com 24,2%, e secundário, com 12,7%; pelo crescimento das relações de trabalho desregulamentadas, incluindo-se nesta relação trabalhadores autônomos e domésticos. No entanto, vale ressaltar que a expansão da participação relativa do setor terciário não responde pela totalidade da absorção dos trabalhadores que perderam postos de trabalho nos outros setores.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) referentes ao ano de 1999, compilados pelo DIEESE (2005) e relacionados à população economicamente ativa, evidenciam que esta população está concentrada em três regiões – Sudeste, Nordeste e Sul, e é constituída por jovens adultos na faixa de 20 a 39 anos. Entretanto, em se tratando da participação relativa total dos empregos, verifica-se uma redução dos trabalhadores mais jovens. A escolaridade registrada é de menos de oito anos de estudo e do sexo masculino.

De acordo com Pochmann (2000), o aumento da participação relativa no total dos

empregos regulares e regulamentados restringem às empresas com menos de 500 empregados. Enquanto isso, houve redução relativa no total dos empregos com menos de cinco anos de serviço numa mesma empresa.

As taxas expressivas de desemprego aberto nos anos 1990 confirmam os limites da absorção contínua das ocupações no mercado de trabalho não-organizado, sinaliza também uma fase em que o emprego regular e regulamentado encontra-se deslocado da centralidade das políticas macroeconômicas. Em substituição àquelas, são demandadas políticas públicas de emprego, que Pochmann (2000) chama de políticas ativas e compensatórias, ou de ativas e reativas ou passivas pelo DIEESE (2005), porém o conteúdo é similar.

As políticas de emprego ativas conforme o enunciado de Pochmann (2000, p.115):

Representam um conjunto de medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho, principalmente as medidas que atuam sobre os fatores determinantes da demanda da mão-de-obra, como a expansão das atividades econômicas que usam mais intensivamente o trabalho.

Tais políticas efetivam-se através das seguintes medidas: redução de carga fiscal, elevação do crédito, aumento do gasto público, direcionamento do orçamento público para maior ocupação, subvenção no custo do trabalho e da produção, ampliação de programas sociais, complementação de renda, melhor distribuição de renda, redução da jornada de trabalho, redistribuição da propriedade fundiária, abertura de cooperativas de trabalho, “estímulo à exportação e contenção das importações, aumento do emprego público (gastos sociais), frentes de trabalho urbano e rural, pré-aposentadorias e ações para segmentos específicos do mercado de trabalho (deficientes, jovens, mulheres), entre outros” (POCHMANN, 2000, p. 115).

Em se tratando das políticas de emprego compensatórias, Pochmann (2000, p. 115) enuncia:

‘são as ações que objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem emprego’. As medidas que a materializam são: preparação da mão-de-obra para os requisitos profissionais, a intermediação da mão-de-obra, a garantia de renda básica de sobrevivência, ampliação da idade mínima para o jovem ingressar no mercado de trabalho, a diminuição dos limites de aposentadoria, os adicionais para o ato de rompimento do contrato de trabalho, a restrição à mobilidade ocupacional regional, entre outro.

No Brasil, as políticas públicas de emprego passam a ser inseridas na agenda governamental somente a partir do final dos anos 1980, em face da desestruturação do mercado nacional de trabalho. Todavia, são as políticas de caráter compensatório que têm constituído o eixo prioritário das intervenções públicas sobre o mercado de trabalho nacional.

Portanto, tais estratégias estatais evidenciam nitidamente plena sintonia com as mudanças no mundo do trabalho sob orientação neoliberal, com destaque para o emprego regulamentado como suposto responsável pela crise de acumulação capitalista. Observa-se que o Estado vêm incrementando políticas compensatórias, mantenedoras da avidez dos detentores do capital.

Os mecanismos da forma como estão estruturados simplesmente protelam o desemprego e não solucionam o problema da pobreza. Recentemente, assumiram maior importância no âmbito das políticas públicas de emprego no Brasil os investimentos na formação e qualificação profissional e nos serviços de intermediação e recolocação de mão-de-obra. Para tanto, foram criados o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) – instrumento de política ativa; o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que destina recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoio financeiro a projetos privados de investimentos, com elevada capacidade de geração de novos postos de trabalho; o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado em 1975, para intermediação de mão-de-obra, além de se propor a elevar o nível de qualificação profissional da força de trabalho. Mas a grande alavanca para a organização do Sistema Público de Emprego (SPE) se deu a partir de 1990, com a criação do FAT. O atual SPE gerencia cinco programas de atendimento aos trabalhadores: seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda e apoio à produção de dados sobre o mercado de trabalho.

Confrontando a finalidade da criação, a institucionalização e a forma como estão estruturados os mecanismos acima enunciados como alcance e eficácia de suas relações, observam-se resultados pífios, voltados mais para protelar ou mascarar o desemprego do que para criar novos postos de trabalho. Com isso, deslocam o foco de atenção, pressão e reivindicação da classe trabalhadora, arrefecem as tensões próprias de conjunturas nas quais a população sobrando ocupa magnitude numérica, bem como dissociam o desemprego da falta de investimento no setor produtivo, muito embora esse, quando concentrado nas mãos de poucos, reproduz desigualdades, dentre elas a inacessibilidade de muitos trabalhadores ao processo produtivo.

Em consonância com as informações do DIEESE (2005) e aos enunciados de Pochmann, quando se trata de políticas de emprego e renda, a formação profissional ocupa um lugar de destaque, pois em qualquer área do mercado de trabalho os trabalhadores que recebem maior remuneração são aqueles que, em geral, possuem melhor nível educacional, embora não seja este o único fator determinante da diferenciação salarial.

Temos a clara compreensão de que a qualificação profissional, por si só, não

constitui a solução para o desemprego estrutural, como resultado da incapacidade da economia de gerar um número suficiente de empregos para absorver o conjunto da força de trabalho. O desemprego faz parte da própria dinâmica de acumulação do capital, ao criar uma superpopulação relativa subordinada aos seus interesses, requisitando-a ou rejeitando-a, dependendo da variação da taxa de acumulação. Nesse sentido, há de se destacar que no atual momento da nossa história a taxa de lucro é inferior a taxa de produtividade, crescendo de forma exponencial o número de desempregados que participam de programas de qualificação.

Dessa forma, tais políticas que pretendem incluir trabalhadores em potencial nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, atendem estritamente àquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente reprodução do capital, e também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio de atenuar o conflito social de classes e não ameaçar a manutenção da ordem vigente.

1.4 Alguns Dados do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Natal

Entendemos ser pertinente fazer um breve registro dos principais aspectos do mercado de trabalho de Natal, considerando que as associações objeto de estudo de nossa pesquisa estão inseridas nesse contexto.

A seguir alguns resultados de duas pesquisas realizadas na região metropolitana de Natal: Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada no período de novembro de 1999; e a Pesquisa sobre Demanda de Mão de Obra, realizada no período de agosto a dezembro de 2000.

Os dados das pesquisas nos revelam que a duração do tempo na procura de trabalho, bem como, o volume de desempregados, deve-se a uma geração não suficiente de postos de trabalho. Situação esta que, em virtude de sua recorrência, enfraquece a possibilidade do indivíduo obter um novo trabalho, consequência de seu processo de desatualização profissional, que conduz a um processo de desqualificação, enquanto “força de trabalho” efetiva, causando consequentemente o desemprego involuntário. Nesse sentido, esta pesquisa nos revela que o emprego doméstico, os trabalhos autônomos de produtividade irrelevante, o trabalho assalariado sem carteira e o trabalho familiar não remunerado são consequência dos longos períodos sem emprego vivenciados pelos indivíduos, como também pelos longos períodos em busca do mesmo; gerando-se, assim, formas mais precárias e informais de trabalho. Os dados da pesquisa mostram que este contingente corresponde a um total de 42,8 % das ocupações na região metropolitana de Natal, percentual este que se assemelha ao das

demais regiões do país onde a PED é realizada.

De forma concisa, os dados revelados pela pesquisa nos mostram que:

O Município de Natal, com um contingente populacional de 688.955 pessoas, concentra 70,2% da população residente na região metropolitana de Natal. Dado o seu grande peso relativo, os indicadores específicos para o município são semelhantes aos correspondentes para o conjunto da RMN. No entanto, seus indicadores apresentam-se sempre ligeiramente mais favoráveis do que os calculados para a região como um todo, permitindo inferir que a situação de inserção dos trabalhadores residentes nos demais municípios é mais desfavorável. No município de Natal, 52,5% das pessoas com 10 anos ou mais encontram-se no mercado de trabalho. Destas, 82% são ocupadas e 17,2% desempregadas. Entre os ocupados, 41% são assalariados sem carteira, autônomos ou empregados domésticos, percentual ligeiramente inferior aos 42,8% verificados para o conjunto da RMN (DIEESE, 2002, p. 19).

Os resultados da pesquisa nos mostram que do universo de pessoas ocupadas no município de Natal, na época da sua realização, 41% eram assalariados sem carteira assinada, autônomos ou empregados domésticos, ou seja, compunham o universo das relações precarizadas de trabalho, que nos últimos anos vem aumentando progressivamente em razão do desemprego estrutural que é consequência do modelo econômico vigente, que por sua vez, é fruto da “crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital [...]” (ANTUNES, 2005, p. 112).

1.5 Da Perspectiva da Economia Solidária como Resposta à Crise do Trabalho

Diante deste cenário de desemprego estrutural e crise, onde os índices de desemprego tanto em nível local quanto em nível nacional são drásticos, necessário se faz buscar alternativas, sendo uma delas a economia solidária, sobre a qual tratamos no nosso estudo, conforme anunciando no início deste capítulo. Para Pochmann (2000), é dentro das políticas de emprego ativas que se encontra o incentivo ao cooperativismo, ou seja, a criação de cooperativas que geram ocupação e renda para os seus associados.

A CUT, que na atualidade é a maior central sindical do país, agregando 70% dos sindicatos, vê nas experiências de Economia Solidária uma solução alternativa em âmbito local para a crise (PICCININI; OLIVEIRA; RÜBENICH, 2006), tendo inclusive criado a sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).

A grande maioria dos trabalhadores que buscam no cooperativismo uma forma de obter trabalho e renda é, na sua maioria, indivíduos desempregados, muitos dos quais já se

encontram permanentemente excluídos do mercado formal de trabalho, tais como os trabalhadores com mais de quarenta anos e com pouca qualificação, bem como os jovens com baixa escolaridade. Conforme nos coloca Singer (2003b, p. 26), o crescimento de cooperativas e associações autogestionárias está “indubitavelmente associado ao desemprego, que vem atingindo níveis inéditos, e à precarização do trabalho que está excluindo milhões do mercado formal de trabalho”.

De acordo com Santos (2002), a utilização de teorias e experiências baseadas na associação entre iguais e na propriedade solidária, como uma alternativa aos efeitos excludentes do capitalismo, não é algo novo.

Sendo assim, é neste campo que se insere o nosso objeto de pesquisa, conforme anunciamos na introdução deste capítulo, que são as quatro associações de catadores de recicláveis que realizam a coleta seletiva no município de Natal e são compostas na sua maioria por catadores que anteriormente viviam da catação no lixão do município de Natal, em Cidade Nova, fechado em agosto de 2004. Os catadores que compõem estas associações se enquadram no perfil daqueles indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, e na sua maioria apresentam baixo nível de escolaridade e qualificação. São os frutos do modelo econômico vigente.

No próximo capítulo, buscaremos expor a compreensão de estudiosos e a apreensão do conceito de economia solidária, partindo do pressuposto de que se trata de um conceito em construção.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA RESPOSTA À CRISE

2.1 Do Conceito

Das duas últimas décadas do século passado até agora, e em diferentes países, o tema da economia solidária tem merecido um tratamento sistemático de pesquisa. Esse interesse crescente da parte dos estudiosos reflete a própria dinâmica que se passa em relação a esse fenômeno, haja vista a proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, que tem por meta a produção de atividades econômicas de forma distinta daquela praticada no mercado. Geralmente, os grupos se organizam de forma associativa visando a resolução de problemáticas locais específicas, sendo conhecidos na Europa por “iniciativas locais” e no Brasil por empreendimentos solidários.

Percebe-se que a economia solidária é um conceito em construção, nesse sentido não podemos deixar de destacar o fato de que tanto a França quanto o Brasil têm demonstrado um grande interesse ao desenvolvimento do tema, bem como de sua prática, tanto no âmbito das pesquisas acadêmicas, quanto no âmbito da construção de políticas públicas em economia solidária. Nessa perspectiva as realidades desses dois países demonstram atualmente particular vitalidade no que se refere às práticas e debates sobre o movimento. Diante de tal fato, ao longo deste trabalho, nos reportaremos, em alguns momentos, aos exemplos da experiência francesa, com o objetivo de melhor esclarecer nosso posicionamento frente à economia solidária e ao nosso objeto de pesquisa.

Dessa forma, o ponto que parece mobilizar os pesquisadores de empreendimentos associativos é a averiguação sobre em que medida eles assumem uma significação além de uma simples acomodação à crise do trabalho assalariado. Se realmente tais empreendimentos são portadores de uma lógica econômica distinta da capitalista, fundada na cooperação, na autogestão e na reciprocidade, que exigem novas regulações públicas e, conseqüentemente, um novo marco legal.

Busca-se assim, dar conta das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, surgindo para pesquisadores a preocupação em conceituar a economia solidária no sentido de sua compreensão e emergência.

No plano internacional, destacam-se os estudos de França Filho e Laville (2004) na França, na década de 1990 do século XX, surgindo um novo olhar sobre as práticas econômicas que instituíram outro modo de ação econômica.

Assim sendo, o termo “economia solidária” é elaborado como conceito a partir das pesquisas realizadas em Paris, no Centre de Recherche et d'Innovation su la Démocratie et l'Autonomie (Crida), sob a coordenação de Laville (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No Brasil, os primeiros registros no meio acadêmico sobre economia solidária surgem também na década de 1990, por meio do Prof. Paul Singer, de forma quase concomitante ao trabalho fundador de Laville. “A introdução do termo no Brasil é atribuída ao Prof. Paul Singer, inicialmente no artigo ‘Economia solidária contra o desemprego’, publicado na Folha de São Paulo, em 11 de jul.1996” (PINTO, 2006, p. 28).

Quanto ao aprofundamento do estudo da economia solidária, concordamos com Laville (2003, p. 17), quando este assevera que “para que possamos abordar a economia solidária, precisamos romper com uma concepção que reduziu a economia a uma economia de mercado e reconhecer que a economia real tem uma base de pluralidade de princípios econômicos”.

Antes de adentrarmos no conceito propriamente de economia solidária, é importante que façamos uma retomada ao surgimento do pensamento associativista, bem como ao princípio das práticas cooperativas no século XIX, que prosperaram como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado, conforme nos esclarece Santos (2002, p. 33).

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil (HIST, 1994). Como prática econômica o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade, (BIRCHALL, 1997).

Esses valores mencionados por Santos dão forma ao conjunto de sete princípios que têm sido o eixo de funcionamento das cooperativas em todas as partes do mundo, “desde que a sua versão foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale¹” (SANTOS, 2002, p. 34), e vieram a se consagrar em nível mundial, enquanto marco legal, por meio da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que se articula com as Organizações Cooperativas de vários países do mundo, no caso do Brasil, a OCB. Esses princípios são: o vínculo aberto e voluntário – nesse regime cooperativo, as organizações estão sempre abertas tanto para entrada de novos membros, quanto para a saída; o controle

¹ Cidade situada na Inglaterra.

democrático por parte dos membros – pelo princípio de “um membro um voto”, todas as decisões contam com a participação de todos os cooperados; a participação econômica dos membros – na qualidade de proprietários solidários da cooperativa, a distribuição de proventos também será democrática e igualitária entre os membros; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a qualquer órgão ou organizações; o compromisso dos membros com a educação cooperativa para fornecer o embasamento teórico necessário que lhes permitam uma participação efetiva enquanto cooperativado; a articulação e cooperação entre cooperativas em âmbito local, nacional e mundial; e o envolvimento e a contribuição, visando o desenvolvimento comunitário.

Na percepção dos pesquisadores do tema, a economia solidária ressurge como uma resposta ao neoliberalismo e à reestruturação produtiva que promovem o desemprego estrutural e grandes mudanças no mundo do trabalho, com conseqüências drásticas aos trabalhadores, tais como o fechamento de firmas e empresas, assim como a crescente marginalização dos desempregados.

Assim sendo, filiamos-nos ao conceito de economia popular e solidária que nos é dado por França Filho e Laville (2004), sobre o qual nos aprofundaremos mais adiante, ao abordarmos o conceito de economia solidária no Brasil, e enfatizarmos as análises em relação ao nosso objeto de pesquisa. No entanto, para o enriquecimento do presente estudo, consideramos relevante trazer também a concepção de economia plural de Laville, assim como o conceito de economia solidária que nos é dado por Paul Singer (2003a), evidenciando a distinção entre ambos os conceitos.

Para Singer (2003a), a economia solidária é um conceito que vem sendo colocado em prática em diversas partes do mundo, e que apesar das significações distintas, fruto das peculiaridades inerentes a cada contexto, todas as suas práticas são calcadas nos princípios de solidariedade, em oposição ao comportamento competitivo e predatório que é imposto pelo dominante modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o conceito de economia solidária, segundo esse autor:

[...] se refere a organizações produtoras, consumidoras, poupadoras e etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão, (b) praticam solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos [...]. A solidariedade aos desfavorecidos significa que as entidades que promovem a economia solidária priorizam a organização de cooperativas formadas por desempregados, trabalhadores em vias de perder o emprego por crise na empresa que os assalaria e pobres em geral (SINGER, 2003a, p. 116).

Já para França Filho e Laville (2004, p. 7), dentro da perspectiva da economia plural, a economia solidária “é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais”.

Nessa perspectiva, segundo França Filho e Laville (2004, p. 107),

a economia solidária não constitui, todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não-mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terciarização [sic] das atividades econômicas. O desafio é de acumular as vantagens da economia monetária, fonte de liberdade individual pelo mercado e fator de igualdade pela redistribuição, com aquelas da economia não-monetária que contextualiza as trocas, retirando-as do anonimato.

A democratização da economia em Laville tem como perspectiva uma nova forma de regulação, que considera a possível complementariedade entre os aspectos redistributivos e de reciprocidade. Por outro lado, ela não desconhece a ausência de simetria entre sistemas econômicos em que há a predominância do mercado, nem tem por objetivo a reversão desta. Também não se trata da substituição do Estado por meio da privatização ou da terceirização dos serviços públicos.

Não se trata de substituir a solidariedade redistributiva da autoridade pública, uma solidariedade exclusivamente reconciliadora, mas de definir os modos de conexão para completar a solidariedade redistributiva com uma solidariedade de reciprocidade, que pode ser um fator de produção a participar da criação de riqueza. A economia solidária, concebida como forma de democratização da economia e não como uma ressurgência da filantropia, pode então articular essas duas dimensões da solidariedade para reforçar a capacidade de resistência da sociedade à atomização social, acentuada pela monetarização e mercantilização da vida cotidiana (CHANIAL; LAVILLE, 2002 apud PINTO, 2006, p. 50).

Dessa forma, há de se identificar um campo por meio do qual o trabalho retome ao seu papel de produtor de vínculos sociais e de laços cívicos, sendo portanto necessário a criação de espaços para o questionamento sobre os valores e regras da vida econômica. Nessa ordem, na visão de Laville os principais enfrentamentos postos à economia solidária seriam de ordem política.

No que se refere a economia popular e solidária no Brasil, conforme nos esclarece França Filho e Laville, há uma tendência ao debate que pretende esclarecer o contexto de uma economia solidária brasileira, a partir de uma discussão a ser iniciada com duas

considerações:

Em primeiro lugar, não se trata, no todo, de um fenômeno emergente, pois muitas das formas atuais de economia solidária refletem modos de ação coletivos populares que constituem práticas muito antigas numa sociedade como a brasileira. Em segundo lugar, a noção de exclusão social, nesse contexto, solicita *a priori* sua própria desconstrução, pois, de modo algum pode-se afirmar que se trata de um fato novo. Ela, exclusão, participa de forma ativa da própria constituição e desenvolvimento da sociedade brasileira, sendo inerente a sua formação econômica. O circuito formal do trabalho, essencialmente baseado nas esferas do mercado e do Estado jamais conseguiu absorver o conjunto dos trabalhadores. A expressão sociedade salarial nunca vingou neste cenário de sociedade. Ao contrário, sempre convivemos com as mais diversas formas de ocupação que estão na base de uma imensa 'economia dos setores populares', para utilizarmos uma expressão de Kraychette [...] (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 158).

Na visão dos referidos autores, o que reflete a emergência do fenômeno são as variadas formas que estas iniciativas coletivas assumem, na maioria dos casos articulando uma luta política, que é comum na tradição de movimentos sociais com a formulação de atividades econômicas e geração de renda, demonstrando uma preocupação relativa ao aspecto do ganho material, se aproximando assim de uma tradição de movimento sindical e cooperativo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Nesse sentido, dentro da realidade brasileira, a economia solidária seria uma resposta aos novos contornos da crise, que além de afetar àquela parcela da população que sempre esteve à margem da economia formal, engloba agora um novo e amplo contingente de desempregados, fruto da ascensão do projeto Neoliberal. Sendo assim, essa realidade nos leva a pensar “no quadro de pobreza endêmica que se junta ao contexto de uma nova pobreza, definida sobretudo no campo urbano” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p.158).

Observa-se, sob esse prisma, que as práticas que ensejam o projeto de uma Economia Solidária no Brasil são aquelas que diante desse contexto de crise emergem da própria sociedade e apresentam como característica a capacidade de articular solidariedade com a formulação de atividades econômicas juntamente com a articulação política.

Segundo França Filho e Laville (2004), para tratar da economia solidária no Brasil, faz-se necessário a compreensão da economia popular. Conforme pode-se destacar:

[...] estamos interessados em compreender, mais particularmente, apenas aquelas iniciativas que articulam sua finalidade social e política com o desenvolvimento de atividades econômicas, introduzindo ainda a solidariedade no centro da elaboração dos seus projetos, e que ora batizamos de economia solidária, entretanto este fenômeno não será adequadamente tratado sem a devida consideração a respeito do tema da economia popular (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 161).

A sociedade brasileira sempre enfrentou a pobreza por meio das atividades mais distintas possíveis, sendo que a maior parte dessas experiências tem sempre se apoiado em práticas de reciprocidade, que são o traço principal dessa economia popular. Dessa forma, para os autores citados, a introdução da solidariedade na elaboração de atividades econômicas não é um fato novo para a realidade brasileira.

É importante esclarecer que:

Amplios setores da nossa sociedade sempre encontraram seus meios de sustento material através do desenvolvimento de atividades produtivas como forma de prolongamento de práticas de solidariedade familiares e/ou comunitárias. Tais práticas participam da tradição de uma chamada economia popular. O termo é utilizado, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea e um processo social, que, na visão de Razeto (1991, p. 27-36), pode ser traduzido pela ‘[...] aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina’. Os biscates ou ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares (OEP) constituem alguns dos exemplos de iniciativas desse universo (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 162).

Acreditamos assim que, no caso da economia popular, a solidariedade é o eixo central sobre o qual são desenvolvidas as atividades econômicas, que por sua vez, em determinados aspectos, representam um prolongamento das solidariedades praticadas no dia-a-dia do interior dos grupos primários, estando precisamente nesse aspecto a principal característica da economia popular, “ou seja, ela encontra no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação de atividades” (FRANÇA FIHO; LAVILLE, 2004, p. 162).

Nesse sentido, definem e exemplificam ainda a economia popular como sendo a:

[...] produção e desenvolvimento de atividades econômicas sob uma base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local mas que muitas vezes pode até articular-se com o plano institucional, ou seja, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, freqüentemente acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares. A tradição do recurso ao *mutirão* nas práticas de organização e de produção dos grupos populares, muito comum nesta realidade, pode ser considerado como caso ilustrativo desta articulação entre necessidades (demandas) e saberes (competências). O *mutirão* é um sistema de auto-organização popular e comunitário para a realização e a concretização de projetos. Ele consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos (FRANÇA FIHO; LAVILLE, 2004, p. 162).

Enfatizam também, os autores, a necessidade de distinção entre a economia popular e a economia informal, uma vez que, à primeira vista, ambas são percebidas como expressões sinônimas. Ocorre que o que define a economia popular para esses autores é a referência ao tecido social local e suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas, sendo precisamente a partir desse ponto que se torna possível distinguí-la da noção de economia informal, posto que para os autores:

[...] economia informal assume, na maioria dos casos, a forma de microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, não apresentando desse modo uma articulação com uma base social local precisa ou com um saber ancestral (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 163).

Uma vez caracterizada a economia popular, esclarecem França Filho e Laville (2004) que se faz necessário buscar entender de que forma o projeto de uma economia solidária no Brasil, que ora emerge por meio de um grande número de iniciativas coletivas, ao mesmo tempo em que se articula a esta economia popular, dela começa a se distinguir.

Na visão desses autores, esse projeto:

[...] se articula, pois, muitas das experiências que hoje batizamos de economia solidária, encontram-se absolutamente vinculadas a uma base local e popular. São, muitas vezes, iniciativas de um grupo de pessoas que habitam um mesmo bairro, portanto compartilham uma situação de vida e preocupações que são comuns. Logo, a iniciativa aparece quase sempre marcada por uma dimensão comunitária que influencia fortemente a dinâmica do empreendimento (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 164).

Por outro lado, esse projeto distingue-se em função da natureza e alcance da iniciativa, haja vista que as experiências de economia popular funcionam, dessa forma, como bem esclarece a expressão de Coraggio, no plano de uma "reprodução simples" da vida, tornando-se subordinadas à lógica do capital em razão de sua fragilidade e de sua precariedade.

Compreendemos, assim, que a economia popular por si só não detém as condições necessárias para enfrentamento das problemáticas sociais, restringindo-se a uma dimensão comunitária. Por outro lado, as iniciativas coletivas que estão surgindo começam a desenhar o projeto de uma economia popular e solidária no Brasil, uma vez que estão aptas e se propõem ao enfrentamento das problemáticas sociais.

De acordo com França Filho e Laville (2004, p. 165):

[...] parece ser exatamente a vocação de algumas novas iniciativas que começam a surgir e que consideramos como desenhando o projeto de uma economia popular e solidária. Tais iniciativas não se limitam à esfera da chamada 'reprodução simples' e se orientam mais para a 'reprodução ampliada' das condições de vida em sociedade. Ou seja, sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre um espaço público.

Essas iniciativas foram observadas nas associações pesquisadas, objeto de nosso estudo e que serão analisadas com base nos resultados de nossa investigação nos próximos capítulos.

O universo das experiências de economia popular e solidária, como bem ressaltam França Filho e Laville (2004), por meio de suas ações econômicas localizadas, mobilizam os diferentes atores institucionais na busca de soluções para problemas públicos concretos, demonstrando, dessa forma, sua vocação para articular, por meio de sua ação organizacional, uma dupla dimensão: a luta pela renda, se enquadrando assim, numa tradição do movimento sindical, com a luta pela emancipação social, ou seja, pelos direitos sociais, se enquadrando na tradição dos chamados movimentos sociais.

Quanto ao devir desta emergente economia popular e solidária no Brasil, é importante observar que conforme questionam estudiosos:

Estariamos, neste sentido, presenciando a emergência de um novo tipo de movimento social que apóia a realização dos seus objetivos políticos na elaboração de atividades econômicas? Talvez sim, mas, em todo caso, apenas o tempo nos poderá confirmar ou não uma tal hipótese de explicação para um fenômeno que ainda parece muito recente. O fato é que algumas características particulares que tem apresentado tal fenômeno, quando analisado de um ponto de vista qualitativo, sugerem tal singularidade - que nos parece diferente aqui de pretender idealizar uma realidade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 166).

O universo da Economia Solidária no Brasil, como veremos mais adiante, atua em diversos âmbitos e é extremamente diversificado, sendo representando por cooperativas, variadas formas associativas, entidades de fomento, etc.

2.2 Do Surgimento e Revivescência da Economia Solidária: um Breve Panorama

A economia solidária vivenciada na atualidade em vários países tem como antecedente principal o cooperativismo operário, que surgiu das lutas de resistência diante da Revolução Industrial (SINGER, 2003a). Neste ítem, faremos um breve histórico sobre o seu surgimento na Europa, nas primeiras décadas do século XIX, dando ênfase à trajetória das Cooperativas de Rochdale, que se situavam na Inglaterra, uma vez que meio século depois elas viriam a ser o eixo identificador da cooperatividade; bem como na história deste movimento na França, uma vez que o mesmo teve destaque naquele país, tanto na sua origem, no início do século XIX, quanto na atualidade, onde este movimento vem se consolidando.

No que se refere ao ressurgimento da Economia Solidária, a partir da última década do século passado, enfocaremos sua trajetória no Brasil, posto que apesar de no começo do século XX o cooperativismo ter sido trazido para o Brasil por emigrantes europeus, como nos mostra Singer (2003b), as cooperativas de então não eram autogestionárias; daí não podermos considerá-las parte da Economia Solidária.

Em relação a prática cooperativista temos a percepção de Santos, quanto:

A busca por alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial (SANTOS, 2002, p. 32).

Ao fazermos uma revisão da literatura sobre a temática, observamos que na Europa, a economia solidária surge enquanto movimento no século XIX, tendo se firmado como realidade socialmente significativa nas primeiras décadas do século XIX, assumindo particular relevância nos seguintes países da Europa: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica, com maior destaque na Inglaterra e na França (NAMORADO, 2007).

É Singer (2003a) que nos revela que o pensamento de Robert Owen influenciou, diretamente, na Inglaterra, a fundação das primeiras comunidades cooperativas, além de constituir uma referência para a tradição intelectual cooperativa. O mesmo autor, ao se reportar a história dos antecedentes da atual economia solidária, se volta para a corrente do “socialismo utópico”, em especial para Robert Owen, o apontando como o grande idealizador e praticante do cooperativismo operário.

Na França, as teorias associativistas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores, que foram fundadas por volta de 1823 por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições desumanas dos seus postos de trabalho nas fábricas de então, decidiram

fundar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas (BIRCHAL, 1997 apud SANTOS, 2002).

Nesse sentido, Laville (2003, p. 16) aponta que: “[...] havia realizações, e não somente na França, que já levantavam o projeto de economia solidária. Mas este projeto de economia solidária foi, em seguida, aniquilado, pela repressão econômica e política no meio do século XIX na Europa”.

No caso francês, berço dos primeiros experimentos de empreendimentos solidários, as cooperativas, as mutualistas e as associações tendem a perder, já a partir de finais do século XIX, suas motivações democráticas iniciais. As cooperativas vão assumindo com o passar dos anos características cada vez mais empresariais, assim como as cooperativas agrícolas com forte presença na economia nacional. As experiências mutualistas voltadas a oferecer diferentes formas de seguro aos trabalhadores fecharam ou sucumbiram às grandes seguradoras privadas, ou então foram sendo incorporadas aos sistemas públicos de seguridade social. As associações civis que atuavam na oferta de serviços sociais de saúde e assistência, a partir da legislação associativa de 1901, foram enquadradas pelo Estado em seu setor de economia social (PINTO, 2006).

No caso da Inglaterra, foi em meados de 1826 que surgiram as primeiras cooperativas, como resistência ao empobrecimento provocado pela transformação dos camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Em 1844 surgem então naquele país, as cooperativas que viriam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo, que foram as cooperativas de consumo do Rochdale, fundadas com o objetivo inicial de fazer oposição a pobreza causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas da época (SANTOS, 2002).

Sob a denominação de Pioneiros Equitativos de Rochdale, as referidas cooperativas de Rochdale foram constituídas a partir de um grupo de operários que se unem e formam uma cooperativa de consumo e de aplicação de poupança, que de imediato apresentou grande êxito. Em um curto espaço de tempo a cooperativa se expandiu pela Inglaterra, passando então a absorver outras cooperativas que se tornaram suas “filiais”. Após vinte anos de sua constituição, a cooperativa tinha um total de 4.747 membros e um capital avaliado em sessenta e duas mil libras (SINGER, 2003a).

Os princípios cooperativos de Rochdale se tornaram em 1895, ou seja, meio século depois, a matriz de identificação da cooperatividade, que por meio da fundação da ACI, passariam a ser o eixo identificador no âmbito da nova organização. Foi então a ACI que se manteve viva a esses princípios, textualizando-os específica e formalmente pela primeira vez

em 1936, reformulando-os em 1966 e dando-lhes, no quadro de uma identidade cooperativa integralmente explicitada, o perfil atual em 1995, quando celebrou seu primeiro centenário (NAMORADO, 2007).

Para Rui Namorado (2007, p. 7):

O êxito da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale validou a experiência e consagrou os princípios e as regras assumidos, instituindo um paradigma cooperativo hoje, mais de 160 anos depois, dominante à escala mundial. E isso só foi possível porque esse paradigma se revelou suficientemente flexível e aberto, para incorporar ajustamentos, alterações e novidades; mas também suficientemente consistente, para se renovar sem se descaracterizar.

Singer (2003a) considera a cooperativa de Rochdale a “mãe das cooperativas” em razão de seus princípios definirem e representarem com precisão o autêntico modelo cooperativista, sendo eles a igualdade política (cada cabeça um voto), a livre entrada e saída do quadro social, a neutralidade política e religiosa e a prioridade à educação cooperativa.

As cooperativas de crédito, idealizadas por Shulze-Delitsch (1808-1883) e Raiffeisen (1818-1888), autoridades locais da Alemanha nos anos de 1850, também tinham por base os princípios cooperativistas de Rochdale, tendo, as mesmas, surgido simultaneamente ao aparecimento das cooperativas de consumo e produção. As cooperativas de produção e consumo respondiam às necessidades dos artesãos urbanos e as de crédito às dos camponeses. Posteriormente foram criadas outras modalidades de cooperativas de crédito por Luzzatti, na Itália, e por Desjardin, em Québec, no Canadá Francês (SINGER, 2003a).

Portanto, verifica-se que o cooperativismo se constituiu um importante movimento social e meio de produção no final do século XIX, imerso em um sistema social, no qual o capitalismo vinha se tornando cada vez mais dominante.

2.2.1 Do Revivescimento

Conforme o modo de produção capitalista vinha se consolidando na Europa, as cooperativas por razões política e de interesses dos próprios cooperados, foram também perdendo suas características originárias e se moldando ao padrão capitalista e, portanto “seria falso contabilizar todo este êxito no ativo da Economia Solidária” (SINGER, 2003a, p. 120).

Verifica-se então que na primeira metade do século XX, a maior parte dos empreendimentos de cooperativas estava se transformando em empreendimentos convencionais capitalista, muito “embora homenageasse em seu nome ‘cooperativa’ e em ocasiões solenes o seu mito de origem: a autogestão” (SINGER, 2003a, p. 121).

É importante destacar que houve um longo intervalo entre os antecedentes históricos da Economia Solidária e o seu ressurgimento nas últimas décadas do século XX. Por outro lado, como modo de produção, as cooperativas não deixaram de existir, permaneceram se multiplicando nos países. Porém, não como empreendimentos autogestionários, ou seja, não enquanto modo de produção distinto do capitalista. Há quem sustente que o fator o qual ensejou a transformação das cooperativas em empreendimentos tipicamente capitalistas, ou seja, que causou a sua degeneração, do ponto de vista da economia solidária, foi o seu próprio êxito econômico, como se grandes empreendimentos econômico não tivessem qualquer resistência ao chamado “isoforismo institucional” (SINGER, 2003a).

Assim, convém ressaltar que, durante os 30 anos dourados que se seguiram à Segunda Guerra, foi possível a reconciliação da classe trabalhadora com o assalariamento. Foi outorgado o direito à cidadania para aqueles que viviam do próprio trabalho, especialmente nos países centrais.

Em fins dos anos 1970, como nos indica Antunes (2005, p. 15):

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Conforme esclarece Singer (2004, p. 8):

Tanto na sua origem, na primeira metade do século XIX, como em seu recente ressurgimento, a economia solidária mais uma vez constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho (desde 1980) e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de seguridade social.

Em razão da crise, de proporções mundiais as quais se refere Singer, a teoria e as práticas cooperativas têm suscitado um renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas, tendo recuperado os princípios centrais do pensamento associativista. Dessa forma, por todas as partes do mundo, acadêmicos, ativistas e governos progressistas têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa, buscando renovar a tarefa de criar alternativas econômicas. Esse movimento é evidenciado quando se analisa a bibliografia sobre o tema, tanto no âmbito dos países centrais – onde são crescentes as análises teóricas

sobre a democracia associativa e o cooperativismo (HIRST, 1994; BOWLES; GINTS, 1998 apud SANTOS, 2002) bem como os estudos de caso relacionados a experiências cooperativas de trabalhadores bem sucedidas (WHYTE; WHYTE, 1988; ROTHSCCHILD; WHITT, 1986 apud SANTOS, 2002) ou mal sucedidas (RUSSEL, 1985 apud SANTOS, 2002) – quanto na semiperiferia e na periferia, onde surgem as discussões a respeito de desenvolvimento alternativo, as cooperativas e outras estruturas associativas têm sido vistas como formas idôneas de canalizar as iniciativas populares (FRIEDMAN, 1992 apud SANTOS, 2002).

O renovado interesse pelas cooperativas, na América Latina, expressa-se por meio das propostas da Economia solidária, que é o setor da economia a que correspondem essas novas formas de produção associativa, que surgem a partir da retomada dos princípios cooperativistas originais (SINGER, 2003b).

Na visão de Santos (2002), as condições econômicas e políticas contemporâneas tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa promissora para a criação de alternativas de produção emancipadoras em função de quatro razões: a) por seus princípios intrínsecos de organização, inerentes à estruturas não capitalistas e, simultaneamente, sua capacidade de operação em uma economia de mercado; b) devido as suas características, tornam-se mais eficientes em razão da motivação moral e material dos sócios, além de sua capacidade de adaptação diante dos mercados instáveis e fragmentados; c) em razão da forma democrática que ocorre a distribuição da renda dentro dos empreendimentos cooperativos. No caso da realidade da América Latina, tal fato estimula o crescimento econômico e diminui os níveis de desigualdade; d) por reforçar os vínculos sociais, estendendo o princípio de cidadania à gestão dos empreendimentos.

Dentre as razões já apresentadas, há de se ressaltar o entendimento de Santos (2002), de que as cooperativas são também uma forma de reconstituição do tecido social, tão esgarçado pelas desigualdades sociais geradas pelo capitalismo. Nas palavras de Santos (2002, p. 37),

[...] as cooperativas de trabalhadores geram benefícios não econômico para os seus membros e para a comunidade em geral, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. As cooperativas de trabalhadores ampliam a democracia participativa até o âmbito econômico e, com isso, estendem o princípio de cidadania à gestão das empresas. Semelhante ampliação da democracia tem efeitos emancipadores evidentes, por cumprir a promessa da eliminação da divisão que impera hoje entre a democracia política, de um lado e o despotismo econômico (isto é, o império do proprietário sobre os trabalhadores no interior da empresa), do outro.

Nesse sentido, fica evidenciado que acadêmicos, ativistas e governos progressistas de várias partes do mundo vêm na retomada da Economia Solidária a possibilidade de que esta venha a ser uma alternativa de produção emancipadora, sendo vista para alguns grupos como uma alternativa ao modo de produção capitalista.

2.2.2 Da Emergência de uma Economia Popular e Solidária no Brasil

Neste item nos reportamos mais especificamente ao caso brasileiro, ao ressaltar que o cooperativismo introduzido no Brasil, no início do século XX, por emigrantes europeus, de acordo com Singer (2002), não pode ser considerado como parte do movimento de Economia Solidária, uma vez que as referidas cooperativas não eram autogestionárias.

Segundo Singer (2006, p. 201):

a Economia Solidária começa a desenvolver-se vigorosamente, no Brasil, a partir da última década do século passado. Está em sua origem o renascimento dos movimentos sociais, no ocaso do regime militar, que se prolongou até 1985. Estes movimentos foram colhidos pela imensa crise social, desencadeada por políticas neoliberais de abertura do mercado interno às importações de juros elevados e ausência de desenvolvimento, este último sacrificado no altar da estabilidade dos preços.

Para o Brasil, no que se refere à perspectiva do desenvolvimento, as duas últimas décadas do século XX foram perdidas, desencadeando-se o desemprego em massa, o fechamento de boa parte do parque industrial brasileiro e de empresas, resultando numa redução da produção e conseqüentemente dos postos de trabalho (SINGER, 2006). Dessa forma, a economia solidária surge neste país, como reação à crise, especialmente como um forma de combate a pobreza e ao seu crescimento (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), onde as formas associativas buscam atenuar o problema do desemprego.

Na visão de Pinto (2006, p. 32), “mais do que complementar um Estado Social, que no caso brasileiro nunca chegou a se constituir por completo, as formas associativas buscam responder diretamente à crise do emprego assalariado”.

A seguir, situamos em ordem cronológica, o surgimento das primeiras iniciativas coletivas e organizações de fomento a Economia Solidária no Brasil, até a criação, em 2001, do grupo de trabalho (GT) brasileiro de economia solidária, que tinha como objetivo articular e promover a mediação das redes nacionais e internacionais de Economia Solidária junto ao I Fórum Social Mundial.

A partir dos anos 1980, a Cáritas cria milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) sob o lema, “A solidariedade liberta.” Já no fim daquela década, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a construir cooperativas agropecuárias nos assentamentos de reforma agrária; em seguida, surge o movimento de Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que foi o maior movimento de massas da história recente do Brasil. A partir dos anos 1990, são constituídas as Incubadoras Universitárias de cooperativas populares. Nessa época, em razão da falência de um grande número de indústrias e empresas nacionais, nasce um movimento que busca a transformação de empresas em crise falimentar em cooperativas por seus próprios empregados, surgindo, conseqüentemente, no mesmo período, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) e, anos mais tarde, a União e Solidariedade das Cooperativas (UNISOL). Houve ainda a expansão da UNITRABALHO, a multiplicação de várias redes de cooperativa de crédito, a fundação da União de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), com cerca de 700 cooperativas, a criação do Banco Palmas, em Fortaleza e outras numerosas iniciativas de desenvolvimento local nos bolsões de pobreza (SINGER, 2006).

Parte dessas iniciativas começam a convergir por volta de 1996 por iniciativa da Central Sindical CUT, que por meio de sua própria Agência de Desenvolvimento Solidário se lança na luta pela Economia Solidária. A partir de 1997, em várias partes do país a UNITRABALHO começa a desenvolver um grande projeto de pesquisa e fomentação à Economia Solidária denominado “Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável” – patrocinado pela ICCO que se mantém até hoje.

Não podemos deixar de ilustrar ainda, que a experiência pioneira em nível de políticas públicas, foi o Programa de Economia Popular e Solidária do governo gaúcho (1999-2002), por meio do qual mais de 140 empreendimentos solidários, envolvendo aproximadamente 10 mil trabalhadores diretos, foram alvo de ações de capacitação, apoio técnico e jurídico, financiamento, comercialização e estruturação de cadeias produtivas (PINTO, 2006).

Em 2001, a partir do primeiro Fórum Social Mundial, que é desencadeada toda uma ação política direcionada pelo movimento de Economia Solidária, que vem consolidando a sua identidade no país desenvolvendo-a junto as esferas municipais, estaduais e federal dos governos, visando sua implementação enquanto política pública.

2.3 Do Movimento de Economia Solidária no Brasil

A trajetória do movimento da Economia Solidária no Brasil será aqui explicitada a partir do I Fórum Mundial que foi realizado em Porto Alegre, em 2001, até a consolidação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), apontando o papel que esta secretaria vem desenvolvendo para consolidação da economia solidária no Brasil na atualidade.

Segundo dados da Secretária Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2006, o GT Brasileiro de Economia Solidária foi criado no ano de 2001, visando a articulação e a mediação das redes nacionais e internacionais de economia solidária no I Fórum Social Mundial. O referido GT foi composto por redes e organizações de diversos segmentos e práticas da economia popular e solidária. De acordo com informações dessa secretária havia empreendimentos de prática de apoio ao crédito, práticas diminutas, práticas complexas, bases sindicais, bases populares, grupos do campo, grupos da cidade, além de grupos ligados à Igreja, às universidades, aos movimentos sociais populares, às práticas governamentais, às práticas de rede de informação, vínculos às bases nacionais e vínculos às redes internacionais.

As 12 Entidades e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em AutoGestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED).

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002, o único candidato à presidência da república que colocou em seu programa de governo a Economia Solidária como destaque, o então grupo de Trabalho do Fórum Social Mundial escreveu uma carta para o presidente eleito, propondo a criação de uma política de apoio à Economia Solidária, propondo a criação da SENAES e sugerindo o nome do Professor Paul Singer para dirigi-la. As reivindicações do grupo foram reforçadas e ampliadas com a realização da I Plenária Nacional que deu início ao debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.

Foi durante a Segunda Plenária Nacional, realizada no Fórum Social Mundial, em 2003, que o então grupo de trabalho de Economia Solidária, já ciente de que o presidente da república havia concordado em criar a SENAES, decidiu mobilizar as bases estaduais, até então com poucos fóruns e articulações estaduais, para o debate sobre a identidade; que viria a ser a Carta de Princípios da Economia Solidária, a Plataforma de Lutas; o caráter e a Composição do Fórum a ser criado. Foram 18 estados que realizaram suas plenárias preparatórias.

A terceira Plenária Nacional realizou-se em 26 de junho de 2003, em Brasília, na data da posse do professor Paul Singer junto a recém criada SENAES. Essa plenária que contou com mais de 800 representantes, delegados das 18 Plenárias estaduais, que foi definido a composição e a forma de funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cuja missão é de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país, em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas, que também foram ali aprovadas, além de fazer a interlocução junto ao governo, se tornando dessa forma o principal parceiro da recém-criada SENAES, que em razão dessa parceria, assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo.

É importante ressaltar que a Carta de Princípios (ver ANEXO A), aprovada juntamente como a plataforma de lutas, representa a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem três partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos e o que a Economia Solidária não é.

Em agosto de 2004, em uma ação conjunta do FBES e da SENAES, foi realizado o I Encontro Nacional de empreendimentos solidários, que reuniu 2.500 representantes de todos os 27 Estados brasileiros, haja vista que em todos eles foram criados fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Foi feita uma articulação a nível nacional, para assegurar a participação majoritária dos empreendimentos.

No Fórum Social Mundial que se realizou em 2005, vieram à tona os grandes debates e desafios a serem enfrentados pela economia solidária, quais sejam: gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente, contra os produtos nocivos das transnacionais, e a realização de debates articulando-se as redes nacionais e internacionais. Diante de tais desafios, vislumbra-se o devir de uma outra economia.

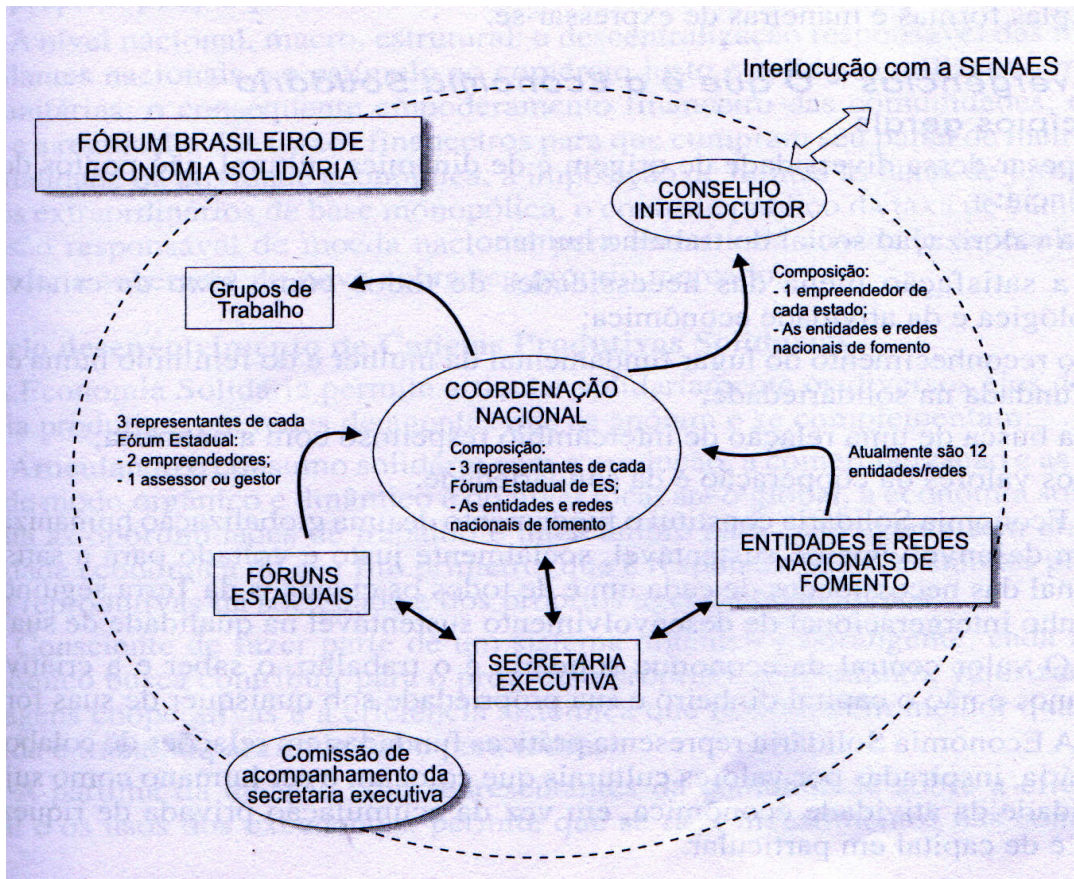
2.3.1 Do Fórum Brasileiro da Economia Solidária

Conforme dados obtidos por meio da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, o mesmo funciona a partir da articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária, quais sejam: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos, sendo a sua principal instância de decisão a Coordenação Nacional, que é composta por representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT Brasileiro), bem como de três representantes por Estado, sendo condição *sine qua non* que o Estado tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária para deter aquela representação junto à Coordenação Nacional. Dos três representantes por Estado, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional promove encontros duas vezes ao ano. O Conselho Interlocutor faz as articulações do movimento de Economia Solidária com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, sendo composto por parte dos membros da Coordenação Nacional, quais sejam, as entidades e redes nacionais de fomento e um representante de cada Estado, devendo este ser um empreendedor.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária contém uma secretaria executiva que dá suporte aos trabalhos a serem realizados pelo mesmo, bem como promove a comunicação entre as instâncias, além de reuniões e eventos. A referida secretaria executiva é apoiada por uma comissão de acompanhamento cujos integrantes são os membros da Coordenação Nacional.

Dentro do Fórum há ainda os Grupos de Trabalho (GTs) que se configuram de acordo com a necessidade de ações específicas que devem ser implementadas pelo mesmo, assim como para o avanço na implantação da Plataforma da Economia Solidária. Na atualidade, compõem o Fórum os seguintes Grupos de Trabalho (GTs): Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

Apresentamos a seguir, o Organograma 1 da estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.



Fonte: Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2006, p. 77.

Organograma 1 – Estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro da Economia Solidária

Por fim, é importante ressaltar que o FBES se desdobra em Fóruns Estaduais, o que nas palavras do Prof. Paul Singer (2006, p.202) conferem “crescente capilaridade ao movimento organizado da economia solidária”. Existem Estados que já formaram os fóruns municipais e os microrregionais, que reúnem um determinado número de municípios.

2.3.2 Da SENAES

No que diz respeito à SENAES, segundo Singer (2006), esta é parte integrante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal brasileiro e foi criada e instalada em 26 de junho de 2003, sendo dirigida pelo mesmo desde a sua instalação. A equipe da SENAES é composta por cerca de 30 técnicos que são distribuídos entre os dois departamentos da Secretária, quais sejam: de Fomento e de Estudos e Divulgação, além do gabinete do Secretário.

A SENAES contém em sua estrutura coordenadorias, e de acordo Singer (2006, p. 202), abrangem as seguintes áreas:

[...] coordenadorias de microcredito e comercialização de desenvolvimento local solidário, formação em economia solidária, estudos (que incluem o mapeamento da economia solidária em todo o país) e divulgação. As diretrizes de ação são discutidas em reuniões plenárias da equipe e implementadas por um comitê gestor, composto pelo chefe do gabinete, diretores dos departamentos, secretário-adjunto, assessor do secretário e secretário.

Na sua rotina de funcionamento, visando dar andamento a ações para implementação da economia solidária em todo o país, a direção da SENAES se reúne regularmente com o FBES, em Brasília, através dos representantes da comissão coordenadora nacional. A título de exemplo destas ações realizadas em conjunto entre a SENAES e o FBES, temos a realização do I Encontro Nacional de empreendimentos solidários, realizado em agosto de 2004 e a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em julho de 2006.

É importante ressaltar que com exceção da SENAES, a única secretaria de Estado de Economia Solidária que se tem notícia na história foi a criada no governo de Lionel Jospin, na França, e que funcionou durante dois anos, tendo como seu secretário o Sr. Guy Hascoet (PINTO, 2006).

2.3.2.1 Da Formação em Economia Solidária

A SENAES deu início a formação em Economia Solidária a partir da sua própria instalação, haja vista que poucos servidores públicos tinham uma noção razoável do que seria a Economia Solidária. Dessa forma, a secretaria organizou cursos sistemáticos em Economia Solidária para servidores públicos da União, dos Estados e municípios que estavam envolvidos no desenvolvimento de Economia Solidária. Essa formação vem se estendendo também aos servidores das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), aos membros dos comitês gestores do mapeamento da Economia Solidária nos Estados, aos educadores populares que desenvolvem a mobilização para a execução do programa Fome Zero, a gerentes do Banco do Brasil que atuam no programa de Desenvolvimento Regional Sustentável e a outros atores, que impulsionam a economia solidária em todos os quadrantes do território nacional (SINGER, 2006).

Outro enfoque de formação em Economia Solidária da SENAES são as chamadas lideranças locais, posto que ao efetuar a formação desses líderes, a SENAES está apoiando

diversas experiências de desenvolvimento comunitário, tais como os quilombos (comunidades rurais negras), aldeias de pescadores, assentamentos de reforma agrária, etc. A SENAES tem como meta tornar a Economia Solidária um instrumento importante de luta contra a pobreza (SINGER, 2006).

Cabe ainda destacar que a SENAES está associada aos Ministérios de Ciência e Tecnologia (MCT) e do Desenvolvimento Social (MDS), ao Banco do Brasil, à Fundação Banco do Brasil e ao comitê de entidades públicas da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria (COEPE) no desenvolvimento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONIC), que mantém incubadoras populares (que são entidades de fomento a economia solidária) em mais de quarenta e três universidades federais do país (SINGER, 2006).

2.3.2.2 Do Mapeamento de Economia Solidária

A promoção do mapeamento da Economia Solidária pela SENAES, que levou mais de um ano para se realizar, significou um grande avanço, objetivando identificar detalhadamente a realidade da Economia Solidária no Brasil. Essa ação mobilizou pesquisadores universitários, acadêmicos e militantes da área que já se ocupavam do tema. Para dar início ao levantamento foi necessária a conceituação de modo uniforme do que o movimento entende por empreendimento de Economia Solidária, tendo então, após grande número de discussões chegado ao consenso sobre os requisitos mínimos para que um coletivo, seja de trabalhadores ou de ativistas, pudesse ser reconhecido como sendo integrante da economia solidária (SINGER, 2006). Nesse sentido, vale aqui reproduzir a definição proposta pela SENAES/MTE (apud PINTO, 2006, p. 36) que serviu de referência para mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária no país, realizado durante o ano de 2005:

[...] considera-se como empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características: a) são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; b) são organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica; c) são organizações que podem dispor ou não do registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d) são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios

trabalhadores), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a ‘razão de ser’ da organização; e e) são organizações econômicas singulares ou complexas, ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Por meio do mapeamento, foram localizados cerca de 15 mil empreendimentos solidários, dos quais 55% são associações, 27% grupos informais e apenas 14% cooperativas. De acordo com as pesquisas, a grande maioria desses empreendimentos apresenta precariedade e seus membros têm dificuldades tanto para se manter quanto para levar o empreendimento adiante. No universo de empreendimentos pesquisados, trabalham aproximadamente um milhão e meio de pessoas. O mapeamento também trouxe resultados inusitados, tais como a identificação de muitos empreendimentos que praticam a Economia Solidária sem terem noção de que o fazem (SINGER, 2006).

Durante o mapeamento, a SENAES organizou uma campanha de divulgação da Economia Solidária, sobretudo junto à população mais pobre e marginalizada, o que permitiu incorporar a economia solidária uma quantidade ponderável de grupos informais e associações, que trabalham em conjunto e compartilham decisões, responsabilidades e resultados de suas atividades (SINGER, 2006, p. 205).

2.3.2.3 Outras Atividades da SENAES

Dentre as muitas atribuições da SENAES, destacam-se sua política de estímulo à formação de redes de empreendimentos solidários, e principalmente a sua participação na formação dos Fóruns Estaduais juntamente com as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), que são os representantes do Ministério do Trabalho em cada Estado. Atualmente todas as Delegacias Regionais do Trabalho têm um setor de Economia Solidária, e por meio deste setor, atuam e colaboram com as ações da SENAES (SINGER, 2006).

A participação da SENAES na constituição de um órgão para orientar a política de Economia Solidária do governo federal, juntamente com o FBES levaram a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, composto por mais de 50 representantes de três segmentos: a) empreendimentos solidários; b) ministérios e bancos públicos federais; e c) entidades da sociedade civil que fomentam a Economia Solidária ou priorizam-na para gerar trabalho e renda (SINGER, 2006).

Das diversas ações políticas da SENAES, ressaltamos a preparação do anteprojeto

de lei de regulamentação das Cooperativas de Trabalho, que visa coibir a má utilização das cooperativas e o não cumprimento da legislação trabalhista. O anteprojeto deverá ser submetido a uma audiência pública, para em seguida ser enviado ao Congresso. Ainda dentro das ações políticas, cabe destacar que a SENAES está envolvida, ao lado do FBES, nas disputas entre as duas vertentes do cooperativismo – o das cooperativas dos trabalhadores e o das cooperativas empresariais, objetivando uma nova lei geral do cooperativismo no Brasil. Por fim, destacamos ainda a luta da SENAES para a criação de um sistema financeiro solidário, mediante a regulamentação legal do microcrédito produtivo orientado, que foi aprovado em 2005 (SINGER, 2006).

É importante ressaltar as parcerias que a SENAES mantém com diversos ministérios, destacando-se o caso do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura. No primeiro caso, são empreendidas a formação de cooperativas sociais, compostas por egressos dos manicômios e pessoas portadores de deficiência. Já em relação ao Ministério da Educação e Cultura, há toda uma articulação para que a Economia Solidária venha a integrar o currículo dos cursos oferecidos no quadro da Educação para Jovens e Adultos (EJA), programa do governo federal voltado para pessoas que não completaram sua formação escolar. No caso da EJA, há um outro fator positivo em se incluir a Economia Solidária como parte do curso, visto que a maior parte dos alunos são de baixa renda e carecem na sua maioria de trabalho remunerado, dessa forma, a Economia Solidária pode vir a ser para eles um instrumento para sua reinserção social (SINGER, 2006).

Ao que se refere a finanças solidárias, a SENAES mantém parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no financiamento de empresas recuperadas e de entidades de microcrédito; com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no apoio a fundos rotativos que sustentam o desenvolvimento local na região mais pobre do Brasil; com as Secretarias Nacionais da Pesca, do Turismo e de Políticas Públicas pela Igualdade Racial, objetivando promover o desenvolvimento da economia solidária como arma na luta contra a pobreza (SINGER, 2006).

Nas palavras do próprio de Paul Singer (2006), a atuação da SENAES foi essencial para que o governo federal se envolvesse com a Economia Solidária. Nesse sentido, o referido autor afirma que:

Antes mesmo da criação de Senaes, no fim do primeiro semestre do governo Lula, vários ministérios e secretarias, já haviam cogitado da Economia Solidária como um instrumento de suas políticas. Mas a SENAES deu um foco unificador destes esforços e ensinou a criação duma sinergia entre eles. A formação dos servidores, o mapeamento, o apoio à feiras e a grandes encontros (como o de empreendimentos em 2004) criou espaços em que as

ações dos ministérios, secretarias e bancos se encontraram e reconheceram (SINGER, 2006, p. 206).

Com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, Singer (2006) crê na possibilidade de que a política de Economia Solidária se torne um elemento permanente de ação do Estado. Neste sentido cada Estado vem promovendo a criação de uma lei de fomento a economia popular e solidária. No caso do Rio Grande do Norte é a lei n. 8.798 de 22 de fevereiro de 2006 (Ver ANEXO B).

Singer (2006) ainda ressalta que a ação da SENAES vem se estendendo para além das fronteiras do país, na medida que serviu de modelo para que outros governos da América do Sul colocassem a Economia Solidária como um dos seus projetos, podendo se destacar os governos de N. Kirchner na Argentina, e de H. Chavez na Venezuela, que além de terem criado órgãos análogos a SENAES, estão desenvolvendo políticas de economia solidária semelhantes as nossas. Há ainda o intercâmbio promovido pela SENAES com entidades de Economia Solidária de diferentes países europeus, dentre eles, a França.

2.4 A Economia Popular e Solidária no Brasil: um Panorama Aproximativo

O campo da economia popular e solidária no Brasil é por demais complexo e reflete-se em diferentes formas de expressão, daí ser necessário uma descrição explicativa sobre este mundo de práticas e experiências, por aproximações da realidade atual.

As formas emergentes de trabalho por meio de iniciativas coletivas no Brasil, dentro da perspectiva da Economia Solidária, se organizam por meio do regime cooperativo, do regime associativo e até mesmo informalmente, ou seja, na ausência de qualquer regulação pública. A maior parte dessas experiências são marcadas por um nível de instabilidade bastante expressivo dado as condições precárias de seu funcionamento, sendo a sua grande maioria carente de recursos materiais, assim como o nível de renda auferido é baixo, refletindo as próprias condições de vida dos grupos sociais.

Os ramos mais comuns de atividades são artesanato, confecção, reciclagem, alimentação e serviços, ou seja, atividades pouco complexas. "Estas cooperativas procuram vender serviços (de limpeza, de manutenção, de reparação, de jardinagem, de vigilância etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores" (SINGER, 2003b, p. 23). Por outro lado, como veremos adiante, existem também as empresas solidárias, que são grandes cooperativas de produção bem estruturadas, e que geram trabalho e renda

para seus cooperados de excelente qualidade. Podemos ainda citar as cooperativas de crédito, mais conhecidas como bancos populares.

Faz-se relevante assim, abordar estas duas formas de organização coletiva, quais sejam, o cooperativismo e o associativismo e a sua forma de constituição, antes de iniciarmos o nosso panorama aproximativo da economia popular e solidária no Brasil.

2.4.1 Do Cooperativismo Popular: de Produção e de Prestação de Serviços e Outros

O chamado cooperativismo popular nos anos de 1990 é que vai elevar a uma posição de destaque a economia solidária, uma vez que é nesta forma de organização que se encontram a maior parte dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. Dentro dessa realidade vão prosperar cooperativas de produção, de prestação de serviços e de consumo, onde seus campos de atividades serão tão diversos quanto suas estruturas. “A cooperativa foi literalmente reinventada na década de 1990, nas diversas regiões do Brasil” (SINGER, 2003b, p. 85), buscando responder diretamente à crise do emprego assalariado, dentro dessa perspectiva democrática, voltada para a produção e o consumo.

De acordo com Lima (1997 apud TAVARES, 2004, p. 155) “o aparecimento de cooperativas em período de crise e o seu desaparecimento em momentos de estabilidade e/ou de crescimento econômico são um fato histórico”.

Conforme demonstra Lima (1997 apud TAVARES, 2004, p. 155):

No Brasil, o setor de cooperativismo teve um crescimento de 300% nos últimos dez anos, estando majoritariamente em áreas de prestação de serviços como os de taxistas, pedreiros, médicos, professores, catadores de papel e na área agrícola. No setor industrial, destaca-se a formação de cooperativas de trabalhadores nos setores de calçado e mesmo de confecções no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, criadas de ‘baixo para cima’ por trabalhadores desempregados, moradores de favela, que trabalham como facção para grandes indústrias.

Para Singer (2002, p. 90), é a cooperativa de produção que melhor representa a empresa solidária e seus princípios, uma vez que,

[...] Ela o é porque associa seus produtores, e não seus fornecedores e clientes, como o fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas. Por isso elas não podem ser híbridas, como estas outras cooperativas que combinam igualdade e democracia no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior.

A lei brasileira que regula o cooperativismo é a de n. 5.764/71, que define a cooperativa como “uma sociedade, com forma e natureza jurídicas próprias, de natureza

civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviço aos associados”, dentro desta lei está previsto como característica básica a gestão, a propriedade e a repartição das sobras cooperativas, e como finalidade viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviço, crédito e comercialização, bem como a formação e a capacitação dos seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade. Segundo Veiga e Rech (2002), há vários tipos de cooperativas, são elas cooperativas agropecuária, de crédito, de trabalho, de produção, de saúde, de consumo, habitacional, de serviços e etc.

Ademais, para ratificar o cooperativismo e seus princípios há ainda a recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho, a qual o Brasil aderiu, e que estabelece como princípios do cooperativismo: associação voluntária e aberta; controle democrático pelo cooperado; participação econômica do associado; autonomia e independência; educação, formação e informações; cooperação entre cooperativas; e interesse pela comunidade.

Por fim, não podemos deixar de apontar o lado obscuro do cooperativismo no Brasil, que é o fato de a própria legislação cooperativista de 1971 deixar brechas para a utilização das cooperativas como meio de precarização das relações de trabalho. Essas iniciativas são conhecidas como empreiteiras de mão-de-obra, falsas cooperativas ou então “coopergatas”, são oriundas de iniciativas empresariais de caráter predatório, pois são montadas visando a exploração e a precarização do trabalho dos cooperados através da redução dos custos provenientes do não-pagamento das contribuições e encargos trabalhistas legais.

2.4.2 Do Associativismo

A associação é uma outra forma de organização das iniciativas coletivas abrangidas pela economia solidária, e dentro dessa perspectiva, atuam nos mesmos ramos de atividades das cooperativas, quais sejam, reciclagem, confecção, artesanato, alimentação e serviços, em outras palavras, atividades pouco complexas, na sua maioria.

Veiga e Rech (2002, p. 17) conceituam associação como: “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados”.

Segundo esses autores, as associações são caracterizadas por reunir duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns; por ter seu patrimônio constituído pela contribuição dos associados, por doações, subvenções entre outras formas; por ter a possibilidade de alterar seus fins, em consonância com a vontade dos associados; por seus associados poderem deliberar livremente; e são sempre entidades de direito privado. São

dirigidas por uma diretoria, eleita pelos associados, cujas funções estão pré-determinadas nos estatutos, além de serem subordinadas a vontade coletiva e democrática dos seus associados.

No que se refere a legislação em vigência, são regidas pelo artigo 5º da Constituição Federal, incisos XVII a XXI, e parágrafo segundo do artigo 174 da referida Carta Magna, assim como pelo Código Civil Brasileiro, tendo como finalidade, a representação e a defesa dos interesses dos associados; o estímulo a melhoria técnica e social dos associados; bem como realização de iniciativas de promoção, educação e assistência social.

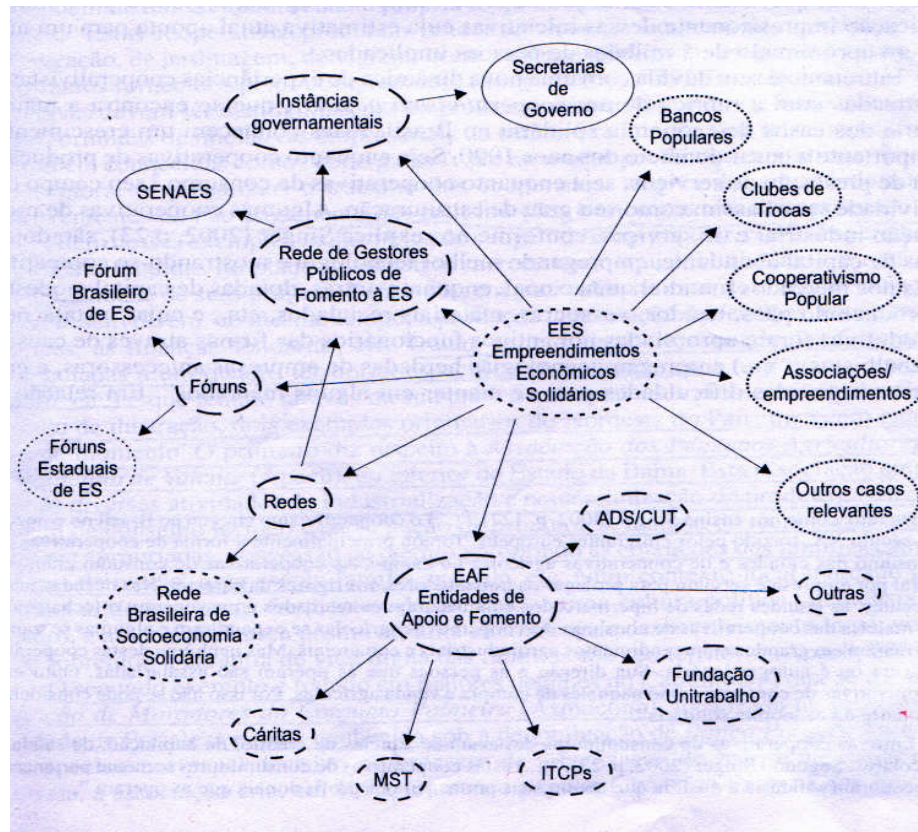
No aspecto jurídico, uma das desvantagens dessa forma de organização é o fato das associações, no que se refere a legislação em vigor no Brasil, não terem como finalidade a viabilização de atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização. Nesse sentido, elas são legalmente impedidas de desenvolver atividades voltadas para a comercialização e que geram renda, porém, na prática, os empreendimentos solidários que se organizam por meio de associações, de forma geral, ignoram esta limitação imposta pela lei.

2.4.3 Panorama Aproximativo do Universo da Economia Popular e Solidária no Brasil

Na seqüência, vamos abordar o universo de prática, buscando mostrar suas diferentes formas de manifestação. Há de se destacar que se por um lado, são iniciativas oriundas da sociedade civil, por outro, observa-se o papel cada vez mais relevante dos poderes públicos, que por meio da constituição de políticas públicas concretas, tem permitido aos atores da economia popular e solidária encontrar canais de interlocução junto às diferentes secretarias de governo, principalmente em nível municipal.

De acordo com França Filho (2006), a economia popular e solidária no Brasil, no plano da forma, apresenta algumas similaridades com a realidade encontrada na França, haja vista que é também compreendida, nesse âmbito, pelas formas de comércio justo, de finanças solidárias, de economia sem dinheiro e de empresas sociais, entre outros. Ao que se refere as experiências que constituem o campo, não existe tal similaridade, sendo necessário que se faça a distinção das três principais modalidades encontradas na realidade Brasileira, quais sejam, os empreendimentos econômicos solidários (EES), as entidades de apoio e fomento (EAF) e as formas de auto-organização política que são as redes e os fóruns.

Há de se destacar o mapa da economia popular e solidária que nos é dado por França Filho (2006), e que nos mostra com precisão a sistemática de funcionamento da economia popular e solidária no Brasil (Ver Organograma 2).



Fonte: França Filho (2006, p. 61).

Organograma 2 – Mapa da economia popular e solidária no Brasil

Ao aprofundarmos o campo de práticas da economia solidária no Brasil, além do recorte que é feito por França Filho, nos apoiamos também em Pinto (2006) e Coelho (2003), dentre outros estudiosos, situaremos primeiro o campo dos empreendimentos econômicos solidários (EES), em seguida as entidades de apoio e fomento (EAF), e por fim as formas de auto-organização política.

2.4.3.1 Dos Empreendimentos Econômicos Solidários

O campo dos empreendimentos econômicos solidários compreende as diversas modalidades de organizações econômicas que abrangem os quatro domínios relativos a tais práticas, que são o comércio justo, as finanças solidárias, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

Antes de abordarmos os quatro domínios desse campo, é importante trazer os critérios que nos são dados por França Filho e Laville (2004) para definição de

empreendimentos de Economia Solidária, que no entendimento desses autores reflete os cinco grandes traços das mesmas.

Pluralidade de princípios econômicos	[...] Este critério indica que em tais experiências, articulam-se distintas fontes de recursos, entre o mercado através da venda ou prestação de serviço; os poderes públicos, através das várias formas de subsídios, oriundos tantos de instituições governamentais quanto não governamental; e aqueles recursos oriundos das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca dádiva [...].
Autonomia institucional	Isto significa reconhecer a independência de tais iniciativas em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições. Esse critério indica, sobretudo, a autonomia de gestão do empreendimento, o que não impede sua interdependência em relação a outras organizações sob a forma de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação que preservam sua autonomia.
Democratização do processos decisórios	O que significa supor a existência de mecanismos de decisão interna nessas formas de organização que são coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados [...], sendo a autogestão sua modalidade mais específica de condução dos empreendimentos.
Sociabilidade comunitário-pública	Este critério sugere o fato de essas formas de organização desenvolverem um modo de sociabilidade singular, ao misturarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. Esse critério indica que o padrão de relações impessoais no trabalho não é tolerado nestas iniciativas. Observa-se, em geral, uma tentativa de combinação singular entre, ao mesmo tempo, valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio da alteridade.
Finalidade multidimensional	Esse critério indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se num espaço público. O econômico aqui acaba servindo como um meio para a realização do objetivo do empreendimento que se define, prioritariamente, em termos sociais, políticos ou ecológicos. Portanto as iniciativas devem afirmar, do ponto de vista do seu grau de referencialidade, um caráter heterocentrado, ou seja, ela não se limita apenas aos seus membros internos e volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas.

Fonte: França Filho; Laville (2004).

Quadro 1 – Critérios definidores de empreendimentos de economia solidária

Considerando esses critérios que nos são dados por França Filho como definidores de um empreendimento de economia solidária, buscaremos também, através dos mesmos, verificar os avanços alcançados pelas Associações de Catadores de Recicláveis – nosso objeto de pesquisa, no seu processo de consolidação enquanto empreendimentos de Economia Solidária.

a) Das Finanças Solidárias

As cooperativas de crédito ressurgem sob a temática das finanças solidárias (microcrédito, poupança solidária, microfinança), que consistem em instrumentos de democratização do sistema financeiro, tendo por objetivo a adequação dos produtos financeiros às necessidades básicas da população, bem como o equacionamento da relação entre economia e sociedade, sob a égide da ética e da solidariedade, visando dar condições para um desenvolvimento humano integrado e sustentável.

Como nos indica Pinto (2006), nesse tipo de sistema se utiliza o capital dos poupadores associados, bem como de recursos públicos, o objetivo é diminuir o custo do crédito a partir de poupadores solidários que aceitem obter uma remuneração mais baixa em seus depósitos, em troca de juros baixos, no caso de obtenção de financiamento para si, bem como em nome da utilidade social do investimento, ou seja, em nome dos elos sociais. O crédito solidário visa o financiamento de pequenos negócios, com ênfase para o seu acompanhamento pelo grupo.

Na prática, são pessoas ou grupos que se associam em cooperativas de crédito e constroem instrumentos alternativos de financiamento, tais como o cartão de crédito solidário por meio de negociações com agentes do mercado local, há também o aval solidário, onde um grupo de pessoas serve de avalista para membros do próprio grupo ou indivíduos ligados à comunidade obter empréstimo. Observa-se nesse caso que o crédito é meio, e não fim como nos bancos, fomentando a produção e comercialização local (PINTO, 2006).

Nessa direção, tem-se também o entendimento de Coelho (2003, p. 155), ressaltando que:

O conceito de finanças solidárias se insere desse modo, na produção social de economia solidária e deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais. Insere-se como elemento central dessas relações de força o poder da moeda. Em particular, no caso das finanças solidárias, ele assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalizar um sistema de garantia e de crédito, ou ainda, como reserva de valor no caso da poupança ou do seguro.

No universo brasileiro há um número em franca expansão de iniciativas de finanças solidárias que recebem a denominação genérica de *bancos populares*. Na realidade, na maior parte dos casos, são cooperativas de crédito que generalizam a prática do crédito para as pequenas iniciativas de organizações coletivas populares. Em geral estas iniciativas de

finanças solidárias recebem o apoio institucional, tanto do poder público quanto da própria sociedade civil, por meio da ação de ONGs (FRANÇA FILHO, 2006).

No entanto, para o mesmo autor:

[...] importa salientar a variedade de práticas e metodologias específicas orientando diferentes iniciativas neste domínio das finanças solidárias, onde podem ser destacados o microcrédito orientado, os fundos rotativos solidários e os bancos comunitários. Estes últimos, fortemente inspirados na experiência pioneira do Banco Palmas no Ceará, conhecem uma importância crescente no momento atual, em função da multiplicação do número de experiências e da constituição da rede brasileira de bancos comunitários (FRANÇA FILHO, 2006. p. 61).

As agências de cooperação internacional e de bancos públicos federais financiam grande parte das cooperativas de crédito no Brasil. Parte dos recursos que os bancos públicos utilizam para este tipo de financiamento é oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além das cooperativas, existem ONGs que trabalham como agentes de crédito, bem como constituem e administram fundos de apoio a pequenos projetos. Vale assinalar que normalmente as experiências de Banco do Povo estão atreladas ao financiamento de prefeituras ou governos estaduais (PINTO, 2006).

b) Dos Clubes de Trocas

Sobre os Clubes de Trocas, não podemos deixar de ressaltar que a tradição de um sistema de trocas é algo bem antigo, que remonta as sociedades primitivas, sendo, portanto, uma tradição que já existia tempos antes de ocorrer a hegemonia do modo de produção capitalista.

Os clubes de troca ou redes de troca, sob o prisma da Economia Solidária, foram criados inicialmente em Vancouver, no Canadá, em 1976, onde são conhecidos por LETS (*local exchange trade system*). Já na França, o primeiro clube aparece na cidade de Lyon, em 1994 (PINTO, 2006). Na Argentina, surge em Bernal, em meados da década de 1980, sendo, portanto, uma inovação recente da Economia Solidária (SINGER, 2002).

Esse sistema de trocas consiste numa associação com a participação de pessoas, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores individuais sem uma renda regular, que se valem de "moedas sociais" para efetivar trocas de bens e serviços entre elas.

Como nos esclarece França Filho e Laville (2004, p. 125):

O conjunto de intercâmbios é contabilizado pela associação com o auxílio de uma moeda fictícia, e as dívidas são reguladas (mas jamais eliminadas) através de um sistema de compensação. A natureza das atividades e bens

trocados é bastante diversa: guarda de crianças, aulas (língua, cozinha), serviço de reparo em geral (em marcenaria, encanamento, eletrônica), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, etc.

Nem todos os clubes de troca adotam moeda fictícia, mas nem por isso tais práticas deixam de alimentar a proliferação de um circuito de trocas não monetárias, pautadas na lógica da dádiva, ou seja, o objetivo das trocas é, para além da satisfação utilitária dos bens ou serviços, pois visa também o fortalecimento dos vínculos sociais entre as pessoas envolvidas. Este tipo de prática é parte integrante de uma dimensão intrínseca às próprias formas de vida dos setores populares, sendo inerente a sua tradição. O que há de novo é observar que tais práticas se inscrevem no quadro da ação associativa, ou seja, alcançaram certo grau de institucionalização (FRANÇA FILHO, 2006).

Acrescenta ainda o autor:

Nesse sentido, a aparição do fenômeno, como na França, relaciona-se não apenas ao aumento de desemprego, conforme ocorre na maior parte dos casos, mas também se deve a razões pessoais de busca por outras formas de troca econômica, para além do modo mercantil. Isto porque estas experiências não se restringem aos meios populares: em alguns casos, elas são uma iniciativa de redes sociais oriundas das classes médias urbanas. De todo modo, o aumento deste fenômeno, no Brasil, não pode ser comparado à amplitude que ele atinge na Argentina, que, diante da situação de crise econômica aguda, registrou uma multiplicação impressionante dessas iniciativas cuja estimativa atual aponta para um número aproximado de 5 milhões de pessoas implicadas (FRANÇA FILHO, 2006, p. 62).

c) Das Empresas Solidárias

As chamadas empresas solidárias, são na realidade “cooperativas de produção industrial e de serviços, dotadas de capital abundante que empregam a melhor tecnologia e se mostram competitivas no mercado mundial ou em mercados nacionais” (SINGER, 2003b, p.22). Há ainda aquelas empresas solidárias, possuidoras de um capital modesto cujas instalações foram apropriadas por trabalhadores, por meio de ações trabalhistas, que “[...] empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados” (SINGER, 2003b, p. 23).

Em decorrência da crise industrial do início dos anos 1990, que levou boa parte do parque industrial brasileiro a fechar suas portas, surgiu um movimento de retomada pelos trabalhadores, de empresas em estado de falência.

Para França Filho (2006, p. 63):

Essas novas cooperativas pretendem se distinguir do cooperativismo tradicional através da afirmação de uma dupla característica: a preocupação em inscrever sua dinâmica numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário, e sua organização em rede. Neste sentido, o caso da Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Autogeridas) e o da Federação de Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo aparecem como sinais importantes do nível de organização de algumas dessas iniciativas, neste momento, que aparecem mais próximas das experiências das chamadas empresas sociais na Europa.

Dessa forma, podemos afirmar que as empresas solidárias, mesmo com dificuldade, conseguem dar continuidade ao seu desenvolvimento, mantendo um nível razoável de estruturação e de organização do trabalho.

d) Do Comércio Justo e do Consumo Solidário

O comércio justo está muito além de uma mera relação comercial, pois busca uma relação de cooperação e colaboração dos produtores, pautada na igualdade e respeito mútuo. No conceito que nos é dado por Fretell e Roca (2003, p. 36):

Entendemos por comércio justo a rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas no processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos).

Conforme nos coloca Fretell e Roca (2003), o comércio justo visa reconhecer e valorizar o trabalho, assim como as expectativas daqueles que produzem e consomem, permitindo a melhora de vida dos mesmos. Propõe-se ainda a promover as relações entre produtores e consumidores que sejam pautadas na equidade, na associação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado.

Já o consumo solidário, segundo Mance (2003, p. 45):

É aquele praticado em função não apenas do próprio bem viver pessoal, mas também do bem viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária em vez de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é praticado também com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida. Além disso, preserva o equilíbrio dos ecossistemas e melhora

o padrão de renda de todos os que participam das redes solidárias, combatendo-se assim a exclusão social e a degradação ambiental.

Como nos esclarece Mance, o conceito de consumo solidário é ligado à noção de consumo crítico, desenvolvido nas últimas décadas e originado nos movimentos de ecologia e de defesa do consumidor. A lógica do consumo crítico vincula cada ato de consumo a uma dimensão planetária, podendo tornar o consumidor, neste sentido, um cúmplice de ações desumanas e ecologicamente prejudiciais.

Destacamos ainda que vêm sendo criados selos ou mesmo certificação de produtos com conteúdo ambiental e/ou social, nos marcos de um comércio justo e consumo responsável. No caso brasileiro, a perspectiva de um consumo ético parece ainda restrita a alguns nichos de mercado, como no caso dos produtos orgânicos e, mais recentemente, agroecológicos. Mas já existem casos onde a população de baixa renda passa a orientar seu consumo para a comunidade onde mora, como forma de desenvolver a economia local e, assim, criar novas oportunidades de trabalho e renda (PINTO, 2006).

e) Da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira – ASMOCON

Afora os casos majoritários do cooperativismo popular, há de se apontar experiências que são por demais exitosas, em razão da originalidade de suas práticas, e ousaríamos até dizer, um exemplo a ser seguido. A este título, a experiência que descreveremos é vinculada a um quadro territorial específico de pertencimento, ou seja, um bairro, e que vêm por meio de sua Associação, dentro da perspectiva da economia solidária, enfrentando suas problemáticas locais. Trata-se da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCON) que se situa na periferia da cidade de Fortaleza e, na atualidade, tornou-se muito conhecida sob a denominação de *Banco Palmas*.

A Associação do Bairro promoveu a sua urbanização, que até então era uma favela, sua segunda grande empreitada ocorreu no ano de 1998, quando criou um banco popular denominado de Palmas, que tem por objetivo o financiamento de uma série de atividades solidárias, abarcando grande parte da cadeia socioprodutiva local. As ações envolvem várias linhas de microcrédito visando o apoio de grupos produtivos que atuam no campo do artesanado (PalMart), de confecções (Palma Feshion), de material de limpeza (Palma Limpe), de produtos naturais (PalmaNatus).

Há também ações de incentivo ao consumo solidário local através de cartão de crédito (Palocard), da criação de um clube de trocas com adoção inclusive de uma moeda

social do bairro (o Palma\$), de coordenação de um sistema de compras coletivas e de venda dos produtos do bairro através de uma loja solidária. A Associação também vem promovendo a criação de um Laboratório de Agricultura Urbana (LAU), um projeto de criação de galinha caipira, uma escola de formação, um Centro de Estudos em socioeconomia solidária, etc. Essa experiência, que foi brevemente descrita, pode ser considerada como uma das mais emblemáticas nesse campo da economia popular e solidária no Brasil, dada à originalidade de sua atuação (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003; FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2003 apud FRANÇA FILHO, 2006).

2.4.3.2 Das Entidades de Apoio e Fomento

As entidades de apoio e fomento à Economia Solidária no Brasil vêm desempenhando um papel muito importante na estruturação do campo através do apoio prestado aos empreendimentos econômicos solidários (EES). Destaca-se entre estas, o papel desempenhado pela *Cáritas*, que é uma entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e vêm desde os anos 1980 financiando milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). De acordo com Singer (2002, p.122):

[...] uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país, Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pela trabalhadores sem-terra.

O MST, em razão de promover o assentamento de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos, vem se constituindo em um outro ator relevante neste âmbito, uma vez que decidiu promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias.

O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar isso, criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais em primeiro nível: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de

Serviços e Cooperativas de créditos' (FERREIRA, 2002 apud FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 56).

Cabe também destacar as ações das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que são entidades da universidade que promovem a formação em Economia Solidária por meio da incubação de cooperativas e grupos de produção associada, conforme nos aponta Singer (2002, p. 123):

As ITCPs são multidisciplinares. integradas por professores alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionário. Desde 1999, as ITCPs constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou a Fundação Unitrabalho (separando-se mais tarde), que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidade acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, sob muitos aspectos, se assemelha às das ITCPs.

Há ainda a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que por meio de sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), criada em 1999 em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) vêm promovendo a formação em economia solidária para as lideranças sindicais.

A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho. Uma de suas atividades prioritárias é a criação de cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário [...] (SINGER, 2002, p. 124).

Nesse âmbito das entidades de apoio e fomento, é relevante o número de ONGs, que vem atuando no plano local, em diferentes partes do território brasileiro. Boa parte destas organizações vem articulando parcerias com os poderes públicos, em especial junto às prefeituras municipais objetivando a fomentação de economia solidária a nível local, visando um processo de desenvolvimento local sustentável.

2.4.3.3 Uma Nova Proposta de Auto-Organização Política

O movimento de Economia Solidária apresenta duas formas principais de auto-

organização política que são as redes e os fóruns. Para França Filho (2006, p. 67):

[...] sendo os *fóruns* também formas de *redes*, trata-se, portanto, de dois modos de expressão de difícil distinção e que apresentam ainda a tendência a se articularem, o que remete a um debate político sobre o lugar de cada modo de auto-organização e suas relações tanto entre si quanto em relação aos poderes públicos.

a) Das Redes

As redes são formas de auto-organização mais comuns e antigas. De acordo com França Filho (2006, p. 67):

Elas consistem num associacionismo mais amplo, compreendendo um certo número de experiências concretas, assim como de organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns. As *redes* se estendem em diferentes escalas, entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Elas são as formas por excelência de organização dos movimentos associativos hoje.

Essa característica representa uma inovação em relação à tradição de organização dos movimentos sociais e políticos e geram implicações consideráveis no plano da tomada de poder nestas instituições, representando, desta forma, uma grande mudança em relação às estruturas anteriores que eram hierárquicas. Dessa forma, parece se instituir novas modalidades de estabelecimento do ato político.

A Rede Brasileira de Socioeconômica Solidária, criada na ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, no ano de 2001, em Porto Alegre, conforme nos mostra França Filho (2006, p. 67),

Para além de uma rede virtual de troca de informações e de conhecimento na internet, ela é também uma rede concreta de trocas de experiências em vários níveis: a formação, o conhecimento mútuo, o intercâmbio comercial, o intercâmbio de metodologias de apoio à criação de iniciativas, o espaço de debate e discussão política sobre o posicionamento da rede-movimento em relação aos poderes públicos, etc. Seu modo de funcionamento é muito baseado nos intercâmbios via internet, porém um lugar fundamental é reservado aos encontros, que são os momentos de reunião dos atores. Estes encontros podem ter lugar em diferentes níveis no plano territorial, assim como sua periodicidade varia bastante. O mais importante sendo o encontro nacional da rede.

Nesse sentido, as redes detêm um traço político forte, uma vez que se constituem unicamente a partir das próprias experiências oriundas da sociedade, situando-se, desta forma, de modo independente aos poderes públicos. Por outro lado, considerando-se o lugar cada vez mais

importante que a economia solidária vem assumindo no interior de certas estruturas de governo, que são as instâncias que tem o poder de decidir pela criação de políticas públicas para economia solidária. Uma relação de interdependência tende a estabelecer-se com os poderes públicos em termos da instauração de novos espaços de intercâmbio e troca de experiências comuns.

Nessa perspectiva, foi criada recentemente a rede de gestores públicos que reúne dezenas de prefeituras brasileiras, cuja dinâmica comprova a complexidade desse campo.

b) Dos Fóruns

Os fóruns, por sua vez, são espaços de reunião de atores num sentido mais ampliado, uma vez que comportam a participação de representantes de instituições públicas do Estado. Dessa forma, ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaços de atores da sociedade civil, os fóruns dão espaço para uma relação de interdependência em relação aos poderes públicos.

Assim como as redes, os fóruns representam espaços de aglutinação de atores para discussão dos seus problemas comuns. O objetivo é de tornar mais legítimo o campo da economia solidária buscando sempre fortalecer seu desenvolvimento. Nesse sentido, a relação com os poderes públicos é importante, posto que desta forma os fóruns se impõem como interlocutores privilegiados do movimento de economia solidária junto ao Estado e, especialmente, à SENAES.

De acordo com França Filho (2006, p. 68):

Para além de ações pontuais relativas à organização de um movimento de atores com origens bastante diversificadas, a tarefa principal que se atribuem aos fóruns parece ser aquela de poder intervir com mais força na construção de políticas públicas através do encaminhamento de proposições. Neste nível, os fóruns encontram um espaço razoável para poder desempenhar um papel decisivo na mudança institucional indispensável para a consolidação deste campo, que diz respeito justamente à instituição de um quadro de regulação jurídico-político (marco legal) permitindo legitimar e fortalecer a especificidade das práticas de economia solidária.

No Plano da estrutura é importante diferenciar os dois níveis de desenvolvimento dos fóruns. Primeiramente, há de se esclarecer que após constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, foi decidida a instauração de fóruns a nível estadual, que inicialmente abarcaram 18 Estados da Federação.

Já no que tange à dinâmica de funcionamento, os fóruns se organizam a partir de reuniões plenárias regulares e por meio de uma secretaria executiva, sendo esta a instância de

coordenação do fórum e responsável pela implementação das atividades. O principal foco de atividades do fórum diz respeito a própria animação da rede e a resposta a demandas muito variadas, que são encaminhadas e tratadas junto as comissões de trabalho a que se referem. Dessa forma, as reuniões plenárias são o principal espaço para deslinde das principais discussões, bem como para o estabelecimento das decisões fundamentais do movimento.

Na visão de França Filho (2006, p. 69):

[...] os fóruns, como as redes, apresentam um caráter ao mesmo tempo militante e de assistência técnica. Os fóruns são também espaços de reunião dos atores, porém num sentido mais abrangente em relação às redes, pela presença e participação de representantes dos poderes públicos governamentais. Ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns constituem-se como espaços de intermediação em relação ao Estado.

Desse modo, tais espaços congregam e reagrupam, o conjunto de todos aqueles que participam do movimento de economia solidária, tais como pesquisadores, entidades de apoio e fomento, gestores públicos e os próprios atores, ressaltando-se que o engajamento nos fóruns ocorre de maneira fundamentalmente voluntária.

2.4.3.4 Dos Espaços Públicos

Em relação aos espaços públicos, à sua instituição, segundo França Filho (2006, p. 69) é: “Num plano mais sociopolítico de análise, que se completa a natureza mais socioeconômica de tais práticas, estas experiências de auto-organização apontam algumas inovações importantes, sobretudo em termos de instituição de espaços públicos de um tipo novo”.

Dessa forma, na visão do autor, faz-se necessário pensar em espaços públicos de acordo com um duplo registro que parecem mostrar a realidade atual do campo de uma economia popular e solidária no Brasil. Nesses espaços, o autor enfatiza a possibilidade de diálogo e articulação da sociedade civil, bem como dela com os entes públicos, abrindo espaço para novas formas de ação pública, que contribuem diretamente para a criação de políticas públicas que venham a beneficiar os grupos envolvidos.

a) Dos Espaços Públicos de Proximidade

França Filho (2006) se utiliza da expressão de Laville (1994), “espaços públicos de proximidade” (porém dando para esta uma outra conotação), buscando explicar experiências tipicamente brasileiras no âmbito da Economia Solidária, tais como a da ASMOCON, e segundo o autor, inventam-se novas formas de ação pública, fruto de novas formas de democracia local, em que a criação de atividades econômicas supõe uma iniciativa sociopolítica.

Segundo o referido autor:

Trata-se neste tipo de situação de novas formas de democracia local, ao nível de um bairro na maioria das vezes. Este é o caso de certas iniciativas de economia popular e solidária em que moradores, através da via associativa ou cooperativa, decidem agir ativamente na resolução de seus problemas comuns, que em geral relacionam-se com a melhoria das suas próprias condições de vida. Aqui, a criação de atividades econômicas supõe uma iniciativa sociopolítica. Ou seja, a criação de atividades representa um meio para acessar uma outra condição de vida, com mais cidadania. Isto implica considerar que a elaboração de atividades socioeconômicas se coloca numa relação muito estreita com uma perspectiva política, em termos, por exemplo, de uma conscientização dos atores em relação aos problemas públicos concretos em seu contexto territorial (FRANÇA FILHO, 2006, p. 69).

Dessa forma, o autor entende que os espaços associativos ou cooperativistas apresentam vocação para se tornarem, também, espaços onde pode haver um diálogo que permita aos sujeitos construir um discurso sobre seus problemas comuns. Nesse sentido, para França Filho (2006, p. 69):

Existe aí um vínculo interessante que pode ser criado entre a dimensão mais comunitária de tais práticas socioeconômicas (cujas atividades mais parecem representar uma extensão das práticas de solidariedade ordinária que são tecidas no cotidiano da vida na comunidade) e a dimensão mais política ou pública em que os atores (através de suas atividades) debatem seus problemas comuns e trabalham diretamente na sua resolução.

Nessa linha de raciocínio, tais experiências revelam a capacidade da sociedade de inventar novas formas de ação pública, ou seja, novas soluções.

b) Espaços Públicos de Segundo Nível

O que França Filho (2006) vem a denominar de Espaços Públicos de Segundo Nível são os espaços públicos de aglutinação das várias iniciativas do campo, como as redes e especialmente os fóruns.

Para ele:

[...] mais do que instâncias emergentes, como no primeiro registro, este tem

vocação para constituir-se como espaços de regulação de um campo de práticas que se afirma também, cada vez mais, como movimento social de um tipo completamente novo, ao que parece. Tais espaços representam assim instâncias privilegiadas de interlocução de um movimento de atores com o Estado. Eles se constituem precisamente como intermediários entre as iniciativas na base do movimento e as autoridades públicas. Eles vêm desse modo atestar o nível de institucionalização do campo da Economia Solidária no momento atual (p. 70).

Para França Filho (2006), o diálogo, ou como ele mesmo coloca, o uso da palavra ocupa um espaço privilegiado nessas instâncias, que são também os espaços em que as iniciativas coletivas se fazem representar perante o poder público e se articulam com o mesmo. O autor cita como exemplo as cartas de princípios dos fóruns, no sentido de que elas demonstram a dimensão de participação democrática que deve guiar o funcionamento destas instâncias.

Nesse sentido, o autor compreende que neste segundo registro há o surgimento de espaços públicos mais institucionalizados, em virtude de um duplo caráter adicional, qual seja, de serem pré-definidos na dinâmica dos atores e de estenderem-se numa escala mais ampliada no seio da própria sociedade. Sendo assim, são “espaços públicos de regulação de um campo de práticas que se impõe a um segundo nível, ou seja, numa condição de intermediário entre as iniciativas na base da sociedade e o Estado” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 70).

2.4.3.5 A Caminho da Construção e Consolidação de Políticas Públicas em Economia Popular e Solidária

Na atualidade, o papel dos fóruns é tornar mais legítimo o campo da Economia Solidária, abrindo os espaços necessários para o seu desenvolvimento, inclusive possibilitando a articulação do movimento com os poderes públicos.

Nesse sentido, nos aponta França Filho (2006, p. 70) que:

[...] as relações com os poderes públicos tornam-se muito importantes. Após ter intervindo neste sentido, o fórum nacional, sob o qual reagrupam-se os fóruns estaduais, impõe-se hoje como interlocutores privilegiados do Estado e da própria SENAES. O método empregado pela SENAES parece refletir isto, ao considerar como seu objetivo estratégico o fato de apoiar-se sobre os próprios atores em campo e suas instituições na condução de suas ações.

Dessa forma, para além de ações pontuais visando à organização de um movimento de atores com origens muito diversas, a maior missão dos fóruns parece ser aquela de promover a ampliação do poder de intervenção no plano da construção de políticas públicas através da formulação de proposições. Assim, os fóruns desempenham um papel decisivo no

que se refere a mudança institucional e elaboração de um novo quadro de regulação jurídico-político que possa integrar a especificidade das práticas de Economia Solidária.

No entendimento de França Filho (2006, p. 70):

Como se trata de um movimento muito recente, tanto para instituições como os *fóruns* quanto para a própria SENAES, certas ações empreendidas atualmente representam condições preliminares à construção posterior de políticas públicas. Neste sentido, uma das mais importantes consiste na pesquisa de mapeamento do conjunto de iniciativas, de diferentes tipos, que constituem o campo no país. Trata-se aqui de algo fundamental para avaliação mais rigorosa acerca das próprias possibilidades e limites deste campo de práticas. Esta tarefa, a SENAES desenvolve em parceria com os *fóruns regionais* através de abordagem de pesquisa quantitativa e qualitativa, visando à constituição de um banco de dados sobre as práticas existentes.

Sendo assim, para além de ações pontuais, é necessário se ressaltar as diversas parcerias que estão sendo firmadas em âmbito dos Estados e municípios com os fóruns regionais. A Economia Solidária vem ocupando um lugar cada vez mais importante no interior das estruturas de governo, especialmente nos municípios, sendo um fator indicativo deste avanço a criação recente da rede de gestores públicos de fomento à Economia Solidária, que tem por objetivo um reagrupamento de representantes de instituições públicas governamentais envolvidas no movimento de economia solidária, o que mostra mais ainda a complexidade deste campo.

Sob esse aspecto França Filho (2006, p. 71) ainda aponta:

[...] o campo de uma economia popular e solidária no Brasil revela-se complexo ao articular iniciativas inovadoras em diferentes níveis, entre empreendimentos econômicos solidários (EES), entidades de apoio e fomento (EAF) e formas de auto-organização política (redes e fóruns). Enquanto campo de práticas, tais iniciativas articulam nitidamente em suas ações uma dimensão socioeconômica com uma dimensão sociopolítica. Esta última ganha evidência com a instituição de espaços públicos em sua dupla acepção aqui assinalada de espaços públicos de proximidade e de espaços públicos de segundo nível, que vêm conferir ao campo um caráter de movimento social bastante inovador ao apontar uma redefinição das relações entre sociedade civil e Estado.

Sendo assim, é visível como a economia popular e solidária constituída a partir de movimentos da sociedade civil, encontra-se na atualidade com um amplo diálogo com o Poder Público e a caminho da construção de políticas públicas para elaboração de um novo quadro de regulação jurídico-político que possa integrar a especificidade das práticas de economia solidária. Por fim, destacamos que é muito prematuro chegar a algum tipo de

conclusão sobre a evolução de tal dinâmica; por outro lado, é importante ressaltar que parte do êxito atual dessa dinâmica tem sido possível em razão do Governo Federal ter colocado a economia solidária como destaque em seu programa de governo.

Após esta síntese interpretativa e explicativa da trajetória da Economia Solidária, trazendo à tona o processo de construção de seu conceito, os percalços em suas distintas abordagens e seus princípios e critérios, passaremos a situar a historicidade das Associações de Catadores de Recicláveis – nosso objeto de estudo, sua caracterização e conseqüentemente a análise dos resultados junto aos sujeitos da pesquisa o que se dará à luz das categorias analíticas e dos princípios que seguem e definem uma associação ou uma organização como empreendimento solidário.

3 DO LIXÃO ÀS ASSOCIAÇÕES: A TRAJETÓRIA DOS CATADORES

3.1 Contextualização do Lixão de Cidade Nova: Aspectos Históricos e Caracterização

Conforme relatório do projeto Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social dos Catadores e a Erradicação de Lixões, a antiga área de descarte do lixo de Natal, é limitada pelos quatro bairros mais pobres e violentos do Município: Guarapes, com 9.344 habitantes; Felipe Camarão, com 51.007 habitantes, Planalto, com 15.910 habitantes, Cidade Nova, com 15.946 habitantes (SEMURB, 2003 apud FUNDAÇÃO ZERBINI, 2003). Toda esta área localiza-se entre as coordenadas 5°49'20" a 5°52'00" de latitude sul e 35°13'20" a 35°16'49" de longitude oeste, situando-se entre a ZPA 4 e ZPA 1, que são dunas de Proteção Ambiental na Zona Oeste da Capital, totalizando 34 hectares, tendo a Avenida Central, pertencente ao bairro de Cidade Nova, como principal via de acesso. Por essa razão, a maioria das referências ao aterro de lixo, faz menção a sua localização como sendo no bairro de Cidade Nova.

A área é composta geologicamente por tabuleiros arenosos pertencentes à Formação Guarapes/Grupo Barreiras e Paleodunas da Formação Potengi, compostos por extensos cordões de dunas. A disposição de resíduos nessa área se processou por cerca de 29 anos, com o aterramento de aproximadamente 6.117.000 (seis milhões e setecentos e dezessete mil toneladas) de resíduos até o ano de 2003, formando uma camada de lixo que varia de 10 a 35 metros de altura, o qual recebia cerca de 1.598 toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo estes dispostos sem nenhum tipo de tratamento em uma área já saturada.



**Antiga área de
descarga de resíduos**

Fotografia 1 – Mapa da Região Metropolitana de Natal



Fotografia 2 – Vista geral do Lixão de Cidade Nova (maio de 2003)

Segundo o já mencionado relatório, as atividades de catação desenvolvidas no aterro tinham uma estreita ligação com a atividade comercial desenvolvida nos seus arredores. Contava ela com uma diversidade de pontos que comercializavam materiais recicláveis retirados do aterro, além de outros tipos de comércio, tais como: venda da lenha e do carvão produzido no aterro, catação e venda de matéria orgânica e frete de material. Conforme estudos de Sérgio Pinheiro, na época em que presidiu a Urbana, havia uma estreita ligação entre as atividades no aterro e as comunidades a sua volta, uma vez que 60,15% dos catadores tinha uma renda mensal média superior a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e que 91,46% deles morava nos bairros anteriormente mencionados, que circundavam o local onde se situava o aterro de lixo.

No ano de 1998, a União Federal ajuizou uma Ação Civil Pública, que tramitou na 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sob o n. 98.392-4, contra o Município de Natal-RN, contra o Município de Parnamirim e contra a Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA), requerendo, dentre outras exigências, a construção de um aterro sanitário e o fechamento do aterro de lixo de Cidade Nova. Dentre as razões apontadas destacava-se: o fato do lixão se encontrar próximo às pistas do Aeroporto Internacional Augusto Severo, infringindo desta forma as disposições normativas concernentes ao meio ambiente e aos limites de segurança no entorno dos aeroportos e em razão da falta de tratamento adequado ao lixo que ali era depositado, que resultava em uma agressão ao meio ambiente, traduzida mais diretamente pela infiltração de resíduos no solo, que contaminavam os lençóis freáticos, bem como pela diminuição da salubridade e da qualidade de vida na área.

Em considerando essas razões que perduraram quase três décadas (29 anos), em 21 de outubro de 1999, o Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte sentenciou a referida Ação Civil Pública, condenando o Município de Natal-RN, dentre outros, a construir um aterro sanitário que observasse as normas técnicas pertinentes, que respeitasse o limite de 20 km de distância do Aeroporto Internacional Augusto Severo, e, determinou ainda, o prazo de um ano, a contar de dois de janeiro de 2000, para que o novo aterro sanitário fosse construído e entrasse em funcionamento, além da interdição oficial dos lixões utilizados pelo município. Apesar da referida determinação judicial, o aterro de lixo de Cidade Nova só veio a ser fechado em 02 de agosto de 2004.

No decorrer da referida Ação Civil Pública, ficou provado por meio de Laudo Técnico que o aterro de lixo de Cidade Nova não tinha condições de funcionamento, uma vez que não tinha as mínimas medidas necessárias de proteção ao meio ambiente e à saúde pública, conforme revela o trecho da sentença, ora transcrito:

Apesar do Município de Natal e da Urbana ora alegarem que o lixo desta cidade tem o seu destino final em ‘aterro controlado’ (v.g. fls.100), sendo feito um ‘tratamento sério’ (v.g. fls.101), ora argumentarem que o depósito dos resíduos é feito em um ‘aterro sanitário’ (v.g. fls.540), a verdade exposta nos autos é que existe um grande ‘LIXÃO’ no bairro de Cidade Nova, não havendo, pois, as mínimas medidas necessárias a proteção ao meio ambiente e à saúde pública. As respostas dos expertos, contidas no laudo pericial, são bem reveladoras da realidade existente [...]. (BRASIL. Ação civil pública, n. 98.392-4, 1998).

É importante observar que, ao analisar a documentação acostada aos autos da referida Ação Civil Pública, denota-se que o fato que realmente moveu a União Federal a ajuizar a referida Ação Civil Pública foi o problema relativo à segurança do tráfego aéreo, em razão dos altos índices de colisões que estavam existindo entre urubus, quero-quero, bacuraus, corujas, gaviões e outros pássaros com aeronaves, nas imediações do Aeródromo Augusto Severo; em segundo plano, denota-se a preocupação com o meio ambiente, mas em nenhum momento se aborda diretamente o problema social daquelas populações que sobreviviam do lixo nos aterros.

Com a determinação judicial de fechamento do Lixão de Cidade Nova foi dado início a construção do aterro sanitário da Região Metropolitana de Natal, para exploração dos serviços públicos de tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, por meio de concessão pública com prazo de vinte anos. Em dezembro de 2002, foi celebrado convênio entre os Municípios de Natal e Ceará Mirim para implantação do Aterro. Em 24 de julho de 2004 foi inaugurado o aterro sanitário em Massaranduba, município de Ceará Mirim, a 30 km de Natal.

De acordo com os dados da Fundação Zerbini, o aterro de lixo de Cidade Nova foi fechado em 02 de agosto de 2004, ficando funcionando apenas uma estação de transbordo. Foi destinado ainda àquele local a podação de árvores recolhida na cidade de Natal, onde um grupo catadores faz o reaproveitamento do material, visando à produção e à comercialização de carvão e lenha que são vendidos nos arredores. É importante ressaltar que, até o momento do fechamento do referido aterro, ainda se encontravam trabalhando e vivendo naquele local, cerca de 356 catadores que faziam a separação de resíduos sólidos (materiais recicláveis), trabalhando ainda de forma insalubre, em meio a animais e sem qualquer equipamento de proteção especial.

3.2 Das Intervenções Sociais no Lixão de Cidade Nova

Com a determinação legal para o fechamento do aterro de lixo de Cidade Nova, que se materializou por meio da sentença prolatada em 21 de Outubro de 1999, pelo Juiz Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, da 5ª Vara da Secção da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, além das constantes intervenções legais no local por parte do Ministério Público Estadual e do Trabalho, visando a coibir o trabalho infantil, o Poder Público deu início as primeiras intervenções sociais no local.

A primeira intenção de inserção social das famílias catadoras de lixo em Natal/RN se deu em 1999, quando houve uma intervenção da UNICEF em parceria com o Ministério Público para a retirada das crianças e adolescentes que trabalhavam de forma insalubre e degradante no aterro de lixo de Cidade Nova. Nesta época foram retiradas 510 crianças e adolescentes, das quais 35% estavam fora da escola e 93% cursavam apenas a 4º Série do Ensino Fundamental (FUNDAÇÃO ZERBINI, 2003).

Quando da proibição de crianças e adolescentes no lixão, a Secretaria Municipal de Assistência Social criou o Núcleo Social no Bairro de Cidade Nova, com objetivo de acolher essas crianças e adolescentes, passando estes a participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, seguindo os preceitos do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. Uma outra ação, na época, foi a construção de uma creche, no bairro, para atender as crianças de zero a seis anos, já que a faixa etária do PETI era direcionada para as crianças de sete a dezessete anos.

No ano de 1999 foi criado o Projeto de Remediação da Área de Destino Final dos Resíduos Sólidos de Natal (no aterro de lixo de Cidade Nova), pela Prefeitura da Cidade do Natal. Naquele mesmo ano foi construído o Núcleo Social de Cidade Nova, visando o atendimento de parte das 510 crianças que viviam do trabalho degradante da catação de lixo. Atualmente o Núcleo atende a 430 crianças na faixa etária de 7 a 15 anos, que são atendidas em turnos consecutivos, com auxílios nutricionais, culturais, psicológicos, de lazer e principalmente educacionais, através do Método Aprender/Fazendo, cujos princípios se pautam no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo as informações contidas nos documentos analisados da Fundação Zerbini, os trabalhos realizados neste Núcleo proporcionam mudanças visíveis nas crianças beneficiadas, tanto nos hábitos alimentares, como na elevação da auto-estima e nas relações interpessoais, ações que alcançam de certa forma às famílias. O Núcleo tornou-se referência nacional na erradicação do trabalho infantil, como exemplo deste fato o UNICEF e outras instituições estão trabalhando em parceria para

manter projetos permanentes, que visam minimizar os problemas vivenciados pela população que sobrevivia da catação do lixo no bairro de Cidade Nova.



Fotografia 3 – Núcleo Social de Cidade Nova

Conforme dados do relatório do Programa Crianças e Adolescentes Fora do Lixo: Ação e Cidadania – URBANA, o Núcleo Social de Cidade Nova, preocupado com o futuro dos adolescentes que chegam à idade limite de permanência no PETI e precisam deixar o Núcleo Social, implantou em outubro de 2004 o “Complexo de Cultura e Arte”, com objetivo de capacitar jovens e adolescentes oriundos do Núcleo Social de Cidade Nova, na arte do reaproveitamento de material reciclado, bem como trabalhar a cultura local, retirando-os da ociosidade e preparando-os para o mercado de trabalho (FUNDAÇÃO ZERBINI, 2003).



Fotografia 4 – Complexo de Cultura e Arte

O galpão onde antes funcionava uma oficina chegou a contar com 45 jovens que se revezam na arte do reaproveitamento de material reciclado, em oficinas de beneficiamento de papel, madeira, PET, retalhos, quengas de coco, dentre outros. As famílias, em sua maioria ex-catadores de lixo, contribuem repassando material da coleta seletiva para serem beneficiadas.

Em razão do crescimento e da seriedade do trabalho desenvolvido pelo do Núcleo, um grupo de profissionais comprometidos com a causa social se reuniu e institucionalizou o Complexo como uma Organização Social de Interesse Público, nomeado “Gente Feliz”, com objetivo de trabalhar a inserção social desses jovens e adolescentes como também as suas famílias.

Observamos que, segundo informações da Fundação Zerbini, têm-se como consequência da realização do Projeto “Remediação Ambiental da Área de Destino Final de Cidade Nova”, melhorias para os catadores do local. Este fato contribuiu diretamente para a fundação, no ano de 1999, da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (ASCAMAR), primeira associação a realizar a coleta de materiais recicláveis em Natal, e que, sob regime de comodato, começou naquele mesmo ano a operar a Usina de Triagem de Resíduos Sólidos recuperada pelo Projeto.

Por meio deste projeto foram construídos galpões e baias de acondicionamento de materiais recicláveis e proporcionou-se um ambiente para descanso dos catadores da Associação. Em visita à área, observamos que os aludidos galpões e as baias já estão deteriorados pelo uso e pela ação do tempo, e, conforme informação dos catadores, já não comportam mais a grande quantidade de materiais que são triados na usina, bem como aqueles que são coletados na Coleta Seletiva Porta a Porta e no do Programa Interno de Coleta Seletiva (PICS).

Em razão do processo de fechamento do aterro de lixo de Cidade Nova, em fevereiro de 2003 foi realizado um cadastramento pela Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA) visando a traçar o perfil sócio-econômico dos catadores que trabalhavam na área de destino final dos resíduos sólidos do aterro de lixo de Cidade Nova, quando foram cadastrados 465 catadores.

3.3 Início do “Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões”

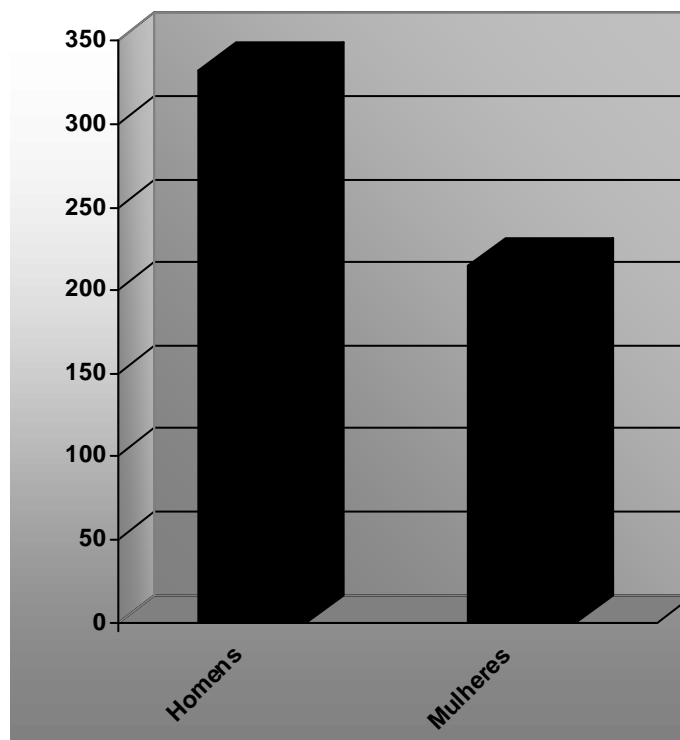
Por Natal ter sido escolhida pelo Governo Federal como uma das cidades piloto do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões em outubro de 2003, houve a contratação da Fundação Zerbini para ser a executora do Projeto, tendo a mesma contratado a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande de Norte (FUNCERN), que é composta por técnicos e pesquisadores, bem como membros do CEFET/RN.

Para iniciar a implantação do Projeto, a Fundação Zerbini realizou um novo cadastramento de todos os catadores e familiares que sobreviviam de atividades ligadas à catação no aterro de lixo de Cidade Nova, que à época era a área de descarte de lixo de Natal, visando, desta forma, montar um diagnóstico social para dar início às ações e aos beneficiamentos para os catadores. Naquele momento, foram cadastrados 547 Catadores e dentre eles não foram identificados catadores nem famílias que residissem no lixão, apenas uma minoria de catadores que se abrigavam em tendas no entorno do lixão, durante o horário de trabalho (da catação).

A primeira dificuldade enfrentada pela equipe contratada pela Fundação Zerbini para realização do cadastramento, foi o fato de a grande maioria dos catadores não ter documentos. Assim sendo, para o cadastramento, foi necessária a realização de uma Ação Social, realizada em dezembro de 2003, denominada Ação de Saúde e Cidadania em parceria com as Secretarias do Município de Natal, visando a atender às necessidades médico-odontológicas dos catadores e muní-los de documentação de identificação mínima. Como resultado desta Ação Social, foram emitidos 200 (duzentas) carteiras de identidade, 12 (doze) registros civis, 150 (cento e cinquenta) CPFs, 200 (duzentas) fotos 3x4 e 30 (trinta) carteiras de trabalho. Os dados cadastrais então obtidos foram fornecidos para a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SEMTAS), de forma a subsidiá-la no Cadastro Único daquela Secretaria, com objetivo de incluir essas famílias no Programa Bolsa Alimentação (atualmente Bolsa Família) do Governo Federal.

3.4 Da Caracterização dos 547 Catadores

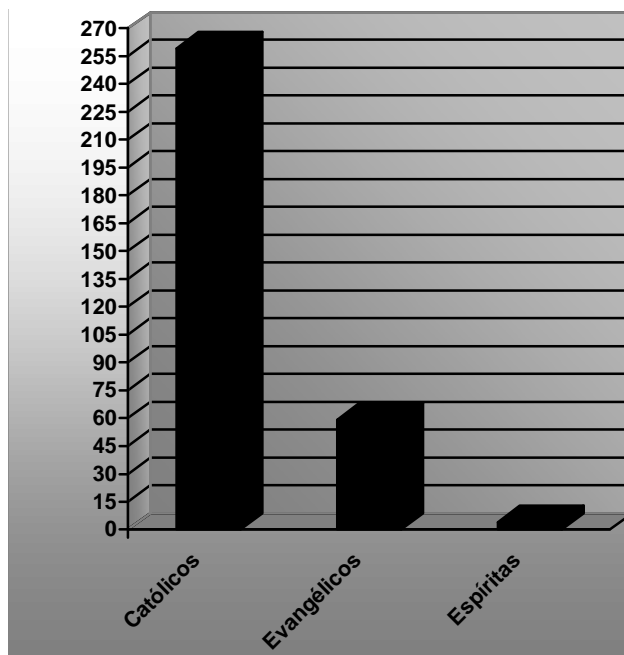
De acordo com os dados fornecidos Pela Fundação Zerbini, dos 547 catadores que tinham sua sobrevivência assegurada no trabalho de catação, de forma insalubre, em meio a porcos, cavalos, urubus e outros animais, no aterro de lixo de Cidade Nova, era composto por 332 homens (61%) e 215 mulheres (39%), com idades que variavam de 15 anos a 79 anos.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 1 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao sexo

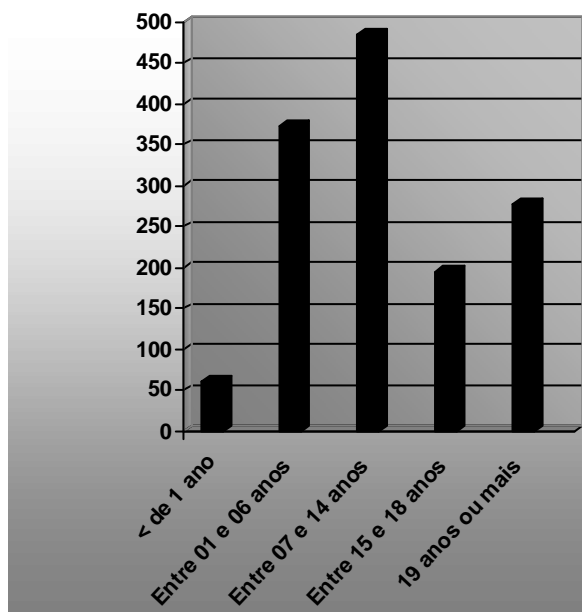
A seguir apresentaremos os dados que caracterizam essa população de trabalhadores precarizados, com vistas a ressaltar o perfil dos catadores em 2003, enfatizando os aspectos que se reportam aos dados pessoais e às suas condições objetivas de vida. No que se refere à opção religiosa entre os catadores, 225 não tinham religião, 259 eram católicos, 59 evangélicos e 4 espíritas.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 2 – Catadores cadastrados no lixão quanto a opção religiosa

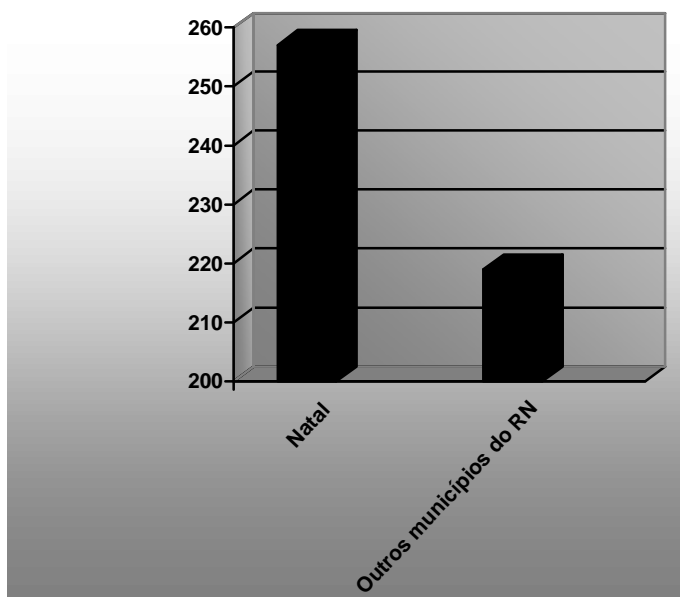
Sessenta e dois catadores tinham filhos menores de um ano; 373 catadores tinham filhos com idades entre um e seis anos; 485 catadores tinham filhos com idades de 7 a 14 anos, 195 catadores tinham filhos com idades de 15 a 18 anos e 278 catadores tinham filhos com 19 anos ou mais como se observa no Gráfico 3.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 3 – Catadores cadastrados no lixão quanto a faixa etária dos filhos

Quanto à procedência dos catadores, observa-se um equilíbrio percentual entre os que são de Natal e os que vêm de outros Municípios. Dos 547 catadores, 257(47%) eram oriundos de Natal, 219 (40%) de outros Municípios do Estado do Rio Grande do Norte e 71 (13%) deles não informou sua origem.

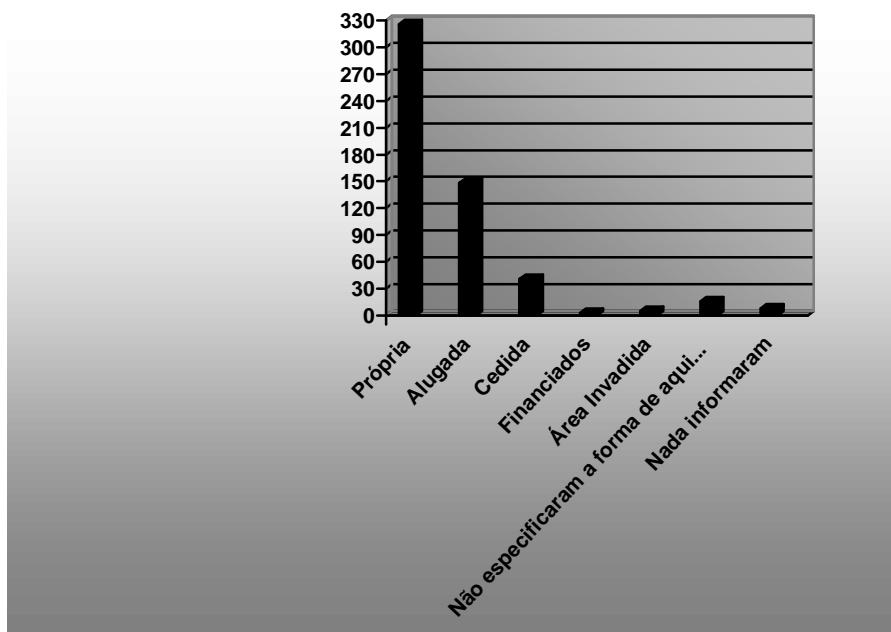


Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 4 – Catadores cadastrados no lixão quanto a procedência

O fato de 40% dos catadores serem procedentes de outros municípios é significativo, no sentido de demonstrar um movimento migratório das populações em direção à Capital em busca de trabalho e melhores condições de vida.

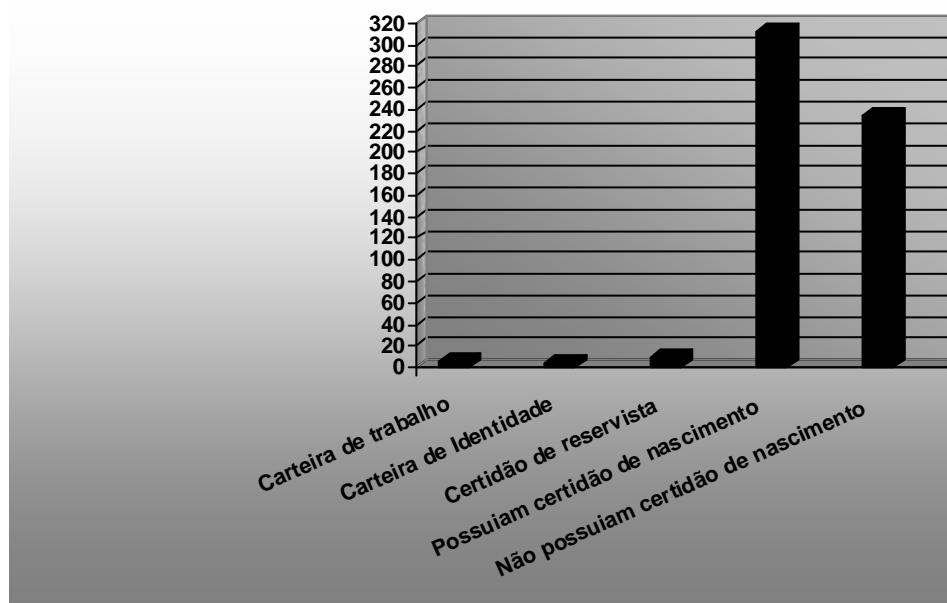
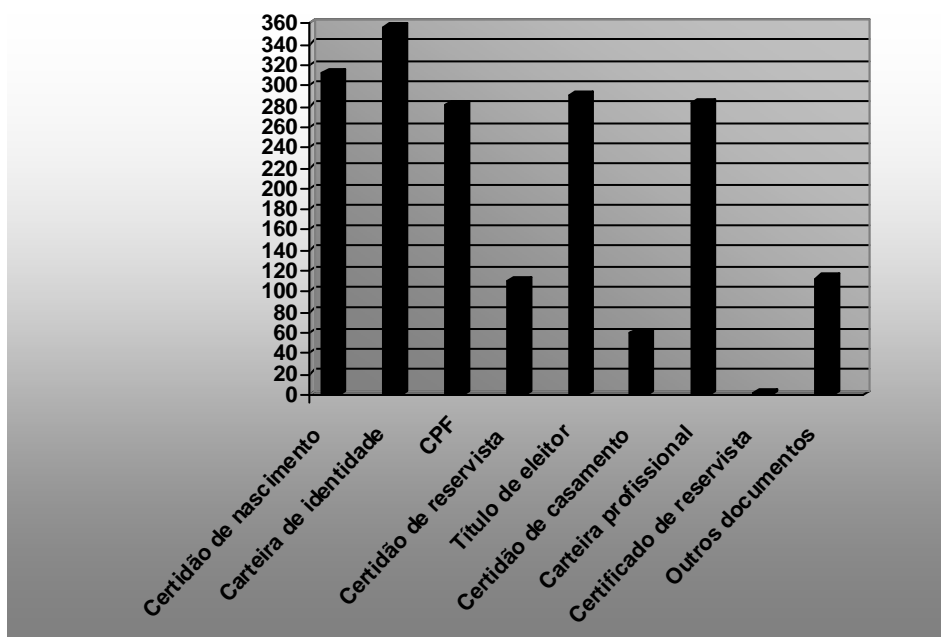
Quanto à moradia, 326 (60%) catadores viviam em casas de sua propriedade, 148 (27%) deles moravam em casas alugadas; 41 (7%) deles viviam em espaços cedidos; apenas 3 (1%) tinham seus imóveis financiados; 5 (1%) viviam em áreas invadidas, 16 (3%) não especificaram a forma de moradia, e 8 (1%) nada informou. Destes dados é importante registrar que a casa própria, na maioria das vezes representa apenas o que se chama popularmente de “um vão”, onde se abrigam no mínimo, duas e até oito ou dez pessoas. É um espaço de sala de estar, de cozinhar e de dormir. Os banheiros em geral encontram-se fora deste espaço.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 5 – Catadores cadastrados no lixão quanto a moradia

Da documentação que os catadores detinham à época do cadastramento, 312 (57%) deles tinham Certidão de Nascimento; 356 (65%) deles tinham Carteira de Identidade; 281 (51%) possuíam CPF; 110 (20%) deles possuíam Certidão de Reservista; 291 (53%) possuíam Título de Eleitor; 60(11%) possuíam certidão de casamento; 283 (52%) possuíam Carteira Profissional, 02 (0,37%) possuíam Certificado de Reservista; 113 (21%) possuíam algum documento que servisse como comprovante de residência.



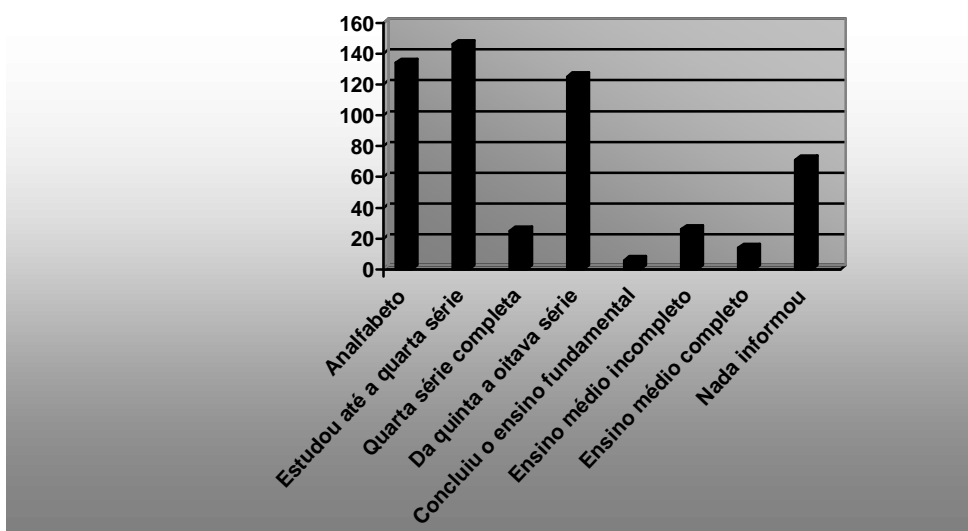
Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 6 – Catadores cadastrados no lixão quanto a documentação que possuía

Em termo de documentos observa-se que somente a metade desta população possuía algum tipo de documentação, o que se agrava, quando se observa que apenas 53% tinham Título de Eleitor e 52% possuíam Carteira Profissional: o que denota que o alcance a uma cidadania plena está longe de ocorrer, uma vez que a cidadania não significa somente ter garantidos os direitos civis e políticos mas, sobretudo, o direito a condições dignas de vida, o acesso à educação de qualidade, à saúde, à habitação, ao trabalho e ao lazer. A cidadania implica, enfim no acesso às necessidades básicas do indivíduo.

Vale ainda ressaltar que, neste universo havia seis catadores maiores de 18 anos sem carteira de trabalho; 04 Catadores maiores de 18 anos sem Carteira de Identidade; dez homens maiores de 18 anos que não tinham Certidão de Reservista. Dentre eles, 312 possuíam Certidão de Nascimento, para 235 que não há tinham.

Quanto ao nível de instrução, 134 (24%) desses catadores eram analfabetos; 146 (27%) estudaram até a Quarta Série do Ensino Fundamental; 25 (5%) possuíam a Quarta Série do Ensino Fundamental; 125 (23%) tinham cursado da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental completa; apenas 6 (1%) tinham concluído o Ensino Fundamental completo; 26 (5%) tinham o Ensino Médio incompleto, 14 (3%) tinham o Ensino Médio completo e 71 (13%) nada informou.



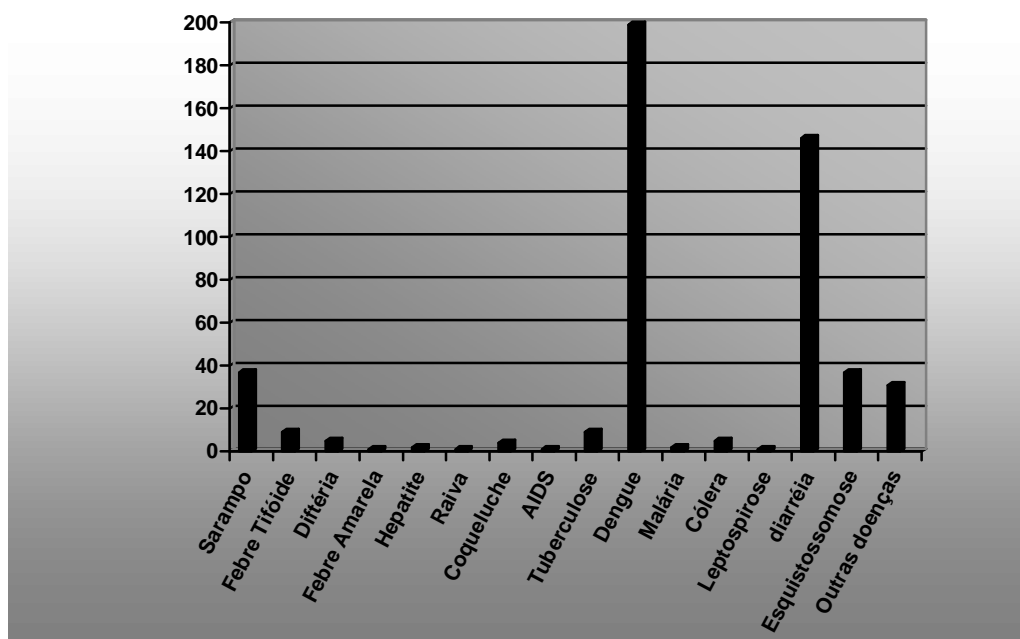
Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 7 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao grau de instrução

Desses dados, vê-se revelado que, conjuntamente, o percentual dos analfabetos e dos que estudaram até a 4ª série representa mais de 50% desta população, que indica a necessidade de Programas voltados para Educação de Adultos.

Quanto ao estado de saúde destes catadores, este era muito ruim, uma vez que viviam em um ambiente insalubre, não utilizavam equipamento de proteção individual para fazer a catação, além de rotineiramente fazerem a catação no meio do aterro, com lixo na altura da cintura, tendo o contato direto com a própria pele. Havia também catadores portadores de necessidades especiais (deficiência física).

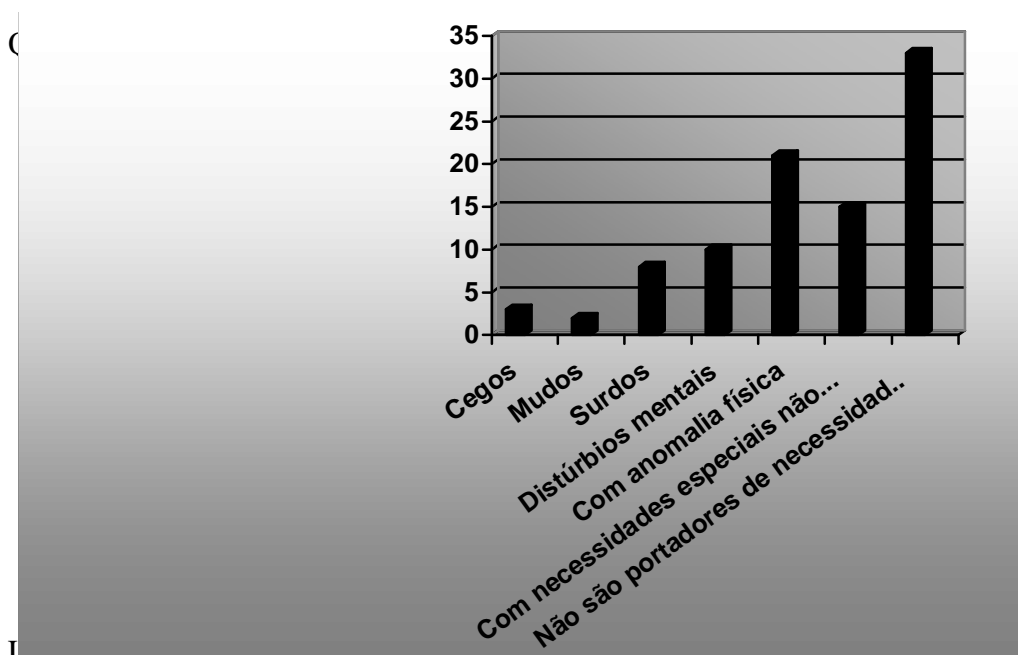
Neste sentido, de acordo com os dados contidos no cadastramento realizado pela Fundação Zerbini, em relação ao estado de saúde deste universo de 547 Catadores, nos últimos 5 anos, os mesmos tinham sido acometidos pelas seguintes doenças: 37 (7%) deles tinham tido sarampo; 9 (2%) deles febre de tifoide; 05 (1%) dos mesmos tinham sido acometidos por difteria; apenas 01 (0,18%) único catador tinha sido acometido por febre amarela; 02 catadores (0,37%) por hepatite; 01 único catador (0,18%) foi acometido por raiva, 04 (1%) catadores sofreram de coqueluche; 01 único tinha sido acometido pela AIDS (0,18%), 09 (2%) tiveram tuberculose, 199 (36%) tiveram dengue; 02 (0,37%) tinham sido acometidos pela malária, 05 (1%) pela cólera, 01 (0,18%) catador tinha sido vítima da leptospirose, 146 (27%) já tinham tido diarreia, 37 (7%) já haviam sido vítimas de esquistossomose e 31(6%) foram acometidos por outras doenças (não especificadas).



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 8 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao estado de saúde

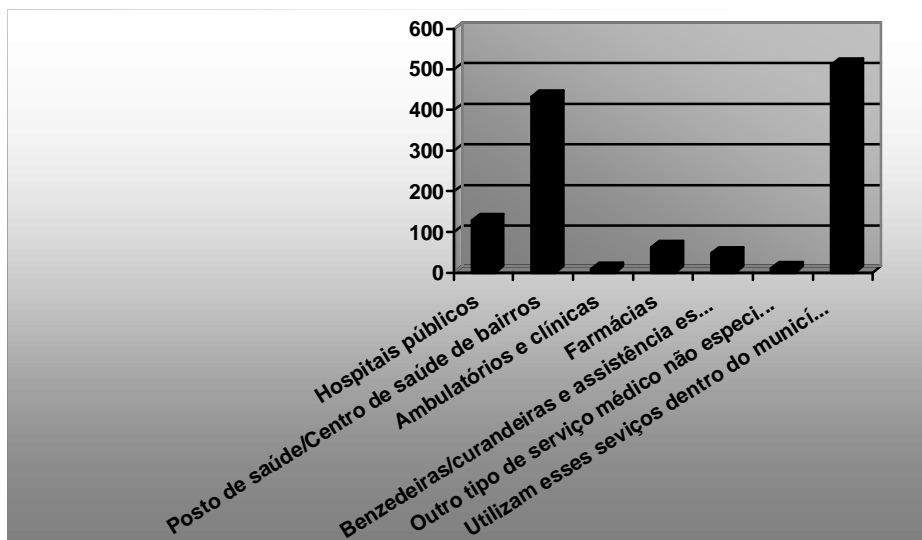
No que se refere aos portadores de necessidades especiais, haviam 3 (1%) que eram cegos; 02 (0,37%) que eram mudos; 8 que sofriam de surdez; 10 (02%) que sofriam de distúrbios mentais, 21(4%) que sofriam de alguma anomalia física, 15 (3%) que sofriam de necessidades especiais não especificadas.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 9 – Catadores cadastrados no lixão portadores de necessidades especiais

Quanto ao acesso a serviço de saúde, estes catadores utilizavam os seguintes tipos de serviços: 128 (23%) deles utilizavam hospitais públicos, 432 (79%) deles utilizavam Postos de Saúde ou Centros de Saúde de bairros, 8 (1%) deles utilizavam ambulatórios e clínicas públicas, 62 (11%) utilizavam farmácias; 47 (9%) se valiam de benzedeiras, curandeiras e assistência espiritual de Igrejas; 10 (2%) se utilizavam de outros tipos de serviço médico não especificado; e 511 (93%) utilizavam estes serviços de saúde, anteriormente especificado, no próprio Município de Natal-RN.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 10- catadores cadastrados no lixão quanto ao acesso aos serviços de saúde

Quanto aos benefícios que recebiam na época do cadastramento, dos 547 Catadores, 391 (71%) não recebiam qualquer tipo de benefício e apenas 156 (29%) recebiam algum tipo.

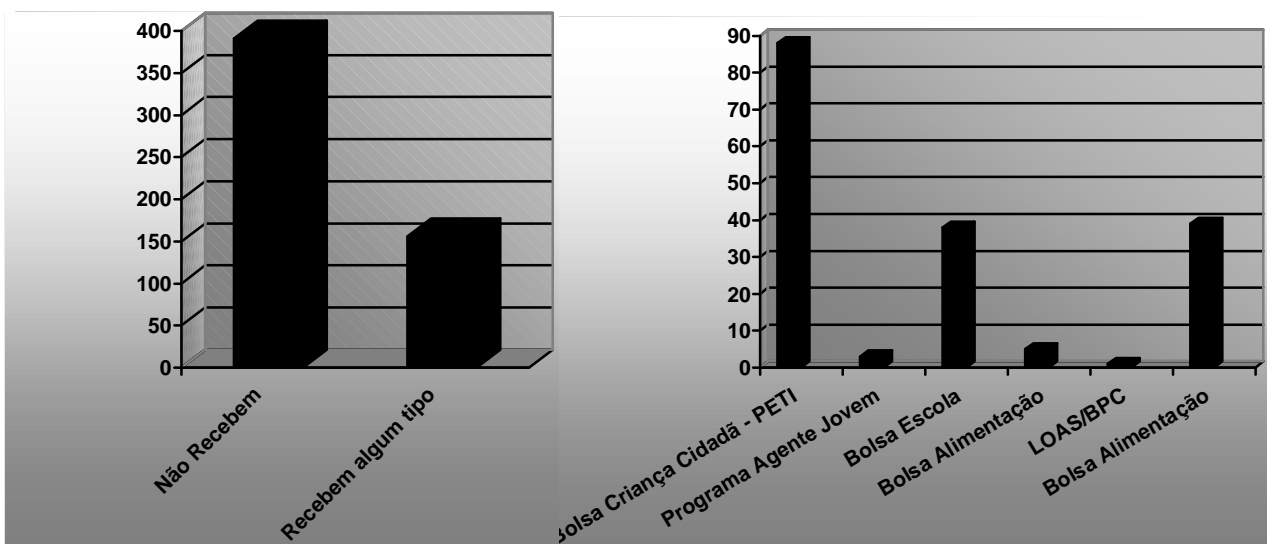


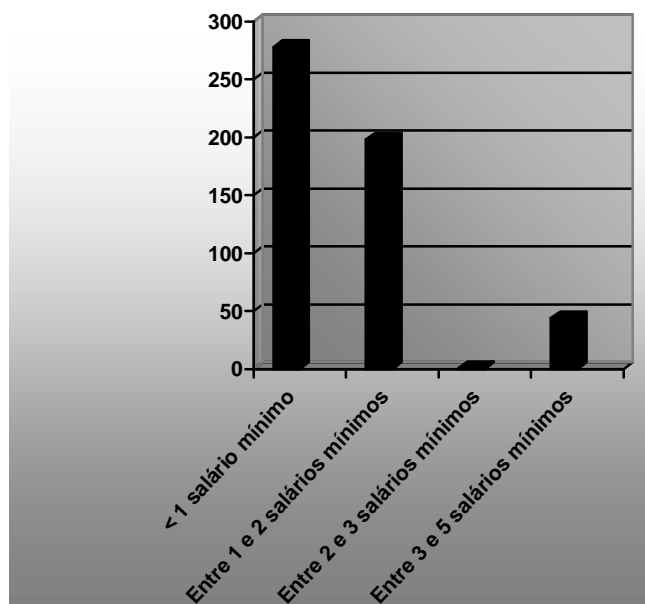
Gráfico 11 – Catadores cadastrados no lixão quanto aos benefícios que recebiam

Do universo de Catadores contemplados com benefícios, 88 (16%) recebiam Bolsa Criança Cidadã - PETI; 3 (1%) recebiam bolsa do Programa Agente Jovem; 38 (7%) recebiam

Bolsa Escola; 5 (1%) recebiam Bolsa Alimentação; 1(0,18%) deles recebia benefício do LOAS/BPC² e outros 39 (7%) recebiam benefício do Programa Bolsa Alimentação.

Ressalta-se desses dados o alto índice dos catadores 71% que não recebiam qualquer tipo de benefício. Este é um dado que se agrava se compararmos com os percentuais relativos à renda. Detectamos que 52% dos catadores ganhavam menos que um (01) salário mínimo quando foi realizado este cadastramento.

No que se refere ao rendimento mensal obtido por estes Catadores, fruto da catação no aterro de lixo de Cidade Nova, 278 (52%) catadores tinham um renda inferior a um salário mínimo; 198 (37%) deles recebiam entre 1 a 2 salários mínimos, apenas 1 (0,19%) catador recebia de dois a três salários mínimos; e 44 (8%) deles recebiam de três a cinco salários mínimos.



Fonte: Fundação Zerbini (2003).

Gráfico 12 – Catadores cadastrados no lixão quanto ao rendimento mensal

3.5 O Decreto n. 7.352, de 06/02/2004 Cria o Comitê Gestor

Em razão do “Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões”, o Comitê Interministerial solicitou

² É um benefício de prestação continuada, concedido pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) — Lei 8.742/93, a portadores de deficiências incapacitantes para o trabalho e a segurados maiores de 65 anos, desde que não exerçam atividade remunerada e cuja renda mensal familiar, por pessoa, seja inferior a R\$ 95,00, isto é, um quarto do salário mínimo (25%).

do município piloto, no caso Natal, a Institucionalização do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e a formação de um Comitê Gestor. Este Comitê passou a ser a instância de participação compartilhada do poder público e sociedade civil na gestão da segurança alimentar e inserção social dos catadores, tendo como principais objetivos a elaboração e implementação do plano de gestão integrada dos resíduos sólidos e o controle social de todo processo.

A composição mínima do Comitê Gestor era de 2 (dois) representantes para cada uma das seguintes representações: Prefeitura, Catadores de materiais recicláveis e Sociedade Civil, mantendo-se sempre esta correlação de participação.

A Prefeitura Municipal de Natal através do Decreto N° 7.352, de 06/02/2004 constituiu o referido Comitê, que era representado pelas seguintes instituições e entidades: ASCAMAR; ASTRAS; Fórum Estadual Lixo e Cidadania (UNP); Associação de Atividades de Valorização Social (ATIVA); Companhia Terramar (ONG); CEFET/RN; Núcleo de Saúde Coletiva – UFRN; Núcleo de Ação Social de Cidade Nova; URBANA; SEMTAS; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo.

O Comitê Gestor reunia-se mensalmente para discutir os projetos a serem implantados para melhoria das condições de vida dos catadores. Cada instituição contribuía dentro do Projeto de Inclusão Social com ações que estavam dentro das suas atribuições, além de elaborar, discutir e aprovar projetos de implantação.



Fotografia 5 – Reunião do Comitê Gestor

A participação dos catadores era relevante no debate, discutindo as melhorias para o futuro dos mesmos. Além das reuniões mensais, no ano de 2004 foram realizadas três oficinas de trabalho: em 12/02/2004, realização da I Oficina do Comitê Gestor; em 27/05/2004, realização da II Oficina do Comitê Gestor; em 21/10/2004, realização da III Oficina do Comitê Gestor. Com o tempo surgiu à necessidade da inclusão de outras Instituições no Comitê Gestor, foram elas: a UNITRABALHO – para trabalhar os princípios da Economia Solidária; a EMATER e a então Associação de Catadores de Recicláveis do Rio Grande do Norte (ACRRN).

O Comitê Gestor começou as ações que redundaram em Projetos de Inclusão Social para os catadores, sobre os quais nós comentaremos brevemente cada um deles, e por fim, nos aprofundaremos no projeto que resultou na Coleta Seletiva de Natal, que está vinculado diretamente ao nosso objeto de pesquisa. Paralelo a estes projetos, o comitê teve a preocupação de trabalhar a cidadania e a auto-estima dos catadores envolvidos, visando modificar para eles próprios, bem como para a sociedade, a imagem negativa que é atribuída ao catador, do como os mesmos são vistos socialmente, como indivíduos sem dignidade, que vivem e trabalham nos lixões das grandes cidades.

Desta forma, o Projeto começou a inserí-los, especialmente a partir de 2004, em ações e eventos promovidos pelos governos Federal, Estadual e Municipal e por Organizações do Terceiro Setor, tais como: Lançamento da Agenda 21 de Natal; Encontro Nacional dos Catadores; Simpósio Luso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SILUBESA); Encontro Regional de Economia Solidária; Encontro Estadual de Economia Solidária; Encontro Nacional de Economia Solidária; Feira do Empreendedor – SEBRAE; Feira de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Semana do Meio Ambiente; Dia Mundial da Limpeza das Praias; Caminhada pela Paz; Carnatal “Maior Carnaval fora de época do Brasil”; Comemoração do dia Nacional dos Catadores; Festa do Boi; Palestras em escolas para divulgar as experiências; Eventos realizados pela ONG Natal Voluntários – 1º Tempo: Mobilização da Coleta Seletiva, 2º Tempo: Plantio de Mudas, 3º Tempo: Oito Maneiras de Melhorar o Mundo, 4º Tempo: Limpeza dos Mangues, 5º Tempo: Ornamentação Natalina das Praças de Natal.



Fotografia 6 – Dia Mundial da Limpeza das Praias.

Fotografia 7 – Feira de Ciência e Tecnologia da UFRN – 2004



Fotografia 8 – Os catadores da ASTRAS no Carnatal 2004



Fotografia 9 – Secretária da ASTRA com o economista Paul Singer no 1º Encontro Nacional de Economia Solidária 2004

Em 10 de março de 2004, foi promovido um curso de alfabetização para jovens e adultos, fruto das parcerias firmadas pela Fundação Zerbini, URBANA, Secretaria Municipal de Educação e a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), que foi a instituição

executora. O projeto de alfabetização teve duração de cinco meses, com duas turmas, cada uma com 25 alunos, funcionando três vezes por semana, com carga horária de 3 horas/dia.

O processo de aprendizagem foi prorrogado por mais 4 meses, a pedido dos próprios catadores, tendo sido encerrado no dia 16 de dezembro de 2004, tendo o seu resultado sido plenamente satisfatório, uma vez que os alunos já dominavam o processo da leitura e da escrita e se encontravam aptos a frequentar uma escola de ensino regular, segundo dados registrados no relatório de acompanhamento do aludido curso.

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) teve como objetivo maior o resgate da auto-estima e alcance da condição de cidadania de cada indivíduo, além do fortalecimento da confiança de cada catador na sua capacidade de aprendizagem, valorizando a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social. Aliado a isto, teve também o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres.



Fotografia 10 – Catadores alunos da EJA - 2004

Em abril de 2004 começou o trabalho de sensibilização e mobilização dos catadores para a inclusão dos mesmos no Projeto de Segurança Alimentar cujo objetivo era capacitar e profissionalizar 45 famílias, no plantio de olericulturas, oferecendo uma nova ocupação

profissional que possibilitasse a geração de renda e contribuísse no processo de construção da cidadania e auto-estima dessas famílias.

Após a seleção do pessoal habilitado foi realizado no período de junho a dezembro de 2004 (seis meses), o treinamento para capacitação de produtores de hortaliças, desenvolvendo as fases de infra-estrutura e plantio, desenvolvimento e comercialização de culturas de ciclos curtos e médios, com duração de 440 horas/aula. Incluindo aqui, aspectos como: organização social do grupo para à produção, profissionalização com geração de renda, segurança alimentar através do consumo de hortaliças, sustentabilidade e autonomia econômica. Além da organização social dentro dos princípios da economia solidária, ministrado pelos integrantes do Núcleo de Economia Solidária da UNITRABALHO/UFRN.



Fotografia 11 – Núcleo de hortas comunitárias

A atividade de produção de hortaliças agregou a mão de obra de 45 famílias de catadores, que ao serem inseridas no programa receberam treinamento, lanche diário, os equipamentos de trabalho, espaço físico e sementes para o cultivo.

A partir de fevereiro de 2005, quando assumiu a nova gestão da URBANA, foi feito um novo projeto para se dar continuidade a este programa de produção de hortaliças, onde foi celebrado um convênio com o Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura do Estado e Ministério das Cidades, de forma que os trinta catadores egressos do lixão que optaram pelo projeto das hortas e permanecem trabalhando nelas recebem do Governo Federal uma determinada quantia pelo trabalho que desenvolvem, além de subsídios para a continuidade

das hortas. Ademais, os catadores ainda apuram um dinheiro com a venda das hortaliças. Todos os participantes do programa recebem um kit de verduras por semana e o excedente é vendido.

Em agosto de 2004, com o fechamento do aterro de lixo de Cidade Nova, o Comitê Gestor percebeu à necessidade de uma melhor organização social dos catadores, tendo sido promovido pela Fundação Zerbini e URBANA, um curso de Associativismo, que foi ministrado pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Norte (OCERN).

É importante frisar que no início do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões, existiam apenas duas Associações de Catadores: ASCAMAR e a ASTRAS, e que após os cursos de capacitação novas iniciativas associativistas surgiram, resultando na formação de mais duas associações: ACSRN e a ABRESOL, que foram legalizadas no ano de 2005, além dos catadores destas associações terem sido capacitados em economia solidária pelos integrantes do Núcleo de Economia Solidária da UNITRABALHO/UFRN.

Em dezembro de 2004 a Fundação Zerbini em parceria com a SEMTAS e a URBANA selecionaram 31 catadores associados à ASTRAS para serem treinados na reutilização da matéria prima do PET (garrafa PET). O curso com duração de 60 horas utilizou a metodologia do aprender fazendo, com aulas práticas e teóricas, na qual consistia em transformar a garrafa PET na produção de fios, até a obtenção do produto final, ou seja, da vassoura. Deste curso surgiram duas unidades de produção de vassouras e muitos dos catadores hoje trabalham a produção de vassouras na sua própria residência, gerando renda para sua família. No processo organizativo, esse grupo de catadores passou por uma capacitação dentro dos princípios de economia solidária, também ministrado pelos integrantes do Núcleo de Economia Solidária da UNITRABALHO/UFRN.

O comitê gestor encerrou suas atividades em fevereiro de 2005, pois a nova gestão que assumiu a presidência da URBANA entendeu que as associações já estavam consolidadas e os catadores devidamente encaminhados por meio dos programas de inserção social e econômica do projeto.

É importante ressaltar que, apesar de todas estas ações, visando a capacitação e inserção social e econômica dos catadores, que foram dinamizadas por meio do comitê gestor, na época do fechamento do aterro de lixo de Cidade Nova, em 02 de agosto de 2004, ainda existia um grande número de catadores que não estavam inseridos nos projetos de inserção social e geração de renda, em razão da sua resistência à mudança.



Fotografia 12 – Núcleo de fabricação de vassouras

Desta forma, foi necessário que a Prefeitura de Natal, por meio da URBANA, realizasse parcerias com algumas empresas privadas, com o objetivo de distribuir para estes catadores, pelo período de 6 meses, uma ajuda de custo no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e uma cesta básica também pelo período de seis meses, a todos os catadores cadastrados, de forma a evitar que estas pessoas ficassem sem qualquer fonte de subsistência. Esta ajuda caracterizada como uma ação assistencialista emerge como um direito desses catadores ao mínimo para sua subsistência.

3.6 Inicia-se a Coleta Seletiva no Município de Natal

A primeira iniciativa do Município de Natal, no sentido de implementação de uma coleta organizada de resíduos sólidos (Coleta Seletiva) ocorreu em 1999, por meio do Projeto “Remediação Ambiental da Área de Destino Final de Cidade Nova”, realizado no aterro de lixo de Cidade Nova. Nele foi dado impulso e estímulo para a organização e a criação pelos próprios catadores do então aterro de lixo, da primeira Associação que realizaria a coleta de materiais recicláveis, a qual foi registrada com o nome de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Natal (ASCAMAR), a qual já nos referimos neste capítulo. Sob regime de comodato ela começou a operar a Usina de Triagem em 1999.

Em 2002, a Prefeitura Municipal de Natal, em parceria com o Banco do Nordeste, iniciou a coleta seletiva de materiais recicláveis com a modalidade de Postos de Entrega Voluntária (PEVs), onde os moradores voluntariamente levam os resíduos já separados e

depositavam nos contentores localizados pela cidade. Esses contentores pintados nas cores padrão (azul – papel, verde – vidro, amarelo – metais e vermelho – plásticos). A adoção dos PEVs também incluía a educação ambiental dos cidadãos, uma vez que se faz necessário a participação da comunidade no processo de separação e depósito dos materiais nos locais adequados.

Visando à conscientização da população, nesse aspecto, foram realizadas várias palestras em Escolas, Igrejas, Centros Comunitários, Associações de Bairros, etc. Como resultado deste trabalho de educação e conscientização da população de Natal, em 2005 eram recolhidos em média 17 toneladas ao mês de materiais recicláveis provenientes da coleta realizada nos PEVs e da parceria de Empresas e Centros Comerciais, cujos resíduos sólidos por eles doados eram destinados a todas as associações que fazem a Coleta Seletiva em Natal, conforme verificamos no dados fornecidos pela URBANA.

Ainda em 2003, em decorrência dos bons resultados obtidos com a coleta seletiva de materiais recicláveis na modalidade dos PEVs, a URBANA iniciou novas parcerias com empresas de grande porte e potencial na geração de resíduos sólidos, tais como hotéis, condomínios, empresas públicas e privadas, onde as mesmas passaram a doar para as associações os seus resíduos. No início do projeto, eram coletadas 2,5 toneladas de resíduos mensais, e como foi dito anteriormente, em 2005 passou para 17 toneladas mensais.

Em função dos resultados favoráveis obtidos e do potencial de expansão da Coleta Seletiva, que beneficia a todos os atores envolvidos, ou seja, ao município no que se refere à promoção de sua limpeza e ao baixo custo para manutenção da mesma, ao meio ambiente, aos catadores que obtém ocupação e renda, bem como às empresas que utilizam como insumo a matéria prima reciclada, a URBANA em parceria com o Banco do Nordeste, no final do ano de 2003 implantou em Natal a coleta seletiva, na modalidade porta a porta, utilizando a mão de obra dos catadores das associações: ASCAMAR e ASTRAS.

Para iniciar esta atividade e para que os catadores fossem reconhecidos pela sociedade de forma digna a Fundação Zerbini juntamente com a URBANA, firmou parcerias com Secretarias do Município e Instituições de Ensino e Pesquisa, e promoveu Curso de Capacitação Profissional para 249 catadores, em que foram abordados temas, como: relações humanas, limpeza pública, saúde pública, trabalhando no trânsito, reciclagem, noções básicas de associativismo convergidas para a formação de uma cooperativa.

Esse Projeto de Capacitação foi muito importante para preparação profissional dos catadores de materiais recicláveis, para elevação da sua auto-estima e para auxiliar na sua inserção social, de forma que tanto eles se reconhecessem como trabalhadores, como a

sociedade os visse como trabalhadores que estão prestando um serviço de grande relevância social, pois neste trabalho, além de contribuírem para a limpeza das vias públicas, contribuem diretamente para a preservação do Meio Ambiente.

Todos os catadores selecionados para a Coleta Seletiva Porta a Porta fizeram um curso básico na época, denominado de “Curso de Capacitação para os Trabalhadores de Materiais Recicláveis”, em que foi utilizado material didático fornecido pela Comissão Empresarial para Reciclagem (CEMPRE).

De acordo com os dados da fornecidos pela Fundação Zerbini, o investimento para implantação da Coleta Seletiva Porta a Porta foi de 33 carrinhos coletores tipo plataforma; 13 caminhões; 320 fardamentos completos, compostos por calça, camisa, boné, bota, luvas e meias; 60.000 panfletos educativos, 60.000 adesivos para residência, 3 galpões para armazenamento, além do serviço para manutenção dos carrinhos-plataforma.

Inicialmente a coleta seletiva, na modalidade porta a porta, foi implantada em três áreas do Município de Natal: no bairro de Ponta Negra, no Conjunto dos Bancários e nas áreas I e II da Cidade Satélite. Em novembro de 2005, a coleta seletiva tinha ampliado sua área de abrangência, e já atuava nos seguintes bairros e áreas residenciais: Ponta Negra, Vila de Ponta Negra; Capim Macio; Cidade Jardim; Mirassol; Conjunto dos Professores; Neópolis; Parque das Colinas; Bairro Latino; áreas I e II de Candelária; Potilândia; Morro Branco; áreas I, II e III da Cidade Satélite; Pitimbu; Conjunto dos Bancários, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Conjunto Pirangi, Monte Belo, Jiqui, Tirol, Cidade da Esperança, Parque dos Coqueiros, Santarém, Panatis, Conjunto Igapó, Santa Catarina, Nova Natal, Soledade II e Alvorada.



Fotografia 13 – Catadores da ASCAMAR no primeiro dia de Coleta Seletiva porta a porta no Conjunto Cidade Satélite

Neste mesmo ano, ou seja, ainda em 2005, como resultado de todos os investimentos do Poder Público nesta área, desde o início do projeto de inserção social dos catadores, com a expansão da Coleta Seletiva Porta a Porta e a capacitação dos catadores em associativismo ao longo de 2004 e 2005, foram fundadas mais duas Associações, a ACSRN e a ABRESOL, que foram registradas e legalizadas no segundo semestre de 2005. É importante esclarecer que os catadores dessas duas associações que foram legalizadas em 2005, já vinham trabalhando na coleta seletiva vinculados a um único grupo que se identificava por Associação de Catadores de Recicláveis do Rio Grande do Norte (ACRRN), que ao dar início aos procedimentos de legalização em 2005, não conseguiram chegar a um consenso quanto a eleição da diretoria, e desta forma, houve a dissidência, e o grupo se dividiu, tendo formado estas duas associações.

Em 2006 o programa PEV foi transformado no PICS (programa interno de coleta seletiva), pois a URBANA realizou uma pesquisa e verificou que os PEV's se mostraram inviáveis, em função da questão cultural, dá sociedade ainda não ter adquirido o habito de colocar o material nos depósitos devidamente separados. Desta forma, através do PICS, que consiste na montagem de destinação, coleta e escoamento ambiental correto, as instituições públicas, privadas, filantrópicas que querem participar da coleta seletiva por meio da doação do seu material reciclável, fazem contato com a gerencia de meio ambiente da URBANA, que envia uma equipe a instituição onde é feita toda uma preparação, sensibilização, é montado o fluxo e definido os dias que as associações de catadores farão o recolhimento do material reciclável. Já esse ano (2007), de acordo com o atual gestor da URBANA, há uma média de 128 empresas participando do programa, que oferece aos catadores mais uma opção de trabalho e renda, além de ser um programa que educa e desperta as pessoas para a questão ambiental.

De acordo com dados fornecidos pela URBANA, em abril de 2007, além de participarem do PICS, cada associação era responsável pela coleta seletiva porta a porta nos seguintes bairros do município de Natal:

ASCAMAR: Conjunto Candelária I, Conjunto cidade Satélite 2ª etapa, Conjunto Cidade Satélite 3ª etapa, Conjunto dos Bancários, Conjunto Vale do Pitimbú, Lagoa Nova I, Lagoa Nova III, Vila de Ponta Negra, Nova Descoberta, Conjunto Pirangi I, Conjunto Pirangi II, Conjunto Monte Belo, Conjunto Jiqui, Conjunto Portal do Jiqui, Nova Pamamirim II,

Conjunto Parque das Dunas II e VI, Bairro Nordeste, Quintas II, Nazaré, Tirol I, Petrópolis I, Petrópolis III, Tirol II, Dix-Sept Rosado.

ASTRAS: Conjunto Ponta Negra, Conjunto Alagamar, Conjunto Neópolis, Conjunto Parque das Colinas, Bairro Latino, Conjunto Potilândia, Morro Branco, Conjunto San Valle, Conjunto Jardim América.

ACSRN: Capim Macio, Conjunto dos Professores, Conjunto Mirassol, Conjunto Cidade Jardim, Candelária II, Alto da Candelária, Conjunto Cidade Satélite 1ª etapa, Lagoa Nova IV, Lagoa Nova II, Conjunto Eucaliptos, Conjunto Cidade Verde, Conjunto Gramoré, Conjunto Vila Verde I, Conjunto Vila Verde II, Conjunto Vista Verde, Conjunto Além Potengi, Conjunto Novo Horizonte, Conjunto Panorama, Conjunto Potengi, Cidade da Esperança, Alecrim Residencial I, Alecrim Residencial II, Quintas I, Conjunto Pajuçara I e II, Lagoa Seca, Barro Vermelho.

ABRESOL: Nova Parnamirim I, Conjunto Soledade II, Conjunto Soledade I, Parque dos Coqueiros, Conjunto Santarém, Conjunto Panatis, Conjunto Igapó, Conjunto Santa Catarina, Conjunto Nova Natal, Conjunto Alvorada I e II, Conjunto Brasil Novo e Portal do Pitimbú.

3.7 Da Requalificação dos Ex-Catadores do Aterro de Lixo de Cidade Nova e da Construção de Novos Galpões para Beneficiamento da Coleta Seletiva de Natal

De acordo com informações fornecidas pela Urbana, de junho a setembro de 2006 foi realizado o curso de requalificação para os catadores egressos do lixão de Cidade Nova e que atuam na coleta seletiva do município por meio das quatro associações: ASCAMAR, ASTRAS, ACSRN e ABRESOL.

O curso foi composto por três módulos: relações humanas; saúde e segurança no trabalho, cooperativismo e associativismo. A capacitação contemplou 246 catadores divididos em sete turmas, com uma carga horária total de 144 horas, que foi cumprida nos meses de junho, julho e agosto de 2006.

O curso de requalificação foi a contrapartida social dos recursos da ordem de dois milhões de reais que o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal e Funasa destinaram para a remediação da área do antigo lixão.

A remediação da área tem por objetivo uma série de obras que redundarão na reurbanização da área do antigo aterro de lixo, bem como na construção de estruturas de apoio para as associações que realizam a coleta seletiva. Segundo os dados que coletamos, para esta primeira etapa, para a qual haviam sido liberados dois milhões de reais, inicialmente seria feita a remediação do aterro, que é o recobrimento com argila da massa de lixo e a implantação do sistema de drenagem, obra esta que foi efetivamente realizada, bem como um muro que foi erguido na sua entrada, estando cercada toda a área do antigo lixão.

Quanto as demais melhorias previstas no projeto para esta primeira etapa, para serem feitas com a referida verba, especialmente no que se refere a melhoria da infra-estrutura para as atividades de reciclagem praticadas pelas associações de catadores, estas até o início de 2007 não haviam sido realizadas.

Em visita ao local, não verificamos nem mesmo o início da recuperação de antigas estruturas, nem muito menos a construção das novas estruturas físicas, como os galpões e baias para armazenamento do material reciclável provenientes dos programas interno de coleta seletiva (PICS) e da coleta seletiva porta a porta, nem muito menos galpões para oficina de recuperação de móveis; galpão para horta e horto, central de compostagem, nem perfuração de postos de abastecimento, conforme estava previsto. Também não houve a aquisição de triturador para podaço, aquisição de prensas hidráulicas e dois equipamentos de GPS para monitoramento da área, conforme estava previsto.

De acordo com a URBANA, as próximas etapas são a recuperação da usina de triagem que funciona no local, a construção de uma praça para uso dos moradores do bairro e a construção de cinco galpões. Aguarda-se ainda a liberação de recursos para que se inicie estas obras, que incluem também a melhoria da área de transbordo e a construção de um complexo de lazer e cultura.

3.8 Das Associações e do Perfil dos seus Catadores

Diante dos investimentos sociais, diante da capacitação em Cooperativismo e Associativismo (Economia Solidária), dos projetos de inserção social, diante de propagandas veiculadas na Mídia – como se efetiva a gestão destas associações? Será realmente uma alternativa econômica solidária? Como vivem os membros destas associações? Quanto ganham? Será que realmente estão inseridos social e economicamente? Será que conquistaram sua cidadania? Foram questionamentos como estes que me levaram à presente pesquisa.

Inicialmente, ao longo de nossa participação no processo de implementação da ABRESOL, composta na época por antigos catadores do lixão de Cidade Nova, observamos o quanto eles são resistentes à mudança, apesar das diversas capacitações que passaram e das oportunidades de ocupação e renda que o projeto de inserção social de catadores lhes oferecia.

De acordo com dados da URBANA, dos já citados 547 catadores cadastrados pela Fundação Zerbini em outubro de 2003, apenas 223 encontravam-se trabalhando nas Associações da Coleta Seletiva e na Usina de Triagem no segundo semestre de 2005, ou seja, apenas 41% deles.

Os outros 59% se encontravam desempenhando atividades distintas. Parte deles inseridos no Projeto das Hortas Comunitárias, parte trabalhando no beneficiamento do PETI para fabricação de vassouras, porém a maioria deles se encontrava trabalhando informalmente e individualmente, catando material reciclável nas ruas de Natal, em carroças, o que demonstra a dificuldade que têm em trabalhar de forma coletiva e organizada.

Segundo dados fornecidos pela URBANA, resultado de um cadastramento realizado pela mesma no início do segundo semestre de 2005, junto às quatro associações que integram a Coleta Seletiva do Município, elas eram compostas, na época, por um total de 223 catadores, sendo a sua maioria egressos do aterro de lixo de Cidade Nova. O perfil socioeconômico destes catadores assim se constituía na época:

- Deste universo de 223 Catadores, 125 (56%) são do sexo masculino e 98 (44%) do sexo feminino; 147 (66%) residem no bairro de Felipe Camarão, 42 (19%) residem no

bairro de Cidade Nova, 25 (11%) no Planalto, 4 (2%) no Guarapes, e apenas 5 (2%) catadores residem em outras áreas.

- Há 37 (17%) catadores com uma faixa etária que varia de 16 a 20 anos, 96 (43%) com uma faixa etária que varia de 21 a 30 anos, 51(23%) com uma faixa etária que varia de 31 a 40 anos, 22 (10%) com uma faixa etária que varia de 41 a 50 anos, e apenas 12 (5%) Catadores com 51 anos ou mais, 5 (2%) não informaram a idade.

- No que se refere à saúde, apenas 3 Catadores são portadores de necessidades especiais, porém o cadastro não especifica o tipo de deficiência.

- Do total de catadores do sexo masculino, 103 (82%) são chefes de família e 22 (18%) não o são. Já do universo das catadoras, 73 (74%) são chefes de família e 25 (26%) não.

- **No que se refere à renda, 209 (94%) recebem até um Salário Mínimo por mês, 8 (3%) recebem de um a dois Salários Mínimos, 2 (1%) recebem de dois a três Salários Mínimos. 4 (2%) não informaram sua renda mensal.**

- Quanto ao grau de escolaridade: 32 (14%) são analfabetos, 57 (26%) apenas alfabetizados, 44 (18%) cursaram até a 4ª série, 8 (4%) possuem a 4ª Série completa, 64 (29%) cursaram entre a 5ª e 8ª Série do Ensino Fundamental, 12 (5%) Catadores estão cursando o 2º grau e apenas 8 (4%) possuem o Segundo Grau Completo.

- Quanto à atividade que exercem nas respectivas Associações, 152 (68%) trabalham coletando resíduos sólidos, 50 (22%) trabalham fazendo a triagem do material coletado, 21 não especificaram a atividade que exercem.

De acordo com os dados fornecidos pela URBANA, resultado do mencionado cadastramento, o perfil socioeconômico dos catadores por Associação é o seguinte:

ASCAMAR (86 catadores):

- Deste universo, 53 (62%) são do sexo masculino e 33 (38%) do sexo feminino; 68 (79%) residem no bairro de Felipe Camarão, 9 (11%) residem no bairro de Cidade Nova, 5 (06%) no Planalto, 2 (2%) no Guarapes, e apenas 2 (02%) Catadores residem em outras áreas.

- Há 18 (21%) com uma faixa etária que varia de 16 a 20 anos, 44 (51%) com uma faixa etária que varia de 21 a 30 anos, 16 (19%) com uma faixa etária que varia de 31 a 40 anos, 5 (06%) com uma faixa etária que varia de de 41 a 50 anos, e apenas 3 (03%) com 51 anos ou mais.

- Não há casos de Catadores portadores de necessidades especiais.

- Do total de do sexo masculino, 47 (89%) são chefes de família e 06 (11%) não o são. Já do universo das catadoras, 23 (70%) são chefes de família e 10 (30%) não.

- **No que se refere à renda, 85 (99%) recebem até um Salário Mínimo por mês, e apenas um (1%) não informou sua renda mensal**

- Quanto ao grau de escolaridade: 6 (07%) são analfabetos, 22 (26%) apenas alfabetizados, 11 (13%) cursaram até a 4ª Série, 3 (3%) possuem a 4ª Série completa, 34 (40%) cursaram entre a 5ª e 8ª Série do Ensino Fundamental, 7 (8%) estão cursando o 2º Grau e apenas 3 (3%) possuem o Segundo Grau completo.

- Quanto à atividade que exercem na Associação, 37 (43%) trabalham coletando resíduos sólidos, 49 (57%) trabalham fazendo a triagem do material coletado.

ASTRAS (54 catadores)

- Deste universo, 26 (48%) são do sexo masculino e 28 (52%) do sexo feminino; 31 (57%) residem no bairro de Felipe Camarão, 15 (28%) residem no bairro de Cidade Nova, 4 (7%) no Planalto, um (2%) no Guarapes, e apenas 3 (6%) Catadores residem em outras áreas.

- Há 6 (11%) com uma faixa etária que varia de 16 a 20 anos, 22 (41%) com uma faixa etária que varia de 21 a 30 anos, 11 (21%) com uma faixa etária que varia de 31 a 40 anos, 5 (9%) com uma faixa etária que varia de 41 a 50 anos, 5 (9%) com 51 anos ou mais e apenas 5 (9%) não informaram a idade.

- Não há casos de portadores de necessidades especiais.

- Do total do sexo masculino, 25 (96%) são chefes de família e um (4%) não é. Já do universo das catadoras, 22 (79%) são chefes de família e 06 (21%) não.

- **No que se refere à renda, 51 (94%) recebem até um Salário Mínimo por mês, e apenas 4(6%) não informaram sua renda mensal**

- Quanto ao grau de escolaridade: 14 (26%) são analfabetos, 21 (39%) apenas alfabetizados, 6 (11%) cursaram até a 4ª série, um (2%) possui a 4ª Série completa, 10 (18%) cursaram entre a 5ª e 8ª Série do Ensino Fundamental, um (2%) está cursando o 2º Grau e apenas um (2%) possui o Segundo Grau completo.

- Quanto à atividade que exercem na Associação, 32 (59%) trabalham coletando resíduos sólidos, um (2%) trabalha fazendo a triagem do material coletado, e 21 (39%) exercem outras atividades.

ACSRN (55 Catadores)

- Deste universo, 25 (45%) são do sexo masculino e 30 (55%) do sexo feminino; 42 (78%) residem no bairro de Felipe Camarão, 05 (09%) residem no bairro de Cidade Nova, 7 (12%) no Planalto, um (1%) no Guarapes.

- Há 9 (15%) com uma faixa etária que varia de 16 a 20 anos, 18 (33%) com uma faixa etária que varia de 21 a 30 anos, 18 (33%) com uma faixa etária que varia de 31 a 40 anos, 8 (15%) com uma faixa etária que varia de 41 a 50 anos, 2 (04%) com 51 anos ou mais.

- Há 2 que são portadores de necessidades especiais.

- Do total do sexo masculino, 18 (72%) são chefes de família e 7 (28%) não o são. Já do universo das catadoras, 24 (80%) são chefes de família e (20%) não.

- **No que se refere à renda, 51 (93%) recebem até um Salário Mínimo por mês, e apenas 04 (7%) recebem de 01 a 02 Salários Mínimos.**

- Quanto ao grau de escolaridade: 8 (15%) são analfabetos, 3 (6%) apenas alfabetizados, 19 (35%) cursaram até a 4ª Série, 04 (7%) possuem a 4ª série completa, 14 (25%) cursaram entre a 5ª e 8ª Série do Ensino Fundamental, 04 (7%) estão cursando o 2º Grau e apenas 3 (5%) possuem o Segundo Grau completo.

- Quanto à atividade que exercem na Associação, todos os 55 (100%) membros da Associação trabalham na coleta e triagem de resíduos sólidos.

ABRESOL (28 Catadores)

- Deste universo, 21 (75%) são do sexo masculino e 07 (25%) do sexo feminino; 06 (21%) residem no bairro de Felipe Camarão, 13 (47%) residem no bairro de Cidade Nova e 9 (32%) no Planalto.

- Há 4 (15%) com uma faixa etária que varia de 16 a 20 anos, 12 (43%) com uma faixa etária que varia de 21 a 30 anos, 6 (21%) com uma faixa etária que varia de 31 a 40 anos, 4 (14%) com uma faixa etária que varia de 41 a 50 anos, 2 (07%) com 51 anos ou mais.

- Há um que é portador de necessidades especiais.

- Do total do sexo masculino, 13 (62%) são chefes de família e 08 (38%) não o são. Já do universo das catadoras, 4 (57%) são chefes de família e 03 (43%) não.

- **No que se refere à renda, 22 (79%) recebem até um Salário Mínimo por mês, apenas 4 (14%) recebem de um a dois Salários Mínimos e apenas 2 (7%) recebem de dois a três Salários Mínimos.**

- Quanto ao grau de escolaridade: 4 (14%) são analfabetos, 11 (39%) apenas alfabetizados, 8 (29%) cursaram até a 4ª série, 04 (14%) cursaram entre a 5ª e 8ª Série do Ensino Fundamental e apenas um (4%) possui o Segundo Grau completo.
- Quanto a atividade que exercem na Associação, todos os 28 (100%) membros da Associação trabalham exclusivamente na coleta e triagem de resíduos sólidos.

Nesta longa exposição, sobre as especificidades das associações, grifamos o item referente à renda, que indica, salvo exceções, que os catadores recebem em torno de um (01) salário mínimo.

Neste capítulo, historiamos como ocorreu o processo de fechamento do lixão de Cidade Nova e foram formadas as associações, com dados relativos a todo este processo que abrangeu o período de 1999 até 2007, e que situam as distintas intervenções sociais e econômicas na área, suas múltiplas determinações, desde os interesses políticos e econômicos, aos interesses sociais.

Este referencial de dados concernente à caracterização das associações nos deu suporte para a análise, para que venhamos desvelar o nível de inserção social e econômica que vem sendo proporcionado por essas associações aos seus associados, o processo de conquista de sua cidadania, bem como verificar os avanços, no que se refere a sua representatividade como empreendimento econômico solidária.

Sempre teremos como fito apreender até que ponto a economia solidária vem se constituindo uma alternativa econômica, no sistema capitalista, para essas associações.

4 AS ASSOCIAÇÕES DE CATADORES NA SUA COTIDIANIDADE

No primeiro item deste capítulo, relataremos como ocorreu a constituição das três associações que foram implementadas a partir da execução do projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões, com base nas nossas observações e nas entrevistas, especialmente dos atores institucionais que contribuíram no processo de implementação dessas associações. Incluímos a ASCAMAR, que já existia desde 1999, mas que foi inserida no projeto por ter sido a primeira associação de catadores de Cidade Nova e que vinha desde a sua fundação operando a Usina de Triagem através de um contrato de comodato (ver ANEXO C). Enfatizamos as características dessas associações na sua cotidianidade, suas particularidades e forma de funcionamento.

Não identificaremos nominalmente os atores institucionais por nós entrevistados, colocaremos a sua fala e apenas iremos identificá-los pela função que exerceram no processo. O mesmo processo utilizaremos em relação aos catadores, colocaremos suas falas e os identificaremos pela letra inicial dos seus nomes, ocasionalmente, o nome de algum poderá vir tona, a depender da relevância do assunto tratado.

No segundo item aprofundamos o nosso estudo com base nas dimensões analíticas: **associativismo, trabalho, exclusão social e cidadania**, e nos depoimentos apreendidos na pesquisa de campo junto às associações e junto aos atores institucionais, verificando efetivamente a consolidação dessas associações enquanto empreendimentos econômicos solidários, constatando quais foram seus avanços nesta perspectiva, bem como verificando a inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista de sua cidadania.

4.1 Constituição e Perfil das Associações de Catadores na sua Cotidianidade: as Transformações e a Mão Invisível que Direciona e Conduz o Trabalho dessas Associações

O projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões foi executado na administração do Sr Sérgio Pinheiro como presidente da Urbana, em parceria com o Governo Federal, por meio da Fundação Zerbini, tendo este projeto rendido a Urbana dois importantes prêmios: o “Diploma

de Destaque Nacional em Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável” e o prêmio “Top Social 2005” (URBANA, 2006).

De acordo com o técnico contratado pela Fundação Zerbini para implantação do projeto, o qual preservaremos o nome, um dos pontos altos da iniciativa, na sua visão, era a inserção social dos catadores, pois uma vez eles estando inseridos, o fechamento do lixão se restringiria a uma questão técnica de engenharia sanitária e saúde pública, não envolveria questões sociais. Segundo o referido técnico:

“[...] o grande objetivo do projeto foi justamente a questão da melhoria de vida dessas pessoas, através de que se retira o lixão se dá condições pras pessoas de ter uma saúde melhor, as pessoas que moram no entorno, porque o problema do lixão, ele gera problema de saúde pública, então na hora que se erradica esse lixão e dá um destino final a esse lixo de forma adequada, que é através do aterro sanitário, que se trabalha a destinação final adequada mesmo pra esse lixo, se acaba com o problema de saúde pública no entorno do lixão a céu aberto. Mas aí se geraria um problema social quando você tem 547 catadores, como nós tínhamos lá dentro, trabalhando dentro do lixão, onde eles retiravam o sustento deles de lá, então pra que o projeto fosse mais completo, não ficasse apenas na retirada do lixão, foi importante a questão da inserção social desses catadores. Se retira o lixão, se retira o meio de vida deles, mas em compensação se dá uma vida melhor a eles, então o objetivo maior seria inserir eles com qualidade de vida e com condições econômicas deles sobreviverem e outras atividades pra que eles passassem a ter a renda, saúde, educação que eles não tinham, porque eles não tinham tempo de estudar, porque eles passavam o dia ali e às vezes até a noite catando lixo pra poder sobreviver. Então eu acho que o grande objetivo do projeto era melhorar a vida dessas pessoas, tanto das pessoas que estavam no entorno do lixão, como das pessoas que viviam dele”.

Dessa forma, para a execução do projeto foi criado um comitê gestor para que as ações fossem trabalhadas, cada uma na sua competência, da mesma forma que os Ministérios estariam trabalhando em Brasília. Nesse sentido, em razão do comitê gestor ser paritário, foram aglutinadas a ele secretarias de Estado e Município, organizações não governamentais e entidades ligadas às universidades e, juntos, todos discutiam as ações, o que necessitava ser feito para se promover a inserção desses catadores. O referido técnico nos explicou que:

“[...] um dos objetivos seria montar um comitê gestor nas cidades onde o projeto fosse implantado, pra que as ações fossem trabalhadas cada uma na sua competência, do jeito que os ministérios estariam trabalhando em Brasília. Nós, nas capitais estaríamos trabalhando dentro, juntando as secretarias pra trabalhar, então foi quando a gente montou

em Natal, isso foi feito um decreto pelo prefeito, um comitê gestor, onde tinha secretaria de ação social pra trabalhar a questão social dos catadores, a implantação do cartão alimentação que hoje é o bolsa família, o cartão alimentação surgiu dentro desse projeto, e também as questões sociais mesmo dos catadores, tinha a secretaria de educação porque era objetivo trabalhar a educação desses catadores [...] nível de escolaridade baixíssimo, a secretaria de saúde porque eles tem muito problema de saúde, então a secretaria de saúde iria entrar com os programas que ela tem e eles teriam acesso a esses programas, a própria Urbana que já trabalha a questão do lixo, as universidades, então entrou a UNITRABALHO pela Universidade Federal, e entrou também um programa que existe na universidade que é de saúde, então depois fomos agregando outras instituições importantes, entrou a Terra Mar como ONG [...], a Ativa também que é uma organização não governamental ligada a secretaria de ação social que ia trabalhar a questão dos idosos, das crianças, então foi muito bom trabalhar esse comitê, era nas reuniões do comitê onde era discutida as ações, o que tava se precisando fazer pra melhorar a vida desses catadores, então foi um projeto bastante completo, porque se trabalhou todas as áreas”.

Na visão do técnico, a coleta seletiva veio a ser uma grande solução, pois tanto seria uma forma de geração de trabalho e renda para os catadores, como uma forma de contribuir para a vida útil do aterro sanitário. De acordo com ele:

“[...] o grande filão também do projeto foi a coleta seletiva, a implantação da coleta seletiva, por quê? Porque estaria beneficiando eles com a questão de tá coletando na rua, coleta seletiva porta-porta, coletando esse material limpo, muitas vezes já separado e estaria contribuindo para a vida útil do aterro sanitário. Porque para o aterro sanitário, o ideal é que vá para o aterro sanitário só o lixo orgânico, porque esse tipo de material reciclável ele tem uma duração de degradação muito grande, são anos e anos pra se degradar [...], então para a vida útil dele, (é importante que seja depositado) só mais esse material orgânico, então o que é que nós fizemos? Com a implantação da coleta seletiva nós estaríamos dando condições de vida para eles, porque eles estariam trabalhando de forma digna, coletando esse material na própria residência das pessoas e aí estaríamos contribuindo também para a vida útil do aterro sanitário”.

Com o mesmo pensamento o ex-presidente da URBANA, nos mostra que a coleta de resíduos sólidos é a atividade que mais gera postos de trabalho informal atualmente na região metropolitana de Natal. Segundo ele:

“[...] tem uma atividade que é que gera mais postos de trabalho, não emprego formal, na região metropolitana, com certeza o lixo hoje é a atividade que gera mais postos de trabalho, logicamente 99,9% desses postos de uma forma totalmente informal”.

Então quando o projeto começou a pensar em atividades que gerassem trabalho e renda para os catadores, os técnicos tiveram a preocupação de viabilizar atividades ligadas a comercialização do reciclável, pois era exatamente isto que eles faziam dentro do lixão, e com este tipo de atividade que se identificavam. De acordo com o técnico:

“[...] a gente sabia que tinha que colocar algumas coisas que fossem ligadas ao lixo, porque eles têm um amor por aquilo ali, e tem uma identificação muito grande, não é com o lixo, é com o reciclável, é com material reciclável, com a venda daquele material”.

No processo de operacionalização do projeto, observa-se que o primeiro obstáculo enfrentado para organização da coleta de resíduos sólidos de forma coletiva, por meio de associações, objetivando-se formar uma rede, veio da própria indústria que utiliza o material reciclável como insumo, ou seja, que compra esse material, uma vez que ela tem interesse no desagregamento dos catadores, pois dessa forma obtém preços mais baixos na compra do material reciclado. Conforme nos informou o ex-presidente da URBANA:

“[...] primeiro nós tínhamos alguns problemas sérios a enfrentar com o trabalho de catação, primeiro, (e) que até hoje existe, que isso até hoje atrapalha a coleta seletiva, é o total desarranjo da rede, enquanto não se pensar o trabalho de reciclagem com associações através de uma rede, para que ela se organize e se profissionalize, vai ser muito difícil, por quê? A indústria, ela também é muito madrasta nesse sentido, ou seja, [...] ela em vez de elege esses elementos sociais, elas elegem empresários “sucateiros” que desagregam essas estruturas pra ter até mais ganho, não sei se tá certo ou se tá errado, mas é isto que ocorre”.

Outro obstáculo que teve de ser superado foi a resistência por parte dos catadores em relação à idéia de se deixar de trabalhar no lixão e passar a trabalhar de forma coletiva, por meio de associações. Segundo nos colocou o ex-presidente da URBANA:

“[...] os problemas, o principal era esse, quer dizer, de estimular a atividade organizada, porque os catadores eles tinham uma realidade de disputa, quer dizer, um não dependia do outro, podia trabalhar a hora e o dia que queria, quer dizer, ele tinha uma total informalidade, alguns trabalhavam 3 horas e outros trabalhavam 17, 18 horas dentro do lixão e recebiam o fruto do trabalho no final do expediente, terminava, tava lá o atravessador pra comprar o resíduo deles, que eles produziam, então você vinha com a proposta “vamos acabar com o trabalho do lixão, vamos fazer uma associação” aí é todo conflito com a situação que tava, [...] deles se organizarem, ter hora de trabalho, depender um do outro, esperar 15 dias

pra ter algum rendimento, e você criava toda uma situação conflitante para aquela realidade, e o lixão, ele tinha uma realidade de conflito muito intensa, então quem era mais fraco no lixão, ele se sentia mais forte nas associações, ou seja, as mulheres, se você for hoje nas associações, certamente as mulheres é quem ainda mais permanece, os antigos catadores por um ou por outro problema, que não vale a pena aqui comentar, mas eles terminaram hoje saindo atrás do comércinho deles, em cima de uma carroça, então continua na atividade informal, porque eles efetivamente conseguem ganhar mais que nas associações. No lixo era essa realidade, tinha discriminação, tinham pessoas que eu conheço lá que ganhavam R\$ 600, R\$ 700 por mês, uma renda desse porte, como também tinham os mais fracos, que ficavam naquela renda muito pequena, e até pela própria condição de organização. Por exemplo, a mulher no lixão, ela não catava a mesma coisa que o homem [...], eles estabeleciam que a mulher não podia catar os resíduos de melhor qualidade, a mulher só catava plástico, só podia realizar a catação após os homens já terem terminado [...]”.

Essas colocações do ex-presidente da URBANA são reveladoras das contradições presentes no trabalho realizado pelo catador no lixão, e qual seria o seu trabalho nas associações, o ganho diário (com a presença do atravessador) ou o ganho quinzenal (atendendo a organização da Associação)? Os conflitos gerados, a discriminação exacerbada contra a mulher, não só pelo ganho, mas até pelo tipo de lixo que ela, a mulher, poderia ter acesso a catar. E dizer que vivemos o século XXI, das pesquisas avançadas na medicina, na física – as clonagens, os robôs, os genomas, os transplantes possíveis, contrapondo-se às disputas de um mundo que se vivenciou, há pouco mais de um ano, mostrando a face da miserabilidade enfrentada por homens e mulheres que buscam seu sustento, não só nesta nossa cidade, mas em todo território brasileiro.

As dificuldades relatadas pelo ex-presidente da URBANA, evidenciam-se também na fala da catadora LS, que foi uma das fundadoras da ASTRAS e que por vinte e seis anos vem trabalhando como catadora, tendo passado a maior parte desse tempo catando no lixão de Cidade Nova:

“Eu dentro do lixão eu achava muito bom, porque a gente trabalhava por conta própria da gente, ninguém mandava em ninguém, nós fazia o que nós tinha vontade de fazer, nós mesmo era quem mandava em nós mesmo. A partir daí, nós ficamos sendo mandado por eles, né? Pela associação, quer dizer que aí não era mais do jeito que era quando a gente trabalhava dentro do lixo, que ali você trabalhava, ali se você quisesse ir hoje você ia, não querendo ir você só ia amanhã ou depois, a hora que você queria ir, sem esse problema. Já na associação, a gente passa um dia sem ir, já é descontado o dia que a gente não vai, que

*chova que faça sol a gente tem que ir, né? Aí já foi uma parte que a gente já não achou bom, mas aí fazer o quê? Se a gente foi retirada dali pra outro serviço, sendo o mesmo serviço, que só muda **por que a** gente é uma associação, a gente tá na rua, já é deferente, mas que o trabalho é o mesmo, é lixo sempre, nós num fumo pra rua catar ouro, nem prata, nem nada, fumo catar lixo também, é o mesmo lixo que a gente catava antigamente na vizinhança [...]”.*

No que se refere a violência que existia dentro do lixão, esta mesma catadora nos confirma que as relações lá dentro se davam pela força, não existia respeito:

“[...] vendo a hora de levar ganchada no pé dos ouvido e que também não era pra dizer nada, era pra ficar caladinha ali, não falar nada, caladinha, se falasse, na hora que fosse um gancho no oio tudo bem, se falasse, não era mais nem mais o cabo do gancho, era o gancho inteiro no espinhaço, tinha esse pobrema ali, no lixão era assim, a gente tinha que engolir tudo calado, eles chamavam os nome feio com a gente, e a gente tinha que botar o ouvido tapado, fingia que nem era com a gente, sabe !”.

Outra catadora SS e fundadora da ASTRAS nos confirma esta violência, ao aduzir que lá:

“[...] É pela força, e pro quem pegasse, era pela faca, era no gancho, quem pegasse mais é quem fez o dia, quem fosse fraco [...]”.

Conforme nos relata o então técnico da Fundação Zerbini, para implantação da Coleta Seletiva no município de Natal, seria necessária a ampliação do número de associações, haja vista que só existiam duas, a ASCAMAR e a ASTRAS. Dessa forma, seria necessária a organização de mais associações para viabilização da realização da coleta nos principais pontos do município, como também para absorver os demais catadores do lixão que não faziam parte das duas associações existentes. Segundo o referido técnico:

“[...] houve também a ampliação das associações, quando nós iniciamos o processo do projeto existiam apenas duas associações, foi necessário que surgissem outras associações até para a implantação da própria seletiva na cidade, duas associações não iam dar conta e teriam que absorver aquele restante do pessoal que tava no lixão e que não eram associados ainda. Então surgiram outras associações, com o surgimento das associações, surgiu a necessidade de trabalhar a questão do trabalho em equipe, da gestão da seletiva e aí surgiram outros projetos, inclusive a questão da inclusão dá UNITRABALHO no processo e aí foi convidada a participar do comitê gestor”.

Dessa forma, por necessidade, o projeto fomentou a criação de outras associações. De acordo com o técnico da Fundação Zerbini:

“Quando nós implantamos o projeto dentro lá do lixão de Cidade Nova já existiam duas associações, que era a ASTRAS e a ASCAMAR, e aí, tinham muitos catadores que não eram associados, e para que eles estivessem dentro dos projetos, para que eles pudessem ser ajudados, pudessem estar participando dos processos de capacitação, pudessem estar dentro da (coleta) seletiva, eles teriam que estar dentro das associações, houve um crescimento nas duas associações que já existiam, na ASTRAS e na ASCAMAR, uma procura muito grande, mas houve também a necessidade de surgimento de outras associações, por quê? Porque só duas não iam comportar 547 catadores e como existiam já problemas deles lá dentro, então eles tiveram que, preferiram criar outras associações. Aí veio a questão da ACRRN, que hoje não é mais ACRRN é ACSRN, Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN e a ABRESOL, então surgiram mais duas associações, por quê? Porque até para a Prefeitura colaborar com eles no repasse de caminhões pra seletiva, no repasse de equipamentos, dos EPIs, eles teriam que ter um CNPJ e aí eles tiveram que criar novas associações, exatamente pra estar dentro do contexto dos projetos”.

Segundo o ex-presidente da Urbana, no que se refere ao surgimento das associações:

“[...] bem como as associações, cada uma tem um histórico, a ASCAMAR você não pode ter ela no mesmo histórico das outras, que a ASCAMAR já existia desde 1999, ela foi criada no contexto de quando se começou a falar, em 1999, no fechamento do lixão e na recuperação da usina de triagem de Cidade Nova, foi quando a ASCAMAR surgiu, ela entra num outro contexto, já as outras não, todas as outras já foram filhas desse processo desencadeado a partir de 2003”.

Já a fundação da ASTRAS ocorreu em 14 de maio de 2003 e o seu registro em cartório se deu no dia 04 de julho de 2003, foi a segunda associação a ser fundada pelos catadores do lixão de Cidade Nova (ver ANEXO D). Conforme nos relatou a catadora SL, fundadora dessa associação e que fez parte da sua primeira diretoria, na qualidade de primeira secretaria, o processo ocorreu da seguinte forma:

“A ASTRAS nasceu assim, recebemos uma notícia do presidente da URBANA, que era [...] na época, e hoje é outra gestão, que o lixo ia fechar, então se a gente quisesse continuar tendo emprego, a gente formasse grupos pra formar associação ou cooperativa. Então eu juntei, eu e mais 23 mulheres e formamos um grupo, só que quando foi pra gente ter o acesso, pra fazer a coleta porta a porta, recebemos a má notícia que teríamos que se agregar a uma associação que já existia, que era a ASCAMAR, e a gente não queria, a gente queria independência e a gente queria mostrar que a gente também fazia o serviço, né?! Aí então recebemos o convite de [...], que hoje é o presidente da ASTRAS, e o primeiro

tesoureiro, que é [...], pra se agregar, pra formar o grupo maior, que o que vale hoje em dia é número, até mesmo pra política é número, né?! E a gente se agreguemos a eles e montamos a ASTRAS, que hoje em dia tá aí o nome dela. A ASTRAS é uma associação de agentes trabalhadores em reciclagem e compostagem de lixo, faz a coleta seletiva, temos um núcleo de vassouras, que reaproveita o que vem da coleta, temos a podação, onde dá estrutura pra vassouras, e estamos aí, vai fazer 4 anos a ASTRAS já! A gente faz festa de aniversário, faz eventos de jogo de futebol, o dia dos pais comemoramos, o dia das mães comemoramos, fazemos passeios, né Adelino? E assim estamos indo aí”.

De acordo com um membro da equipe que trabalhou na implantação do projeto de inserção social dos catadores, havia sérios problemas na ASCAMAR e na ASTRAS, haja vista que estas associações, na época já tinham sido identificadas por explorar o trabalho dos associados e não praticar os princípios do associativismo. De acordo com o referido técnico:

“A gente sabe que já tem melhorado, mas existiu alguns ditadores lá dentro, no caso da ASTRAS tinha um presidente, que era seu Pacelli, uma pessoa que a gente trabalhou a questão da (educação), era semi analfabeto, foi alfabetizado, mas ele era tipo um ditador lá dentro, e aí as interferências dele prejudicava muito, existia um entra e sai muito grande de associados e essa associação surgiu por um grupo de mulheres, Simone estava a frente, e ele surgiu, e depois se resolveu colocar um homem, e ele entrou e virou presidente da noite pro dia, e era muito difícil se trabalhar com ele, porque ele era de difícil entendimento, então era muito assim, como se tivesse um chicote e os catadores fossem chicoteados mesmo, existe uma exploração da mão de obra muito grande, e eles questionavam muito porque era que outras associações ganhavam mais e eles não ganhavam? Então a gente sabia que tinha um problema muito grande também de prestação de contas. Na ASCAMAR também (é) muito parecido, a pessoa que está a frente desde o começo, Severino Júnior, ele tinha aquele poder de ser o dono mesmo da associação, e aí eles (os catadores) tinham mais sorte porque a usina de triagem, que eu não falei, mas tem uma usina de triagem que tá em sistema de comodato pra ASCAMAR, a faturação (lucro) dela é bem maior que a seletiva, eles conseguem ganhar mais dinheiro, porque é mais rápido o processo, mas a gente sabe que tem muitos problemas de relacionamento mais nessas duas associações, se agente for fazer uma pesquisa lá dentro, a gente sabe da não aceitação do associado com a diretoria dessas associações [...]. Na ASCAMAR e na ASTRAS a gente nunca conseguiu nem fazer uma assembléia, porque eles não permitiam, então essa relação de trabalho é muito difícil, agora a gente sabe que com o tempo essas coisas vão mudando, porque (os catadores) vão começando a entender, mas a gente precisa de pessoas lá dentro que estejam orientando, e às

vezes a gente não era bem visto por isso, porque a gente tava ali pra orientar e para os “presidentes” não era interessante que eles estivessem orientados, era preferível que eles não entendessem como se dava o processo associativista, até porque a gente sabe que na associação a assembléia é quem decide, e nessas associações que existe esses “presidentes donos”, que quem resolve é eles, as assembléias não são nem feitas, então a coisa fica muito na mão de uma, duas ou três pessoas e a gente sabe que existe desvio de dinheiro mesmo. Enquanto eles andam de carro, de moto, tem celular, tem notebook, os catadores brigam pra sobreviver, então isso precisa ser desmistificado e a gente já notou que houve muitos avanços, já foi pior, hoje eles são mais contentes. Houve agora há pouco tempo um projeto, uma requalificação deles, dentro dessa requalificação eu acredito que teve essa questão do associativismo que estava programado, e aí com o tempo eles vão descobrindo que eles tem um poder muito grande, eles são tão donos quanto a diretoria, pra que eles possam melhorar de vida, todo mundo ganhando igual. O problema (atualmente) é que uns ganham bem, e outros ganham bem mal, né?”.

Conforme nos relatou o ex-presidente da Urbana, a economia solidária foi vista pela equipe que estava implementando o projeto como uma solução para a formação e consolidação das associações, nas palavras do ex-presidente:

*“Eu sempre dizia [...], e digo também, que casava perfeitamente a nossa demanda com o que se propõe a economia solidária, dentro, logicamente, daquele ponto de geração de renda e de uma forma organizada, porque trazia tudo, porque a gente sentia que necessitava organização, que montasse uma rede, **então acho muito importante que tivesse condição de ser continuada dando aquele suporte**, isso vem atrelado, essa necessidade de suporte, a todas aquelas dificuldades que eu falei no início, e que o catador sempre tá acostumado, até hoje você vai lá e conversa com eles, [...] sempre os líderes tem mudado, eles tem tirado, é sempre achando que fulano tá roubando, tá sendo enrolado, eles não têm, não conseguem ter mecanismos de deixar claro como é tudo que ocorre ali na associação”.*

Na visão do técnico, a economia solidária foi a solução para o enfrentamento das dificuldades que os catadores tinham de trabalhar de forma coletiva e organizada, bem como para que eles aprendessem a confiar e respeitar mais uns aos outros, pois a economia solidária trabalha tudo isso.

“Na proposta da economia solidária, [...] o que nós vimos foi o seguinte: é que assim, os catadores eles tinham problemas graves de trabalho em equipe, porquê? Porque eles sempre foram muito individualistas, eles trabalhavam de forma individual e disputando o material uns com os outros e até com os próprios animais lá dentro do lixão e aí eles tinham

uma grande dificuldade de trabalhar em grupo. Outra grande dificuldade que a gente via que eles tinham era de alguém, que era igual a eles, passar a mandar neles, a questão da formação dessa diretoria de uma associação. Então eles tiveram que ser trabalhados nisso aí, porque eles não confiavam nem neles mesmos, que eles eram capazes, imagine outras pessoas iguais a eles que teriam que ser superior a eles, então eles tinham um problema muito grande, assim, de convívio mesmo. Lá existe, a gente conseguiu descobrir, existe duas famílias que disputavam mesmo o lixo, por isso o racha das associações, então são famílias e famílias que moram ali dentro, mas tinha duas que mandavam dentro da área, e aí a necessidade de se estar trabalhando com a economia solidária que a gente sabe que é um processo de respeitar o outro, de acreditar que você depende do outro, pra que você possa ser grande, possa conseguir ganhar mais dinheiro. Então pra isso a intervenção da UNITRABALHO foi fundamental, e a gente sabe que a UNITRABALHO teve problemas, porque sim, eles se sentiam invadidos, até pela própria falta de consciência deles, e até porque alguns presidentes de associações não tinha interesse que houvesse interferência, porque eles estavam se dando muito bem, porque enquanto uns não entendiam, eles entendiam demais, e às vezes a nossa presença era até, fazer como outro, pra eles era como uma invasão mesmo”.

Ainda sobre a importância da economia solidária e a participação da UNITRABALHO, observa o técnico que:

*“[...] então a gente sofreu e tudo, mas a gente conseguiu alcançar os objetivos, porque hoje é uma realidade, se você parar hoje um catador que trabalha na seletiva [...] e perguntar se ele quer voltar para o lixão, ele não quer voltar mais, porque ele hoje vive de forma digna, às vezes ele diz pra gente “lá no lixão ganhava mais”. Mas aí eu digo: “mesmo assim você ainda quer voltar pra lá?” “Não, não quero porque hoje eu não tenho mais problema de saúde”. Muitas vezes os problemas de saúde que eles adquiriam lá dentro, o dinheiro que eles ganhavam não dava pra pagar o remédio e hoje eles não tem mais problemas de saúde, **então teve todo esse processo que pra gente foi muito gratificante e a gente conseguiu que o lixão fosse fechado sem ter nenhum problema assim, de resistência maior, que nós preparamos eles pra esse fechamento, eles já estavam vendo que os projetos já estavam funcionando, que eles não iam ficar desamparados”.***

Ademais, na visão do referido técnico, para desenvolver o associativismo junto aos catadores e às associações de catadores, seria necessário a participação de pessoas de fora do projeto e da própria URBANA, para que houvesse uma maior isenção e uma maior independência por parte dos catadores. Foi desta forma que a Organização das Cooperativas

do Rio Grande do Norte (OCERN), em agosto de 2004, lhes ministrou o primeiro curso de associativismo, já estando na época a UNITRABALHO participando do projeto, estimulando o processo de associativismo dos grupos. Segundo ele nos relata:

“[...] a questão da interferência nossa seria só como acompanhamento, mas eles teriam que gerir o próprio negócio deles, então ficava difícil até pra gente, que já estava dentro do projeto, fazer essas intervenções, então teria que vir gente de fora e que trabalhasse na área, pra que trabalhasse essa questão coletiva deles”.

Em 2004 a UNITRABALHO iniciou junto aos catadores os cursos de associativismo e economia solidária, ensinando os catadores a desenvolver seu trabalho de forma coletiva e solidária, mostrando o potencial que um grupo organizado pode desenvolver, capacitando eles para formar associações e realizar a coleta de recicláveis por meio delas. Essa iniciativa consolidou um grupo de catadores formado por uma média de cem pessoas, que decidiram registrar a ACRRN, que tinha iniciado sua participação na coleta seletiva no dia 8 de janeiro de 2004, antes de ser legalizada, junto com a ASCAMAR e a ASTRAS. Ocorre que em maio de 2005, quando se tentou realizar a assembléia de fundação da ACRRN, objetivando realizar os procedimentos jurídicos necessários para sua legalização, quando então se deveria eleger uma diretoria, o grupo não chegou a um consenso quanto a composição e eleição dessa diretoria, tendo se formado um grupo dissidente.

Desse grupo dissidente, que era minoria, surgiu a ABRESOL, que elegeu sua diretoria e foi legalizada com a assistência da UNITRABALHO (ver ANEXO E). Já o outro grupo, que deixou de ser acompanhado pela UNITRABALHO desde então, elegeu uma diretoria e ao se registrar em cartório, na mesma época, conforme nos esclareceu o técnico da Fundação Zerbini, registrou-se com o nome de Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN (ACSRN), porém até hoje esse grupo identifica-se entre si e em público com o nome de ACRRN, e não como ACSRN (ver ANEXO F).

De acordo com o referido técnico, as associações hoje só recebem apoio logístico da URBANA, e não recebem apoio no sentido de serem assistidas, visando o desenvolvimento dos princípios associativistas dentro das associações, ou seja, no sentido de serem incubadas em economia solidária, o que é muito prejudicial para essas associações e seus membros. Segundo ele:

“Só a logística mesmo, mas assim até porque hoje a direção da URBANA entende que não tem que interferir, eu acredito que não, realmente não deve ter interferência dentro de uma associação, eu acho que eles têm que resolver os problemas deles, mas eles precisam ser assistidos. [...] Na verdade, quem deveria estar bem a frente dessa questão das

associações seria a própria Secretaria Municipal de Trabalho, que já tem um programa lá dentro voltado para o associativismo e cooperativismo, e poderia muito bem ter se continuado o trabalho da UNITRABALHO lá dentro, então eu acho que se juntasse SEMPTAS e UNITRABALHO pra se tá trabalhando a gestão, o empreendedorismo, a questão da economia solidária lá dentro, esses catadores estariam muito melhor, pois aí eles teriam um apoio. Porque infelizmente trabalhei muito com associativismo e cooperativismo pelo Brasil a fora, e eu sei que esse povo, se não tiver uma equipe que esteja do lado, assim, acompanhando, trabalhando a questão dos conflitos, pra que eles consigam avançar (se perdem) [...]. Quando nós estávamos a frente desse projeto, tinha eu na coordenação, que trabalho com essa área, nós tínhamos o comitê gestor, tinha a questão da UNITRABALHO, e dentro da própria URBANA tinha uma assistente social que acompanhava esse trabalho, hoje não tem mais”.

Este acompanhamento às associações não só é necessário como é responsabilidade dos órgãos governamentais como já nos referimos neste trabalho

4.1.1 As Associações no Final de 2006, Suas Característica e Modo de Funcionamento

Neste subitem, trazemos à tona a estrutura das associações e sua operacionalização nos dias atuais. Registramos o fato de existir dentro do galpão de cada associação um fiscal da URBANA, que fiscaliza o trabalho dessas associações e de seus catadores.

De acordo com os resultados de nossas entrevistas, ficou evidenciado que as associações, por quinzena, não apuram menos de R\$ 2.000,00 com a venda do material reciclado, e vários catadores já perceberam que o valor que lhes é pago não é condizente com o valor apurado na venda do material reciclado comercializado pelo seu grupo.

A venda do material reciclado normalmente é feita para atravessadores que revendem o material para indústrias situadas em Pernambuco e no Ceará, pois no Rio Grande do Norte ainda não existem indústrias que utilizem material reciclado como insumo. Há fortes indícios de que eles vendem o material reciclado para os mesmos atravessadores, o que não é de todo prejudicial, porém faz com que eles não tenham poder de barganha na hora de negociar.

ASCAMAR

A ASCAMAR é uma associação que conforme informações de seus membros, tem uma diretoria formada por pessoas de uma mesma família, não exercendo, nenhum desses

membros, a atividade de catador. Não são realizadas assembléias, as decisões tomadas pela diretoria e as comunicações encaminhadas a esta diretoria pela Urbana são repassadas aos membros da associação, que são divididos em três grupos, por meio dos “encarregados” que chefiam cada grupo.

O seu presidente, que é de fato um ex-catador, já foi membro do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, não fazendo mais parte do movimento, conforme nos foi informado por membros da comissão da região nordeste do referido movimento. É uma pessoa de influência junto ao meio político local, um grande articulador, a sua associação se beneficia da maioria das verbas públicas que vêm para o Estado e são destinadas a catadores. Recentemente a sua associação recebeu do Banco do Brasil, na forma de doação, um caminhão baú e a renovação de todos os seus equipamentos, ou seja, prensas, trituradores, etc. Ademais, a ASCAMAR está sendo beneficiada diretamente pela reforma e ampliação da usina de triagem que está sendo realizada com o financiamento da FUNASA e Caixa Econômica Federal, posto que a referida usina é explorada exclusivamente pela ASCAMAR, por meio de um contrato de comodato com o Poder Público.

A associação atualmente está se transformando em uma cooperativa, segundo dados obtidos por meio de entrevista junto aos seus membros. Ela é composta por uma média de 108 associados, sessenta deles trabalham na usina de triagem e cinquenta e oito se dividem em dois grupos, cada um composto por uma média de trinta membros, que realizam a coleta seletiva porta a porta e o programa interno de coleta seletiva (PICS).

É importante ressaltar, conforme dados obtidos nas entrevistas, que na ASCAMAR nem todos os associados são catadores egressos do lixão de Cidade Nova e há uma alta rotatividade no grupo, quem consegue um trabalho melhor, normalmente deixa a associação.

O grupo que trabalha na usina de triagem é composto por 60 catadores, que se dividem em duas turmas, a primeira trabalha das 7 da manhã às 14 horas e a segunda das 15 às 22 horas. O valor da venda do material reciclado que este grupo apura é “teoricamente” rateado somente entre eles. De acordo com um catador, eles recebem na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 por semana, sendo este grupo também chefiado por dois encarregados.

Os grupos trabalham de forma independente, rateando “teoricamente” entre si o que apuram com a venda do material reciclado coletado.

Já os dois grupos que realizam a coleta seletiva porta a porta e o programa interno de coleta seletiva (PICS), um deles divide o galpão com a ABRESOL e o outro utiliza um galpão situado próximo à usina de triagem, localizada no terreno do antigo aterro do lixão de Cidade Nova. Cada grupo desses tem dois membros que eles chamam de “encarregado”, que são

responsáveis pela coordenação do grupo e fazem a ponte entre o grupo e a diretoria da associação, bem como são responsáveis pela venda do material e o pagamento dos associados.

De acordo com as entrevistas, os associados que participam do grupo que funciona no galpão da avenida seis, recebem em média, por quinzena, o valor de R\$ 120,00, já os dois encarregados recebem um pequeno percentual a mais, porém observa-se que nenhum deles chega a ganhar um salário mínimo por mês. Segundo alguns catadores nos informaram, o valor que este grupo obtém pela venda do material reciclado, a cada quinze dias é na faixa de R\$ 3.500,00. Portanto percebe-se que os catadores recebem um valor que não é proporcional ao que é de fato apurado com a comercialização do material.

De acordo com as informações que coletamos junto aos associados, eles trabalham de segunda a sexta das 7 horas às 16 horas, trabalhando também nos sábados, a cada quinze dias, e folgam nos domingos. Se faltarem, ainda que tragam atestado médico, não recebem pelo dia que não trabalharam. Esta última informação nos foi concedida em sigilo, pois segundo o catador que a forneceu, eles são obrigados a dizer que em caso de falta por doença, trazendo o atestado, eles recebem.



Fotografia 14 – Fotos do Galpão e da Usina de Triagem da ASCAMAR

ASTRAS

A ASTRAS está funcionando em um galpão bem precário situado na área onde funcionava o lixão de Cidade Nova, que vêm passando por um processo de recuperação ambiental e reurbanização. A associação expulsou seu presidente fundador e está sem uma diretoria, sendo comandada por membros que faziam parte da antiga diretoria, na qualidade de vice-tesoureiro e suplente de fiscal. A associação se encontra atualmente composta por 26 catadores.

O grupo de fabricação de vassouras teve suas atividades encerradas, atualmente a associação somente participa da coleta seletiva porta a porta e do programa interno de coleta seletiva (PICS), sendo notório o clima de insatisfação entre os associados.

A Urbana determina os trechos que eles devem cumprir, fornece as fardas e os sacos, além de dois caminhões para coleta seletiva porta a porta e uma caminhonete para eles coletarem o material do programa interno de coleta seletiva (PICS).

Os dois líderes é que fazem a ponte entre a URBANA e os catadores, bem como são eles que têm a responsabilidade de vender o material e fazer o rateio do dinheiro com os demais associados. Todas as ordens que recebem da URBANA referente aos trechos a serem cumpridos, as atividades e a qualquer mudança, repassam para o resto do grupo.

A associação é totalmente dependente da URBANA, assim como as demais associações que realizam a coleta seletiva, os líderes não parecem ter qualquer autoridade ou autonomia em relação as diretrizes que o grupo toma, e até mesmo em relação a determinar quem entra para o grupo. Não são feitas assembléias, não há igualdade e democracia entre os membros do grupo, eles são visivelmente subordinados a uma hierarquia, inclusive os próprios líderes. Um desses líderes (catador F. R.) afirmou que:

“[...] aparecendo um serviço de carteira assinada, eu num vou deixar de trabalhar com carteira assinada pra ta aqui [...]”.

A convivência entre os catadores não é pacífica, há constantes desentendimentos e agressões verbais. De acordo com a catadora L. S. que faz parte desta associação, ao relatar o que se passa lá dentro afirmou:

“[...] Só trabalha e pronto, e cabouce, e eles lá, um dá um jeito no outro, outros dizem eu vou matar, eu vou puxar pelas pernas, aí pronto. O problema é esse lá, tá em tempo de matar, e hoje em dia o cara só quer saber mais de matar o outro, destruir a vida dos outros”.

Nem todos os catadores são egressos do lixão, há também uma alta rotatividade de catadores, pois quando arrumam um trabalho melhor saem, e ao ficarem desempregados, voltam, havendo certa tolerância e compreensão em relação a este fato por parte dos líderes. Uma das lideranças (catador F. R.) pronunciou-se sobre esta alta rotatividade, afirmando que:

“[...] mudam assim, saem aí depois voltam, saem, arrumam coisa melhor aí sai. (o) pessoal é daqui de dentro do lixão mesmo, da mesma época né?! Tudo conhecido, tá desempregado, quando arruma uma coisa melhor sai, quando precisa, volta de novo, reúne o pessoal”.

Eles trabalham de segunda à sexta, e um sábado a cada quinze dias, sendo este também o dia que recebem seu pagamento quinzenal. Normalmente iniciam sua jornada às sete da manhã e permanecem trabalhando até às 16 horas, no máximo, tendo suas folga no domingo. Não há férias e se faltar por motivo de doença há o desconto do dia que não trabalhou, o líder alega que eles não são uma empresa, são uma associação, então não podem pagar para quem não trabalhar. Esse fato é o mesmo que ressaltamos em relação à associação ASCAMAR.

A renda de cada associado por quinzena é na média de R\$ 120,00, e o valor geral do material vendido por quinzena, ao atravessador, é na faixa de R\$ 2.200,00. Os catadores alegam que não é suficiente para se sustentar, que aumentam a renda vendendo as peças que recolhem na coleta (eletrodomésticos, móveis e etc.) na feira. Alegam que no início a coleta seletiva era bem melhor, eles se reuniam, faziam comemorações, campeonato de futebol etc, mas agora é só trabalho e falta apoio da URBANA, especialmente se comparado ao passado.



Fotografia 15 – Fotos do Galpão da ASTRAS

ABRESOL

A ABRESOL que ao ser fundada contava com a participação de trinta e quatro sócios-fundadores, atualmente conta com a participação de 24 catadores, sendo a maioria novos integrantes, e nem todos egressos do lixão de cidade nova. Sua sede funciona num galpão precário e pequeno, alugado pela URBANA na avenida seis, para abrigar além dos catadores da ABRESOL, 30 catadores da ASCAMAR, que também fazem a coleta seletiva porta a porta e o programa interno de coleta seletiva (PICS).

Não existe mais a diretoria que foi eleita a época da sua fundação, nem sequer uma outra diretoria. Hoje a associação se encontra sob a chefia de três sócios fundadores que faziam parte da diretoria que fundou a associação, na qualidade de tesoureiro e membros do conselho fiscal.

A URBANA determina os trechos que eles devem cumprir, fornece as fardas e os sacos, além de dois caminhões para eles realizarem a coleta seletiva porta a porta e coletarem o material do programa interno de coleta seletiva (PICS).

As lideranças é que fazem a ponte entre a Urbana e os catadores, todas as ordens que recebem da URBANA referente aos trechos a serem cumpridos, às atividades e a qualquer mudança, são eles que repassam para o resto do grupo

Há um visível clima de insatisfação dos catadores, o que ficou evidente nas entrevistas das lideranças da Associação. Eles não demonstram ter autonomia, agem como subordinados da URBANA para tudo que realizam, aparentemente não têm autonomia para definir quem entra para o grupo ou quem não deve mais permanecer no grupo. Contraditoriamente, declararam que são eles que “resolvem tudo”, mas este resolver é visivelmente limitado, tendo um sentido bem próximo ao de um suposto “encarregado”, que cumpre ordens e tem a responsabilidade de repassá-las para o resto do grupo, que também reconhece neles um mero “chefe” ou “encarregado”.

Ao que nos parece é que pouco ou quase nenhum resquício ficou do trabalho que nós, na qualidade de integrantes do programa de economia solidária da UNITRABALHO, desenvolvemos junto a eles. Na forma que se relacionam e trabalham, não há o menor traço dos princípios de associativismo, não há sequer a solidariedade entre eles. Eles não realizam assembleias ou reuniões, além de aparentemente não terem qualquer autoridade ou autonomia enquanto associação. A convivência entre os catadores não é pacífica, há constantes desentendimentos e agressões verbais. Nos foi relatado por um funcionário da URBANA que na ABRESOL ocorre o seguinte problema:

“[...] é que no caso da ABRESOL eles não estão satisfeitos com o presidente da associação, recebo bastante reclamação [...]. Associação no meu modo de entender, a associação ela faz todo mundo participar e aqui o presidente resolve fazer uma coisa e faz e acabou e ninguém grita, quem toma a decisão é só ele [...], acho que falta conhecimento do que é uma associação, (por parte) do pessoal que participa”.

Consequentemente há uma alta rotatividade de catadores na associação, tanto em razão do mau relacionamento entre os catadores, quanto em razão de buscarem um trabalho melhor, que lhes dê um melhor rendimento. Conforme nos foi relatado, eles normalmente saem por desentendimento ou por conseguirem um emprego melhor, no segundo caso, acabam voltando ao ficarem desempregados novamente, havendo uma tolerância em relação a este fato por parte das lideranças. Aqui repete-se o que ocorre na ASTRAS e na ASCAMAR.

Também trabalham de segunda à sexta, e nos sábados a cada quinze dias. Iniciam sua jornada às sete da manhã e permanecem trabalhando até às 16 horas, no máximo, tendo sua folga no domingo. Não há férias e se faltarem por motivo de doença, uns alegam que com atestado recebem pelos dias não trabalhados, outros alegam que não recebem.

A renda de cada associado por quinzena é na média de R\$ 90,00 a R\$ 100,00, e que o valor em geral apurado do material vendido por quinzena é na faixa de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00. Assim como os demais catadores, eles também alegam que não recebem o suficiente para seu sustento e complementam sua renda vendendo as peças que recolhem (eletrodomésticos, móveis e etc.) na feira.



Fotografia 16 – Fotos do Galpão da ABRESOL e da ASCAMAR localizado na Av. 6

ACSRN

A ACSRN começou a participar da coleta seletiva em 8 de janeiro de 2004, com o nome de ACRRN, e sem estar legalizada.

Em 2005, após uma dissidência com o grupo que fundou a ABRESOL, ela foi legalizada com o nome de Associação de Coleta Seletiva Porta a Porta do RN – ACSRN, porém seus membros jamais se identificaram com o nome com que ela foi registrada e continuaram a utilizar o nome anterior, “ACRRN”.

Atualmente ela funciona num galpão, na rua ao lado do terreno do antigo lixão, no bairro de Cidade Nova, é um galpão precário, com uma pequena área coberta e sem portão, e em razão de tal fato, eles já tiveram o material reciclado que já estava separado em fardos para ser vendido, roubado dentro do próprio galpão, face a inexistência de portão ou qualquer segurança.

A segunda peculiaridade deste grupo é que eles são divididos, ou seja, a associação é composta por dois grupos independentes e rivais, segundo nos colocou alguns catadores, tem líderes (chefias) distintos, trabalham de forma independente e apenas dividem o galpão e um caminhão que a Urbana fornece para eles realizarem a coleta do material do programa interno de coleta seletiva (PICS). Um grupo se denomina ACRRN I e o outro grupo ACRRN II.

- **Composição e funcionamento do grupo ACRRN I:**

De acordo com as entrevistas que fizemos com membros do grupo ACRRN I, há uma grande rotatividade de líderes, pois segundo os catadores, “quando começam a roubar” são expulsos pelos membros do grupo. Segundo nos colocou a catadora M. F.:

“[...] Desde que começou, que foi legalizada que não pára a diretoria... [...] Só cai porque eles roubam, eles recebem o equivalente a quê? A três mil, dois mil. Aí quem tá na frente acha que tem direito de passar a mão no rodo. Aí então os pequenos, que eles chama de pião, não gostam porque é eles que estão no sol, aí vem com toda carga, tira todo mundo, só sei que já foram 8 presidentes, não fica nenhum [...]”.

No que se refere ao Presidente que legalizou a associação, afirmam que ele foi injustiçado. Segundo esta catadora (M. F.):

“[...] Porque ele tinha esse sonho de melhorar, de procurar benefícios, mas não deixaram ele trabalhar, porque ele andava, porque aqui só presta se trabalhar, sair pra

procurar benefício não presta, aí eles se juntam e tira, então era um jovem rapaz que tinha um grande sonho pra associação que ele legalizou, mas não deixaram [...]”.

Na época que fizemos as entrevistas, haviam três catadores liderando o grupo, e o grupo era composto ao todo por trinta membros.

A Urbana determina os trechos que eles devem cumprir, fornece as fardas e os sacos, além de dois caminhões para coleta seletiva porta a porta e uma caminhonete para eles coletarem o material do programa interno de coleta seletiva (PICS).

Igualmente ao que ocorre nas demais associações, as lideranças desses catadores é que fazem a ponte entre a URBANA e os membros da associação, bem como são eles que têm a responsabilidade de vender o material e fazer o rateio do dinheiro com os demais associados. Todas as ordens que recebem da URBANA referente aos trechos a serem cumpridos, as atividades e a qualquer mudança, repassam para o resto do grupo. Porém, conforme o trecho abaixo, o rateio nunca é feito proporcionalmente, conforme nos revela a fala da catadora M. F.:

*“[...] Porque assim: nós trabalhamos então temos o direito de saber o que saiu e o que estamos ganhando, como é que a gente vai acreditar numa pessoa, que nós tudinho que trabalhamos no lixão sabemos os valores de cada coisa, mas quando vem de lá pra cá, não é aquele valor que a gente acha que vem, sempre falta alguma coisa, porque a gente não tem o direito de ir investigar, procurar saber onde está o seu suor, **recebe aquilo que eles botam no papel e pronto [...]**”.*

Nesta associação, as lideranças não têm conseguido se firmar, mas no pouco tempo que exercem a liderança, deixam claro a falta de autonomia, além de dependerem da URBANA. Agem como subordinados a ela para tudo que realizam, além de não realizarem assembleias ou reuniões. Segundo nos relatou M. F., eles não se reúnem, e se fosse o caso de se reunir seria:

“[...] só pra briga”.

Os líderes não parecem ter qualquer autoridade ou autonomia enquanto membros de uma associação, até mesmo em relação a determinar quem entra para a associação. Ainda segundo M. F.:

“[...] Todos não diz nada, entrou acabou, se os antigos for falar aí tem aquela barreira “ah, porque você é antigo, não tem um irmão seu, não tem um filho seu”..

Então os novos integrantes entram com o respaldo de um grupo que os apóia. Já para tirar algum associado, eles se reúnem, mas dentro desta perspectiva de violência, de falta de diálogo, conforme nos revela a mesma catadora:

“[...] Bem é assim, o grupo só se reúne pra tirar o associado, e não são todos, porque aqui é aquele negócio “se me tirar eu arrebento sua cara, eu faço isso” aqui é muito aquele negócio, aí as pessoas têm medo, então eles só se reúnem pra tirar os mais fracos [...]”.

O trabalho não é muito organizado e a convivência entre os catadores não é pacífica, há constantes desentendimentos e agressões verbais e até físicas. O depoimento a seguir é bem revelador da falta de organização e da falta de um sentimento coletivo de grupo:

“[...] O lado ruim é porque não tem organização, não tem disciplina, eles saíram do lixão, mas é só o corpo, mas a cabeça tá lá, ele não sabe sentar pra conversar, ele não sabe procurar o lado humano das pessoas, ele não sabe dizer assim ‘eu sou um da frente, eu vou ser responsável por aquela quantidade de pessoas’ não, qualquer erro que a pessoa fizer eles querem dar 15 dias, às vezes quer botar pra fora, basta não gostar da atitude da pessoa que quer botar pra fora e eu acho que a associação não é bem assim, a associação é grupo unido em comum pra trabalhar, pra ganhar um dia melhor, não pra ser mandado, pra ser humilhado, porque aqui tem muita humilhação [...]” (catadora M. F.).

Apesar disso, muitos dos que continuam nesta associação ficam em razão do acesso que têm a sociedade e ao bom tratamento que recebem nos bairros em que atuam, e pelas amizades que fazem. Segundo nos relatou M. F., o que a faz permanecer na associação é a:

“[...] a sociedade, porque lá a gente era muito escondido e aqui não, aqui a gente entra, eles recebem a gente, dá presente, porque eu acho que (o que) eles fazem pra gente é um presente, porque eles não querem uma tv, (então) perguntam se a gente quer, já é bom uso pra gente, já que a gente não pode comprar, quando a gente cativa eles e eles a gente”.

Há também uma alta rotatividade de catadores, conforme ainda nos relatou M. F.:

“[...] há muita entrada, nunca é aquele que começou, sempre são mais jovens, e os antigos vai sempre saindo, porque às vezes procura o INSS [...], então eles tenta ir embora, arrumar um ganha pão melhor, às vezes os antigos são mais humilhados, mais maltratados, “é porque você é antigo, mas você não presta” “ah, você se acha que é dono” na realidade os associados fundadores eles se tornam donos, praticamente donos, porque foi eles que foram atrás, foi eles que formaram patrimônio, só que os que chega agora não aceita [...] (também vão embora) porque tem muita ameaça aqui dentro, de morte, de espancamento, prostituição, já teve aqui dentro roubo, já teve todo tipo de milacria aqui dentro”.

Outro catador, E. M., atribuiu a questão da alta rotatividade ao fato dos associados deixarem a associação em razão de conseguir um trabalho melhor, porém quando ficam desempregados, tentam voltar novamente para associação. E. M. relatou que:

“[...] há um entra e sai muito grande porque aqui é assim: tem pessoas que saem pra trabalhar, aí não dá certo e volta, aí sai de novo, não dá certo, volta. Aí tem pessoas que saem de vez, aí pra aquela pessoa não voltar, aí a gente bota outra pessoa, que nunca nem foi do lixão, mas pra não ter o pé daquela pessoa que foi embora voltar pra dentro da associação de novo”.

O horário de trabalho deles é um pouco diferente do horário praticado pelas demais associações. Trabalham de segunda à sexta, e um sábado a cada quinze dias, sendo também o sábado o dia em que recebem o seu pagamento quinzenal. Normalmente iniciam sua jornada às sete e quarenta da manhã, param ao meio dia para almoçar, e retornam ao serviço por volta das 13 horas e permanecem trabalhando até às 17 horas, tendo suas folgas no domingo. Não há férias e, se faltar por motivo de doença e trazer atestado médico, recebe a diária.

A URBANA determina os trechos que eles devem cumprir, fornece as fardas e os sacos, além de dois caminhões para coleta seletiva porta a porta e uma caminhonete que também é utilizada pela ACRRN II, para coleta do material do programa interno de coleta seletiva (PICS).

Como nas demais associações, a renda de cada associado por quinzena é na média de R\$ 120,00, e o valor geral do material vendido por quinzena é na faixa de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00, segundo nos relatou um catador, nunca é menos de R\$ 2.000,00. Os catadores alegam que o valor que recebem não é suficiente para se sustentar, e boa parte reconhece que não recebe exatamente o correspondente ao valor da venda do material reciclado.

- **Composição e funcionamento da ACRRN II**

Conforme nos foi relatado pelos catadores através das entrevistas que fizemos com membros da ACRRN II, o grupo surgiu há três anos, a partir de uma solicitação de um funcionário da URBANA, não identificado, que pediu a um ex catador do lixão para compor um grupo de 30 pessoas para trabalhar na Coleta Seletiva.

Este grupo, desde então, se identifica por ACRRN II. Na época que nós os entrevistamos, era composto por 28 pessoas e se encontrava sob uma única liderança, estando ele naquela função há dois anos e meio.

A rotatividade de lideranças neste grupo parece ser menor que nas demais associações. Antes da atual liderança, o grupo era chefiado por um catador que foi um dos sócios fundadores da ASTRAS e fez parte da sua primeira diretoria.

A URBANA determina os trechos que eles devem cumprir, fornece as fardas e os sacos, além de dois caminhões para coleta seletiva porta a porta e uma caminhonete, e que também é utilizada pela ACRRN I, para coleta do material do programa interno de coleta seletiva (PICS).

O líder atual, tal qual as lideranças das demais associações, é a pessoa que faz a ponte entre a Urbana e os catadores do seu grupo, todas as ordens que recebe da URBANA referente aos trechos a serem cumpridos, as atividades a serem realizadas e a qualquer mudança é ele quem repassa para o grupo, além de ter a responsabilidade de vender o material e fazer o rateio do dinheiro com os membros do grupo.

O líder aparenta ser muito respeitado perante o seu grupo, porém, além do grupo ser totalmente dependente da URBANA, assim como as demais associações que realizam a coleta seletiva, o líder não parece ter qualquer autoridade ou autonomia em relação às diretrizes que o grupo toma, e até mesmo em relação a determinar quem entra para o grupo. Não são feitas assembleias, não há estatuto, nem igualdade e democracia entre os membros do grupo. Eles são visivelmente subordinados a uma hierarquia, inclusive o próprio líder.

O trabalho parece ser organizado, porém a convivência entre os catadores não é pacífica. Conforme nos relatou o catador D. F.:

“[...] não tem muito diálogo, quando chega um brabo [...]”.

Apesar disso, de acordo com os dados coletados nas entrevistas, não há uma grande rotatividade de catadores como nas demais associações.

Assim como verificamos nas demais associações, o que apraz mais estes catadores é o contato com a sociedade, é o acesso a ela. Segundo nos relatou a catadora D. F.:

“[...] a gente chega numa casa [...] a gente vai lá e conta qual é o trabalho da gente, olha o trabalho da gente vocês estão ajudando, mas a gente estamos ajudando vocês [...]”.

O horário de trabalho deles é um pouco diferente do horário praticado pelas demais associações. Eles trabalham de segunda à sexta, e um sábado a cada quinze dias, sendo também o sábado o dia do seu pagamento quinzenal. Normalmente iniciam sua jornada às sete da manhã, param às 11 horas para almoço, retornam às 13 horas e trabalham até as 16 horas. Há também uma turma que é escalada para trabalhar à noite. Normalmente quem é escalado para a noite, folga à tarde. Não há férias e se faltar por motivo de doença e trazer atestado médico recebe a diária.

A renda de cada associado por quinzena é na média de R\$ 93,00, e o líder, em comum acordo com eles, recebe o equivalente a uma parte e meia do que eles recebem. O valor geral do material vendido por quinzena é na faixa de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.300,00,

segundo nos foi relatado. Assim como nas demais associações, todos os catadores entrevistados alegaram que o valor que recebem não é suficiente para se sustentar.



Fotografia 17 – Fotos do Galpão da ACSRN

4.2 Da Atual Gestão da Urbana e das Transformações na Coleta Seletiva e na Condução do Projeto de Inserção Social dos Catadores

O atual presidente da URBANA, ao assumir a gestão, em fevereiro de 2005, conforme nos colocou por meio de entrevista que concedeu, encontrou alguns projetos em andamento. Dentre eles, o de inserção social dos catadores, que deu origem à coleta seletiva do Município, e que vêm sendo desde a sua implantação um grande sucesso da Urbana, dando muita visibilidade a Prefeitura de Natal. Segundo o referido gestor público:

“[...] nós temos investido muito nessa área, é o único, digamos assim, projeto social que a Urbana abraça por determinação do nosso gestor, Prefeito Carlos Eduardo, pela vida dessas pessoas de que a gente sabe que não é fácil transformar [...]”.

Esta postura da Prefeitura, em dar continuidade ao projeto social de inserção dos catadores, permitindo que a coleta seletiva do município seja realizada por associações de catadores, investindo na coleta e na capacitação dos catadores, fez com que o programa de coleta se tornasse uma referência nacional, já tendo inclusive rendido dois prêmios à

URBANA, conforme anunciamos no início desta seção. Em relação ao programa de coleta seletiva do município de Natal, o atual gestor da URBANA afirmou:

“[...] eu como gestor acredito que não estão todos os passos superados ainda, ainda tem muito o que percorrer, por uma questão do amadurecimento, mas, acredito eu que o processo hoje esteja consolidado na cidade, e é um exemplo no país de ex-catadores estarem conduzindo o projeto coleta seletiva na cidade de Natal”.

Verifica-se, dessa forma, a postura avançada do Prefeito Carlos Eduardo Alves, haja vista que na atualidade existe uma discussão importante em relação à coleta seletiva e reciclagem, em que há em construção duas propostas diferentes para o seu desenvolvimento. Na proposta defendida pelo setor empresarial, a coleta seletiva fica nas mãos de empresas particulares, excluindo os catadores e suas empresas sociais (associações e cooperativas). A outra proposta tem como uma das metas a inclusão dos catadores, por meio de sua participação, tanto como prestadores de serviço na coleta seletiva, como também na co-gestão da política de resíduos sólidos. Para a plena efetivação desta proposta, é necessário que os catadores se organizem, busquem parcerias e apoios, se capacitem e profissionalizem as cooperativas e associações (MOTA, 2005). Podemos dizer que é exatamente na linha da segunda proposta que vem sendo implementada no município de Natal, desde 2003, a coleta seletiva.

Esta proposta também se coaduna com a postura favorável que vem assumindo o Governo Federal em relação às associações de catadores. Em 25 de outubro de 2006, o Presidente da República tornou público, por meio do decreto n.º.940, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

De acordo com os dados de pesquisa realizada pelo CEMPRE, o número de municípios que adotam mecanismo de coleta seletiva de lixo aumentou 38% entre 2004 e 2006. Segundo este levantamento, em 2004, apenas 237 municípios brasileiros realizavam a coleta seletiva, já em 2006 este número se elevou para 327 municípios, no entanto, há de se ressaltar que estes índices ainda são muito baixos, tendo em vista que a coleta seletiva é realizada em menos de 6% dos municípios brasileiros (URBANA, 2007).

4.2.1 Da Coleta Seletiva

O Presidente da URBANA nos colocou, por meio de entrevista, que na época em que assumiu a presidência daquele órgão municipal, não deu continuidade ao comitê gestor

por entender que as associações já estavam formadas e consolidadas e os catadores devidamente capacitados, tendo se voltado para a ampliação do programa de coleta seletiva porta a porta, que entre o período de 2005 e 2006, passou de 19 áreas do município de Natal para 78. Na sua gestão foi criado o PICS (programa interno de coleta seletiva), que conta com a participação de 128 empresas, dentre elas: a Potiguar Honda, Unimed, Banco Real, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Ocean Palace Hotel, Universidade Potiguar, Novogás, Norte Pesca, CEFET, Colégio Marista, Tribunal de Justiça do RN, Tribunal Regional Eleitoral, Fórum Seabra Fagundes, Rifólis Hotel, Bello Maré Hotel, Mar Sol Hotel, Manary Hotel, Pestana Hotel, Veneza Hotel, Imirá Plaza Hotel, Empresa de Transporte Guanabara, Restaurante Mangai, Casa de Indústria (FIERN), SEBRAE/RN, Camarões Restaurante, Inter TV Cabugi, Empresa Nacional de Correios (URBANA, 2007).

A forma jurídica para regularização da parceria entre a URBANA e as associações no que se refere a coleta seletiva realizada no município, foi ajustada por meio de um termo de permissão. Segundo o Presidente:

“[...] a nossa relação com eles é de permissionários, também inédito no país, a relação da Urbana com as associações é de permissionário, eles são permissionários. Então a cada 4 anos que esse termo de permissão pode ser atualizado, então eles tem direitos e deveres também, é uma coisa inédita nessa gestão e no país não se encontra ninguém trabalhando nesse estilo de permissionário [...]”.

De acordo com o que nos foi relatado pelo referido Presidente, na época que iniciou suas atividades junto a URBANA, dos 547 catadores cadastrados pelo projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões, no que se refere ao programa de coleta seletiva haviam remanescido apenas 60 catadores vinculados a ASCAMAR, que trabalhavam na Usina de Triagem, e 196 catadores divididos entre as quatro associações, que faziam a coleta seletiva porta a porta, pois segundo ele:

“[...] muitos (catadores) não quiseram continuar nesse processo que foi implantado, que foi a coleta seletiva nas duas modalidades, então saíram, não quiseram participar de nada”.

Conforme afirmou o ex-presidente da URBANA e como tivemos a oportunidade de verificar, na atual gestão da URBANA qualquer pessoa pode participar da coleta seletiva, por meio de uma das quatro associações, o que não ocorria na gestão anterior, pois uma das premissas básicas para se participar do programa era ser ex-catador do lixão de Cidade Nova. Segundo nos relatou, para o catador participar da coleta seletiva na sua gestão, tinha:

“[...] que passar por um curso de qualificação, e este curso de qualificação tinha diversas coisas importantes, desde noções de cooperativismo, associativismo, a como se

comportar no trânsito, segurança no trabalho, relações humanas, era outro contexto, totalmente diferente da realidade que eles estão, então não tem sentido hoje está indo uma pessoa que simplesmente chega lá e diz, “eu quero ir pra associação”, e entrar, sem participar desses entendimentos, até pra compreender o que é aquilo ali. Outra realidade também que a gente procurava, e que é uma coisa muito importante, era que o catador fosse uma figura, tipo o carteiro, tem alguma questão relacionada à segurança, e que criasse aquela relação, até aquele vínculo de amizade, como chegou até a ocorrer, de servir cafezinho; de dar o café da manhã; o lanche dos moradores; e que infelizmente, a gente tem visto hoje, que a frequência tem reduzido muito [...]”.

Desta forma, observamos que a coleta seletiva desde a sua implantação em 2003, até janeiro de 2005, era realizada exclusivamente por associações que eram compostas por catadores egressos do lixão de Cidade Nova, visando gerar trabalho e renda para esses catadores. Porém esta realidade se transformou a partir de fevereiro de 2005, quando foi iniciada uma nova gestão na presidência da URBANA.

Segundo nos relatou o atual Presidente da URBANA sobre a coleta seletiva e o programa interno de coleta seletiva das empresas:

“Hoje nós estamos em 78 áreas da cidade, os ex-catadores³ que estão no projeto, eles hoje vivem exclusivamente da catação, da coleta seletiva porta-porta, da usina de triagem [...] e nós implantamos também outro programa que é o tipo PEV, aqueles postos de entrega voluntários que havia, nós transformamos ele no seguinte. Foi visto também, numa dessas pesquisas que nós realizamos, que os PEV’s se mostraram inviável em função da questão cultural, ainda da sociedade de não ter o habito de chegar no depósito e colocar o material separado direitinho, a gente via que a turma misturava, jogava lixo, jogava animais dentro, quando não era muito, davam fim ainda aos depósitos, então o que é que a gente fez? Criou-se uma modalidade onde o cidadão que já participava através da coleta seletiva porta-porta, pudesse fazer com que as empresas participassem desse processo. Foi criado o programa interno de coleta seletiva. [...] Esse programa interno ele visa exatamente as instituições públicas, privadas, filantrópicas que querem participar e querem doar o seu material, eles participam desse programa, então faz um contato com nossa gerente, senta, vai lá e há toda uma preparação, a sensibilização, se monta o fluxo, define dias e que associação irá pegar esse material. Então nós conseguimos hoje 120, quase 130, eu acho que 128 empresas hoje estão participando desse programa de coleta seletiva, que é muito

³ O Presidente da Urbana, em sua fala, ao se referir a ex-catadores, na realidade esta se referindo aos catadores egressos do lixão de Cidade Nova.

importante, então é uma outra modalidade, né? E também nós, com esse programa interno de coleta seletiva, a gente conseguiu agregar mais, digamos assim [...], tem o porta-porta, mas tem os dias que eles fazem essa coleta nesses postos que as pessoas doam, então além da questão da reeducação ambiental, tem também essa questão dessa doação que gera renda pra eles”.

De acordo com o atual gestor da URBANA, na sua gestão foi feito todo um investimento nas associações:

“[...] as associações, a partir da nossa gestão, também foram treinadas, foi visto a questão do associativismo, tiveram essa capacitação, [...] vivem exclusivamente da catação, fizeram a capacitação no meio do ano [...], onde todos eles passaram por capacitação tanto na área de abordagem como também na área de associativismo, ou seja, de administrar, de autogerenciamento das associações [...]”.

Conforme nos informou o presidente, a URBANA tem avançado muito. Segundo ele, o curso de requalificação realizado, e que foi voltado exclusivamente para 246 catadores da coleta seletiva que são egressos do lixão de Cidade Nova, tendo sido a contrapartida social dos recursos que o Ministério das Cidades, através da Caixa Econômica Federal, destinou para a construção de novas estruturas físicas para a Coleta Seletiva do Município de Natal, está entre os dez melhores do país.

“[...] então a gente tem avançado muito, a capacitação que houve no meio do ano está entre as 10 melhores do país [...]”.

Na visão do ex-presidente da URBANA não deveria haver a contratação de empresas para o curso de requalificação. No seu entendimento, o trabalho com catadores é um trabalho social, portanto tem que haver uma continuidade, daí a necessidade de se trabalhar com instituições que têm flexibilidade e possam realizar um trabalho continuado, tal qual ocorria com o comitê gestor. De acordo com ele:

“[...] E era exatamente pra enxergar nesse sentido quando a Universidade Federal, CEFET e a UNP estavam dentro, sempre a gente viu que eles podiam ajudar, colaborar, até o próprio aluno que tava fazendo uma monografia, ou trabalho de mestrado, que era importante pra instituição, tá capacitando, e até tá trazendo o conhecimento da academia pra dentro, como também levando de lá pra academia. E isso eu acho que o poder público perde muito, de uma forma geral com isso, em levar uma empresa pra dar um curso, tem coisas que é a cara dessas instituições, quer dizer, o trabalho com o catador não é uma coisa que você faça hoje e acabe amanhã, é uma coisa que tem que ser contínua, qualquer trabalho social tem que ser isso, isso não tem cara de empresa, tem que ser uma instituição dessas que tem

flexibilidade pra sempre, que não seja só naquela hora de faturar, ganhar o dinheiro e ir embora [...], nós conseguimos muitas relações com várias instituições, diversos estudos foram feitos assim, com os alunos de CEFET [...]”.

O atual presidente da URBANA afirmou que a sua gestão acompanha as associações, mas não interfere internamente, apenas disponibiliza estrutura para a realização da coleta. Segundo suas declarações:

“[...] a URBANA ela acompanha, mas ela não interfere nas decisões das associações, a URBANA disponibiliza a estrutura, mas não interfere na comercialização nem de como é feito o rateio entre eles, isso aí é uma coisa deles”.

O ex-presidente faz uma comparação da sua gestão com a atual gestão, no que se refere ao apoio que é dado às associações. A visão dele é similar à do técnico da Fundação Zerbini que implantou o projeto de inserção social de catadores no município de Natal. Ele afirma que a sua gestão, além do apoio logístico, se preocupou em capacitar esses catadores e auxiliá-los na consolidação das suas associações, e que a gestão atual tem uma preocupação mais voltada para o apoio logístico. Segundo ele:

“Bom, na época nossa era toda a parte de infra-estrutura de galpões, de transporte e também a gente procurava muito dar um suporte de acompanhamento operacional das cooperativas, ou seja, desde estar acompanhando quanto cada uma produzia, como era que estava, em todas as reuniões (e) em toda assembleia estava uma pessoa da URBANA presente, então procurava sempre não interferir, mas não desconhecer o que se passava nas associações, e sempre, com toda certeza, se não houvesse suporte organizacional exterior para as cooperativas, elas sozinhas, elas não iriam ter suporte para encontrar esse caminho, então isso era básico e importante. Hoje eu vejo o seguinte: que a URBANA simplesmente tem se preocupado em dar a estrutura física, a estrutura de transporte, de galpões, sem tá se aprofundando, e isso tem sido muito ruim, porque termina dentro das associações, quase se repetindo tudo que ocorria no lixão, quer dizer, o forte é quem manda, vai redundar em cabula nas prestações de contas [...] desestimulando os associados”.

No que se refere à estrutura que a gestão atual da URBANA fornece para a realização da coleta seletiva, a mesma buscou realizar convênios e parcerias, a fim de dar continuidade a este apoio logístico que é oferecido para que as associações realizem a coleta seletiva. Segundo o Presidente:

“O que nós fizemos durante esse período foi também o convênio com o supermercado Nordestão. O supermercado Nordestão desde o início da nossa gestão, em 2005, que ele vem patrocinando todo o fardamento dos catadores que faz a coleta porta-

porta, na verdade eles doam por ano duas roupas [...] a essas associações, a todos os catadores, a única coisa que o Nordeste pede a gente é que use aquela laranjinha na blusa, que foi muito bom pra a associação, porque já existe um estigma muito grande da sociedade em relação ao ex-catador, e quando eles chegam com aquelas roupas, com os EPIs que tem um símbolo de uma instituição, reconhecendo aquela associação, [...] é muito importante e foi decisivo pra esse avanço, além disso, o Nordeste também patrocina panfletos para divulgação, em áreas que a gente está implantando. Essa implantação que aconteceu de 19 áreas pra 78 se deu de 2005 pra agora o final de 2006, também precisou de muito panfleto, de muitas reuniões, de muito trabalho de reeducação, e na sua maioria o supermercado Nordeste foi quem patrocinou, como até hoje o supermercado entrega os sacos na questão da reciclagem. Outro parceiro forte também que colaborou conosco foi BNB, eles patrocinaram assim, no primeiro momento 40 mil folders pra gente trabalhar na cidade divulgando, então nós tivemos, temos esses dois atores assim que são parceiros fortíssimos da coleta seletiva, além do Banco do Brasil, dos órgãos públicos que participam”.

Na opinião do técnico contratado pela Fundação Zerbini para implantação do projeto, a URBANA tem uma grande responsabilidade para com esses catadores, de acordo com suas palavras, “ela tem uma obrigação de dar condições de trabalho a esses catadores”, haja vista que por lei, é do Poder Público Municipal a responsabilidade de realizar a limpeza e a sua manutenção no município de Natal. Dessa forma, estes catadores estão de fato, prestando um serviço de limpeza ao município, sem receber qualquer pagamento por este serviço. Segundo ele:

“A URBANA ela é a empresa que é uma estatal, uma empresa de economia mista onde ela é responsável pelo lixo de Natal. Quando nós estávamos ainda concluindo o nosso trabalho, nós fizemos pra deixar um termo que foi assinado até pelo presidente, repassando pra esses catadores esse material. Então a grande responsável pelo lixo de Natal é a URBANA, que é a empresa de serviço de limpeza pública e aí a URBANA teria que repassar pra eles, pra esses catadores, esse material reciclado. Só que na seletiva, de certa forma, os catadores estão fazendo um trabalho de serviço público, porque quem tem obrigação de limpar a cidade, de recolher o lixo não são pessoas individuais, é o poder público, então, [...] eu não digo nem uma parceria, eu digo uma obrigação que a URBANA tem com esses catadores, a Prefeitura de Natal. Então em primeiro lugar seria dar condições de trabalho pra esses catadores da seletiva, uma das coisas da condição de trabalho seria o transporte desse material, então a URBANA entra desde o início até hoje na seletiva com caminhões pra transportar o material, e entra também com equipamentos de proteção individual. Hoje já

existe algumas parcerias, que é o caso do Nordeste, que já doa pra eles as vestimentas que eles usam, mas até a gente sair de lá do projeto, nós liberávamos pra eles esses EPIs e com o tempo, com as condições das associações, eles podem até assumir isso aí, mas a obrigação do município é estar repassando pra eles essas condições”.

No nosso entendimento, as associações deveriam estar sendo apoiadas, ou seja, incubadas na perspectiva da economia solidária, pois assim seus catadores estariam se capacitando, para que eles aprendessem a gerir suas associações, a buscar patrocínio e apoio para suas associações, de forma que com o tempo eles viessem a se tornar independentes e conseguissem montar a infra-estrutura necessária para realização da coleta e pudessem até mesmo ampliar o campo de atuação das suas associações. O que observamos é que da forma que a URBANA tem conduzido este apoio logístico, eles estão se tornando cada vez mais dependentes.

A usina de triagem permanece em comodato com a ASCAMAR, o material que é triado por ela vem das áreas onde não há coleta seletiva porta a porta. Segundo nos relatou o presidente da URBANA:

“[...] só funciona manhã e tarde até as 22 horas, antes funcionava 24 horas, se mostrou nesses últimos dois anos não havendo necessidade do funcionamento durante toda a noite, não é? Inclusive agora passa por um processo de recuperação, tá sendo, a usina de triagem hoje, ela está sendo totalmente recuperada, com um financiamento que nós temos com a Finasa e a Caixa Econômica (ela) está sendo recuperada e ampliada. Na usina de triagem são 60 ex-catadores que atuam, de manhã, a tarde até as 10 da noite, coletando material das áreas onde hoje não é feita a coleta domiciliar porta-porta, coleta seletiva porta-porta, desculpe. A ASCAMAR é a associação que acompanha (os trabalhos da usina)”.

Na visão do Presidente, a associação que mais se destaca é a ASCAMAR, e ele atribui isso à capacidade do seu representante, um ex-catador. Segundo ele nos informou:

“O Banco do Brasil doou agora, há pouco tempo, à ASCAMAR, um caminhão e a mudança de equipamentos, fruto do convênio com o Ministério das Cidades, FUNASA [...]. Prioritariamente, a ASCAMAR é a que se destaca das associações, é a que consegue se destacar realmente, inclusive porque já conseguiu esses benefícios com o Banco do Brasil, é o representante que faz parte do Movimento Nacional dos Catadores, [...] da ASCAMAR. [...] ,Faz parte, então há um destaque, isso é bom pra gente”.

Na visão de um funcionário que nos recebeu na área do aterro (antigo lixão de Cidade Nova), e se apresentou como gerente é também a ASCAMAR a associação que mais

se destaca para ele, e nos chama a atenção como ele se inclui ao falar das características positivas da ASCAMAR em relação às demais associações. Segundo ele:

*“[...] justamente por isso, porque a documentação dela tá em dia, como as outras estão tendo problema na parte administrativa, então não está 100% legalizado pra receber doação. Então como [...] saiu na frente, ele sempre consegue um benefício melhor [...], em questão de organização as outras estão mais desorganizadas, brigando [...] até nisso essa aqui já saiu na frente, [...] já tá legalizando os documentos, **como cooperativa podemos até prestar serviço**”.*

No que se refere à relação dos catadores dentro das associações e entre si, tanto o ex-presidente da URBANA como o atual comungam da mesma opinião, de que ainda existe muita dificuldade, até mesmo da compreensão do funcionamento das próprias associações. Para o atual presidente:

“[...] a relação de trabalho nas associações, na verdade nós não temos interferência, ou procuramos não interferir, mas esse trabalho em regime de cooperativa e o que a gente percebe ainda é que, embora tenha passado por toda essa capacitação que fez na outra gestão e já participou conosco, e dos avanços que eles estão tendo, mas ainda há alguns gargalos que tem que ser superados, tem ainda que ser formalizado muita coisa, mas que só o tempo que vai conseguir superar diante de tantos obstáculos que eles tinham e que foram superados, isso aí é o de menos, é questão de tempo, o mais importante é que a gente deu (possibilitou a) auto sustentação através deles mesmos [...]”.

O ex-presidente coloca que as dificuldades são inclusive fruto do histórico deles e da falta de qualificação. Segundo ele:

“[...] não há respeito ao próprio estatuto, muitas vezes, a maior parte das vezes nem sabem do estatuto da associação, como colocar, como tirar, como acompanhar, como fiscalizar, então isso é totalmente anárquico, nós não podemos querer que eles da noite para o dia [...], por isso a minha fala anterior, da necessidade de acompanhamento, de qualificação”.

Conforme se verifica na fala de um dos fiscais da URBANA que trabalha no galpão de uma das associações, existem problemas atualmente nas associações que fazem a coleta seletiva no município de Natal. Segundo ele:

“[...] Há sim. É organização, a associação não tem voz ativa com o presidente, não se criou uma associação, é associação só no nome”.

Do que expusemos em relação ao estatuto organizacional, ao associativismo e à perspectiva da autonomia, como de cidadania, há muito a caminhar nas associações.

Constatando-se, entretanto, que foram dados os primeiros passos. Com avanços e recuos, se trilha os caminhos para se alcançar um estágio que conduza à economia solidária.

4.3 A Percepção dos Catadores Face ao seu Cotidiano

Neste item, situaremos a realidade dos catadores, diante do entendimento sobre associativismo, trabalho, exclusão social e cidadania; também abordaremos como se dá a sua vivência nas associações.

No que diz respeito ao associativismo, tomado como categoria de análise, este foi observado junto aos sujeitos da pesquisa, tendo como indicação analítica a solidariedade e relacionamento interpessoal, gestão, tomada de decisão, socialização das informações e educação associativa.

4.3.1 Associativismo

Em relação ao aspecto **solidariedade e relacionamento interpessoal**, buscamos obter respostas a respeito do tipo de relação existente entre os membros das associações, bem como entre eles e a diretoria das associações, no sentido de procurarmos averiguar o grau de respeito e solidariedade existente.

Dessa forma, pudemos verificar que há uma grande dificuldade no relacionamento entre os membros das associações, uma vez que, questionados sobre o que era ser solidário, a maioria respondeu que não sabia, conforme se verifica a seguir:

“[...] Sei não o que é” (entrevistado F. G.).

“[...] Nunca ouvi falar disso” (entrevistado C. S.).

Ainda assim, alguns catadores sabiam o sentido de ser solidário, conforme se depreende das falas a seguir:

“[...] Solidário? É ter união, é compreender, ser coerente, entender o parceiro de trabalho e ajudar todas as pessoas, né? O seu semelhante [...]” (entrevistado J. S.).

“[...] por exemplo, tem uma pessoa doente, [...] ir na casa da pessoa pra visitar, procurar saber o que é que tá precisando, de que ajuda, e ajudar de coração, não ajudar e depois tá reclamando [...]” (entrevistada M. F.).

Quanto ao relacionamento existente entre eles, verificamos que este não é calcado na solidariedade. Os catadores têm uma grande dificuldade de se relacionar entre si com solidariedade, respeito e cordialidade. Esse fato foi constatado em todas as associações,

evidenciando-se nas falas que se seguem, pois expressam melhor o que verificamos nas associações.

“[...] eles saíram do lixão, mas é só o corpo, mas a cabeça tá lá, eles não sabem sentar pra conversar, eles não sabem procurar o lado humano das pessoas, eles não sabem dizer assim ‘eu sou um da frente, eu vou ser responsável por aquela quantidade de pessoas. Não! Qualquer erro que a pessoa fizer eles querem dar 15 dias, às vezes quer botar pra fora, basta não gostar da atitude da pessoa que quer botar pra fora e eu acho que a associação não é bem assim. A associação é grupo unido em comum pra trabalhar, pra ganhar um dia melhor, não pra ser mandado, pra ser humilhado, porque aqui tem muita humilhação”. (entrevistada M. F.).

Ainda questionados sobre solidariedade, observamos:

“[...] Não, tem não, tem com poucas pessoas, umas sim e umas não, porque é aquele negócio de grupo, cada um tem seu grupinho [...]” (entrevistado E. M).

“[...] Só trabalha e pronto, e cabouce; e eles lá, um dá um jeito no outro, outros dizem ‘eu vou matar, eu vou puxar pelas pernas, aí pronto’. O problema é esse lá, tá em tempo de matar; e hoje em dia o cara só quer saber mais de matar o outro, destruir a vida dos outros” (entrevistada L. S.).

Outros catadores acrescentam:

“[...] Discussão, muita discussão que tem [...], há discussão entre as pessoas, umas ficam sem falar com as outras, os fiscais⁴ mesmo fazem discussão” (entrevistado F. S.).

“[...] Essa atividade de catadora no começo era boa, mas agora está sendo muito estressante porque aqui dentro tem muita desunião. Antigamente era tudo amigo um do outro, e agora não, agora tá tendo muita desunião [...]” (entrevistada B. S.).

No que diz respeito ao relacionamento entre a diretoria das associações e os associados, o grau de dificuldade é o mesmo. É importante ressaltar que, conforme relatamos na primeira parte deste capítulo, as associações não são representadas por diretorias eleitas, mas sim por “encarregados” ou lideranças que praticam um modelo de heterogestão. A esse respeito, abordaremos mais adiante.

Observemos as falas que seguem:

“[...] só cai porque eles roubam, eles recebem o equivalente ao que? R\$ 3.000,00; R\$ 2.000,00! Aí quem tá na frente acha que tem direito de passar a mão no rodo, aí então os pequenos, que eles chamam de pião, não gostam, porque é eles que estão no sol, aí vem com

⁴ Neste caso, o catador está se referindo ao líder da associação, ou encarregados, como também são conhecidos.

toda carga (e) tira todo mundo. Só sei que já foram 8 presidentes, não fica nenhum [...]” (entrevistada M. F.).

“[...] as confusões, é um derrubando os outros, como eu te falei, forma a diretoria aí derruba, aí tem que botar outra diretoria [...]” (entrevistado J. S.).

Verifica-se que esses catadores ainda não conseguiram desenvolver a solidariedade, elemento essencial para se trabalhar e conviver dentro de uma coletividade, especialmente na perspectiva da Economia Solidária. Segundo Lisboa (2003, p. 248):

A solidariedade como valor universal é perceber-se enquanto membro da família humana, é compreender que cada um e sua pequena tribo estão unidos e comprometidos com o destino da humanidade e da vida neste planeta. **O sentimento de se sentir parte de um todo maior, surge se o alimentarmos, resulta de um esforço contínuo, é uma escolha.**

Acrescenta ainda o mesmo autor:

O reconhecimento atual da Economia Solidária indica que a solidariedade deixa de ser um adjetivo descartável ou restrito às relações pessoais, mas se apresenta como eixo de um projeto societário alternativo ao capitalismo. Neste, a transformação social é produto de um rechaço ético-político, e não meramente uma decorrência automática do desenvolvimento das forças produtivas, das contradições objetivas [...]. Ou seja, a ética é uma dimensão fundamental da ação política (LISBOA, 2003, p. 248).

Sendo assim, é necessário um trabalho continuado de incubação em Economia Solidária junto às associações, haja vista que as mesmas, na sua maioria, foram fomentadas na perspectiva de se consolidarem enquanto empreendimentos solidários, buscando dar a esses catadores uma nova perspectiva de vida: trabalhar e conviver sem a violência que existia no lixão e que tanto marcou a vida desses catadores.

Quanto à perspectiva de **gestão**, buscamos apreender como se dá esse processo dentro das associações. Objetivamos saber o conhecimento por parte dos associados de como ocorre o processo produtivo da associação onde trabalham, ou seja, a forma que ocorre a distribuição e execução de tarefas; se os membros detêm conhecimento sobre o processo de divisão do dinheiro apurado na venda do material; as medidas que são tomadas para entrada ou saída de membros na associação; o que ocorre quando os mesmos ficam impedidos de trabalhar por motivo de doença ou problemas pessoais; se há punições para os associados que infringem as normas da associação e se os associados gozam de folgas semanais e a um descanso que equivaleria a férias.

Na **distribuição de tarefas** – horários, dias da semana, rotas –, verificamos que estas são determinadas pelos líderes ou encarregados, conforme se depreende da fala dos catadores.

“[...] ele quem tá na rua, o fiscal” (entrevistada L. A.).

“É a URBANA que dá a rota” (entrevistado E. M.).

Perguntamos a um líder quem decidia o horário de trabalho das associações e a distribuição das tarefas, e a resposta que obtivemos foi que a URBANA fazia todas as determinações referentes a forma como a coleta seletiva deve ser executada, desde as rotas a serem cumpridas nos bairros, ao horário de saída dos caminhões, ao horário de trabalho dos catadores nos galpões para realização da triagem do material recolhido, bem como em relação as coletas referente ao Programa Interno de Coleta Seletiva (PICS).

Tal fato cria uma dependência muito grande dos catadores em relação à URBANA e a Prefeitura, que passam a ser vistos pelos catadores como “empregadores” e não parceiros, além de contribuir para que eles percam sua identidade enquanto associação. Tal fato é notório na fala de um catador entrevistado, que expressou seu temor em relação à possibilidade de um dia a Prefeitura deixar de fornecer os caminhões para coleta, pois neste caso, eles estariam “sem trabalho”, conforme o mesmo explicita em sua fala:

“[...] se a Prefeitura tirar, parar de mandar os caminhões, a gente fica sem trabalhar” (entrevistada B. S.).

Em relação ao **conhecimento quanto à comercialização do material reciclável e a divisão do dinheiro apurado com a venda do material**, verifica-se que somente os líderes têm o controle sobre a comercialização do material reciclável e o pagamento dos associados com o dinheiro apurado. Quanto ao conhecimento desses procedimentos, a maioria dos catadores desconhecia, havendo inclusive um desestímulo a divulgação dos mesmos, e poderíamos ousar dizer que há uma espécie de ameaça velada para que não sejam feitos questionamentos neste sentido, conforme se verifica nas falas abaixo, diante do que sabem sobre venda e custo dos materiais coletados,

“[...] Vende por carrada, plástico, papelão, as latas é no berg.[...]eles não diz a gente, eles não diz o preço [...]. Se a gente procura saber quanto foi, eles pensam que a gente tá cismando deles” (entrevistada L. A.).

Um outro entrevistado, ao ser questionado sobre a venda e controle da mesma, acrescenta:

“[...] Só o pessoal da frente (líderes ou encarregados) que vende [...] porque assim, nós trabalhamos então temos o direito de saber o que saiu e o que estamos ganhando. Como

é que a gente vai acreditar numa pessoa, que nós tudinho que trabalhamos no lixão sabemos os valores de cada coisa, mas quando vem de lá pra cá, não é aquele valor que a gente acha que vem, sempre falta alguma coisa. Porque a gente não tem o direito de ir investigar, procurar saber onde está o seu suor, recebe aquilo que eles botam no papel e pronto [...]” (entrevistada M. F.).

Um dos líderes entrevistados, cujo grupo é composto por 29 pessoas, nos informou como se dá o processo de comercialização do material reciclável e a divisão do dinheiro apurado, inclusive explicando o valor do percentual a mais que eles, encarregados ou líderes, ganham, conforme se depreende da fala a seguir:

“[...] A gente vem da rua, aí tem um pessoal aqui que seleciona, aí já fica com esse rapaz aqui, o plástico vai pra um lado, o vidro, o papelão vai pra outro, é assim. [...] Quem decide o valor somos nós, porque se a gente vende ali por R\$ 15,00, e se a gente achar outro (que compre por mais), a gente já deixa de vender pra aquele, pra vender ao que compra de R\$ 20,00” (entrevistado L. L.).

O líder de outro grupo, composto por 30 pessoas, por nós entrevistado, também nos informou o valor que o seu grupo apura por quinzena com a venda do material reciclável, conforme se verifica em sua fala, em que o mesmo enfatiza que o grupo nunca apura menos de R\$ 2.000,00:

*“[...] Eu vou dar um valor assim exato, entendeu? O valor exato é R\$ 2.000,00, que é apurado por quinzena, mas sempre é aquele negócio, ali dá R\$ 2.300,00, R\$ 2.500,00, mas o certo mesmo é R\$ 2.000,00, **menos de R\$ 2.000,00 não dá**”* (entrevistado E. M.).

Diante do que pudemos apreender dessas falas, não há igualdade na divisão do dinheiro apurado, bem como o desvio de dinheiro parece ser uma prática comum entre os líderes, conforme se depreende da fala que segue, e que também demonstra a insatisfação dos associados com as lideranças:

“[...] só cai porque eles roubam, eles recebem o equivalente a que? R\$ 3.000,00; R\$ 2.000,00! Aí quem tá na frente acha que tem direito de passar a mão no rodo, aí então os pequenos, que eles chama de pião, não gostam, porque é eles que estão no sol, aí vem com toda carga (e) tira todo mundo. Só sei que já foram 8 presidentes, não fica nenhum [...]” (entrevistada M. F.).

No que se reporta à **constante rotatividade de entrada e saída de membros das associações**, em 2005, período em que éramos integrantes do projeto de Economia Solidária da UNITRABALHO e trabalhamos com os catadores, capacitando-os em associativismo e Economia Solidária, verificamos a dificuldade que eles tinham em trabalhar coletivamente, a

resistência que tinham em assimilar novos conhecimentos e novas formas de trabalho, sendo assim, percebemos que havia uma constante rotatividade de membros nas associações em geral.

Dessa forma, buscamos apreender em nossa pesquisa o que causava as referidas dificuldades e desestímulos naquelas associações, e se os associados eram efetivamente consultados quanto à entrada e saída dos membros.

Conforme se depreende pela fala abaixo, a decisão fica nas mãos dos líderes, e os associados não são consultados.

“[...] Não perguntam não, vou falar a verdade! Não perguntam não” (entrevistada C. B.).

“[...] não, eles num falam nada não” (entrevistado C. S.).

Na entrevista que fizemos junto ao líder de uma associação, ele afirma que apenas informa aos associados sobre a decisão referente à entrada de um novo membro, pois conforme nos relata, a decisão é tomada por eles, “encarregados”, não há consulta aos associados:

“[...] Assim, quando a gente quer colocar uma pessoa, a gente diz: ‘Pessoal, a gente tá precisando de colocar’, mas a gente vai só dizer, (porque) quem decide somos eu e os meninos, os encarregados” (entrevistado L. L.).

Na entrevista que fizemos a um outro líder, indagamos quanto ao motivo que leva os catadores a deixarem os grupos, tendo o mesmo explicitado em sua fala que os catadores deixam a associação em razão de terem conseguido um trabalho melhor, ou por se desentenderem com algum membro do grupo; conseqüentemente são expulsos pelos líderes, por estes entenderem que o catador que teve o problema não estava com a razão, ou seja, estava causando problema ao grupo.

“[...] É porque arrumam emprego, ou então dá trabalho, e aí tem que botar pra fora [...]” (entrevistado J. V.).

Quanto às **ausências por motivo de doença**, pelo que se depreende da maioria das entrevistas que realizamos, os catadores, quando trazem atestado médico, recebem pelos dias não trabalhados por motivo de doença, porém fica claro que eles não podem se afastar por muito tempo e o valor que recebem não é necessariamente igual ao de quem não se ausentou, conforme se observa nos depoimentos a seguir:

“[...] Se achar um bom médico que dê o atestado, a pessoa pode ficar em casa, se não tiver atestado também não ganha. [...] Nunca sai igual ao que o outro ganha, sai menos” (entrevistada M. F.).

“[...] O catador pode se afastar, mas ele tem que procurar um médico, trazer um atestado, comprovante, como ele tá com aquele problema, pra gente poder pagar a ele, porque se não tiver atestado a gente não vai poder pagar, [...] (porque) a gente não sabe se ele tá doente ou não, se tá em casa porque quer” (entrevistada B. S.).

“[...] O atestado que eles fazem é de 2 dias, mas por mês, só se aceita um” (entrevistado C. A.).

“[...] Depende do atestado, se eu for pro hospital, to com um problema [...], se ele me der um atestado de 3 dias, depois do quarto dia eu já tenho que estar no trabalho, porque se eu não tiver, no outro dia já é falta” (entrevistado L. L.).

A entrevista da catadora M. F., ao nos informar que os catadores que se afastam por doença, mesmo com atestado, não recebem o mesmo valor daqueles que permaneceram trabalhando, nos dá indícios de veracidade do depoimento de um catador, que pediu sigilo e nos informou que de fato, eles não recebem se faltarem por motivo de doença, mas que são obrigados pelos líderes, a dizer em público que se trouxerem atestado médico não terão descontados os dias não trabalhados. Não há, pois, ao que se pode supor a aceitação do atestado médico.

No que se refere à **suspensão**, pudemos apreender das entrevistas que realizamos, em razão das associações não seguirem seus estatutos, as punições para os catadores que infringem as normas do grupo são aleatórias e ficam a critério do líder, conforme se evidencia na fala da entrevistada A. N. a seguir:

“[...] Às vezes é 3 dias, o máximo é 15 dias [...]. É o seguinte, é que nem eu falei, a gente vai reclamar um erro aí 1, 2, 3 concorda com o erro que tá reclamando, mas 4, 5, 6 não. Aí um da frente (líder) quer ser o tal [...]! Suspensão! Volta pra casa, volta (para associação) tal dia. [...] Agora pelo menos, a pessoa que fazia isso saiu, [...], tá com umas 3 quinzenas que ele saiu daqui ou mais, é o tempo que não tá acontecendo mais isso”.

Quanto à **jornada de trabalho diário, e dos aspectos verificados referente à folga semanal e às férias**, por meio de nossas entrevistas, verificamos que a maioria dos catadores tem a mesma jornada de trabalho, com exceção dos que trabalham na usina de triagem.

Eles trabalham em média de segunda à sexta-feira, das 7 horas às 16 horas e folgam aos domingos. Já em relação aos sábados, eles trabalham alternadamente, pois nos dias de pagamento da quinzena, só trabalham até o meio dia. Não gozam o direito a férias ou a qualquer descanso mais prolongado, conforme relatam as falas a seguir:

“[...] É, às vezes a gente trabalha de segunda a sexta, aí é um sábado e outro não que a gente trabalha” (entrevistado L. L.).

“[...] só no domingo. Trabalhamos até o sábado, agora na quinzena (quando completa os quinze dias para pagamento), na última semana da quinzena tem direito a trabalhar na sexta até meio dia e sábado até meio dia [...]” (entrevistada A. N.).

“[...] Não, as férias quem faz é a gente; se eu quiser ficar em casa por um mês eu fico, (mas) sem ganhar nada” (entrevistada B. S.).

Por tudo que foi exposto, observa-se que a gestão das associações não difere do modelo capitalista de produção, haja vista que suas práticas se enquadram no referido modelo, não se vislumbrando uma gestão democrática, capaz de gerar ações e resultados favoráveis aos seus associados, fruto da participação ativa dos mesmos.

Na avaliação da **tomada de decisão**, buscou-se averiguar até onde os membros da associação tinham conhecimento sobre o estatuto da associação, se participavam das decisões, e até onde as decisões eram coletivas ou havia algum membro ou grupo que dava a palavra final. Buscamos ainda verificar se o grupo realizava reuniões e assembléias para discutir e decidir sobre questões de interesse da associação.

É importante trazer a fala do técnico que implantou o projeto de inserção social dos catadores, bem como a de um funcionário da URBANA, em que relatam da prática da heterogestão em algumas associações, conforme se verifica a seguir:

“[...] Associação no meu modo de entender, a associação ela faz todo mundo participar e aqui o presidente resolve fazer uma coisa e faz e acabou e ninguém grita; quem toma a decisão é só ele [...]” (funcionário da URBANA).

“A gente sabe que já tem melhorado, mas existiram alguns ditadores lá dentro, no caso da ASTRAS tinha um presidente [...]. Na ASCAMAR também (é) muito parecido, a pessoa que está à frente desde o começo [...]” (Técnico).

Indagamos a um dos líderes como se dá o processo de tomada de decisão nas associações e o mesmo nos respondeu, objetivamente, que eles, os encarregados, decidem e resolvem todas as questões referente à mesma, como se verifica em sua fala.

“Quem decide somos nós; é a gente” (entrevistado L. L.).

Para essa mesma liderança, perguntamos qual a função do fiscal da URBANA que fica dentro do galpão de cada associação, e ele nos respondeu que o mesmo buscava ajudá-los, conforme se verifica no depoimento a seguir:

“O fiscal da URBAN!, Porque aqui ele tá vendo que aqui não está certo o jeito que a gente está botando o material, tá prejudicando os grupos, um grupo está prejudicando o outro, aí ele chega ‘fulano, isso aqui não é assim, dá pra você ajeitar mais pra ali? Já dá uma carrada, dá pra você levar? [...]’ (entrevistado L. L.).

Ao nos conceder entrevista, um catador foi indagado sobre como é escolhida a diretoria da sua associação, tendo o mesmo, nos revelado, com bastante naturalidade, que é a URBANA quem escolhe a diretoria das associações, ou seja - os líderes- os catadores não participam dessa decisão.

“[...] São escolhidos pela URBANA. Não somos nós” (entrevistado F. S.).

Essa informação corrobora com a que nos foi dada por um outro líder, de que teria sido procurado por um funcionário da URBANA, que lhe pediu que organizasse um grupo para realizar a coleta seletiva, conforme se depreende da sua fala:

“[...] Como eu disse, eu trabalhava no lixão e tinha uma pessoa lá da URBANA que disse ‘ó [...] Tu arruma 30 pessoas pra fazer uma associação, entendeu?’ Aí eu peguei o nome das pessoas, não escolhi quem. Muita gente diz: ‘não, você tem que escolher isso (direito)’. Eu digo: ‘olhe! É pra os catadores entendeu?’ É pra os catadores [...]” (entrevistada D. F.).

Indagamos a liderança de um dos grupos a respeito de como são realizadas as assembléias e decididas as diretrizes da associação ou assuntos de interesse da mesma, e fomos informados que não são realizadas, a menos que a URBANA interceda nesse sentido.

“[...] Não tem, a não ser que a URBANA interceda [...]” (entrevistado E. M.).

O mesmo líder, ao ser entrevistado, nos informou que, na prática, ocorrem reuniões informais, manipuladas por determinados grupos de catadores que visam prejudicar a algum membro da associação ou grupo dentro da associação, conforme relatado a seguir.

“[...] Não, a gente não faz assembléia, um exemplo, você trabalha comigo na associação e não fala comigo, é brigada comigo e você nessa associação tem várias pessoas como amiga. Então você se junta com seus amigos, faz aquela conversinha, marca uma reunião, começa a espalhar que vai ter uma reunião, pra que nesse dia, você que foi a responsável pela reunião, falar o que aconteceu e junto com o seu grupo votar pra que essa (outra) pessoa ou saia ou seja punida. Então aqui é um tipo de coisa que não tem justiça” (entrevistado E. M.).

Conforme pudemos apreender das falas desses catadores, bem como na fala de dois atores institucionais, a forma de tomada de decisão que ocorre nessas associações são típicas de empreendimentos que apresentam uma heterogestão, não se assemelhando em nada, no que se refere aos padrões de autogestão pregados pela Economia Solidária. Nas palavras de Singer, a tomada de decisão nos empreendimentos solidários, que conseqüentemente são empreendimentos autogestionários, ocorre da seguinte forma:

Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembléias gerais são raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa, entre um grande número de pessoas. Então os sócios se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são responsabilidades de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002, p. 18).

Para Albuquerque (2003, p. 20), a autogestão em sentido lato, se define como:

O conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos, independente do tipo da estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Sendo assim, observamos que estas associações por nós pesquisadas não praticam a autogestão, nem sequer são grupos que buscam democratizar a participação dos associados. Na realidade, são iniciativas coletivas que repetem os padrões da heterogestão, ou seja:

[...] administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco, além do necessário para que cumpra suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER, 2002, p. 17).

Verifica-se então que nessas associações existem os “encarregados”, que são chefes imediatos que aplicam as normas, imposta por um grupo que comanda “a mão de ferro” as associações.

Esses catadores, na sua maioria, não têm a dimensão do que se passa, e de quem realmente toma as decisões e conduz o trabalho das associações e dos catadores.

Ao fazermos alusão às palavras de Singer (2003c, p. 10), podemos afirmar que essas associações “não reproduzem o modelo habitual da cooperativa, mas algo que parece mais uma terceirização do trabalho da cata e separação, comandado por prepostos da prefeitura”.

No que se refere à **socialização das informações**, objetivamos apreender como se davam as comunicações necessárias referentes à rotina de trabalho das associações; bem como sobre os materiais que eventualmente são adquiridos pela associação, para uso próprio, a saber: tipo uniforme e instrumentos de trabalho.

Pelas falas anteriores apreendemos que em relação à logística da coleta, a URBANA encaminha as decisões e até mesmo os materiais aos líderes, e estes repassam para os associados os procedimentos a serem tomados. No que se refere às questões internas das

associações, estas são decididas pelos líderes e impostas aos associados, que não têm espaço para discutir ou expressar sua opinião, estando implícito que a eles só cabem obedecer.

Verifica-se que os associados, em geral, desconhecem os procedimentos relativos ao funcionamento da coleta; vão trabalhando e obedecendo, sem se darem conta do processo em que estão inseridos e das mudanças que nele ocorrem, como se verifica na fala do entrevistado a seguir:

“[...] Chega assim, pronto, no tempo que tá se acabando, tá velho, eu não sei, é uns rapazes que vem aí e diz que vai chegar fardamento novo [...], vai trazer fardamento pra todos nós” (entrevistada C. B.).

Nesse sentido, verificamos que não há uma socialização das informações, uma vez que, dentro dessas associações na atualidade ocorre a prática da heterogestão, que aliena e impede a participação democrática e ativa dos associados. Se houvesse a prática da autogestão, aí sim, teríamos uma permanente socialização das informações referente a tudo que fosse de interesse da coleta, das associações e dos catadores.

Por fim, em relação à **educação cooperativa/de economia solidária**, que é o sétimo princípio que rege o cooperativismo, ou seja, a Economia Solidária, posto que conforme afirma Singer (2003b, p. 18), a “Associação Cooperativa Internacional [...] em 1995 reafirmou os princípios gerais do cooperativismo em termos essencialmente idênticos aos da economia solidária“. Nesse sentido, buscou-se apreender como os catadores assimilam o que é associativismo; se há um incentivo constante ao estudo do tema conforme rege o referido princípio, que foi aprofundado no segundo capítulo.

Conforme verificamos na pesquisa documental que realizamos, os catadores passaram por uma qualificação em associativismo em 2004 e em 2006. Um outro ponto de suporte e incentivo para esses catadores e a consolidação dessas associações enquanto empreendimentos solidários foi o comitê gestor, que durante todo o ano de 2004 acompanhou e assistiu a estes e a estas associações em diversas áreas, exercendo um papel similar ao de uma incubadora de empreendimentos solidários, visando a emancipação dessas associações, a sua consolidação enquanto empreendimentos solidários, bem como a inserção social desses catadores. Ademais, durante todo o ano de 2004 e parte de 2005, os catadores foram capacitados em associativismo e economia solidária pela equipe da UNITRABALHO.

Ocorre que o comitê gestor deixou de funcionar em fevereiro de 2005, mais precisamente a partir de setembro de 2005, os catadores também não mais participaram das capacitações em associativismo e Economia Solidária promovidas pela UNITRABALHO,

fatos estes, que dentro da nossa percepção contribuíram diretamente para o retrocesso dessas associações, que vinham avançando enquanto empreendimentos solidários.

Conforme se depreende do depoimento a seguir, os catadores não se dão conta de que associativismo e Economia Solidária são uma mesma proposta, assim como não conseguem compreender no que diz respeito à forma coletiva de trabalho que originou a formação da ABRESOL e da ACSRN.

*“[...] Só sobre associativismo, a gente estudou sobre isso, mas eu não me lembro, foi lá na UFRN. Não, não me lembro, porque pegamos esse papel lá, **mas a gente não tem tempo de estudar, sabe? Que a gente sai cansado [...], por exemplo, chego de 3 horas, aí tomo um banho, não tenho tempo; cansado, eu vou me deitar um pedaço até na hora da janta**”* (entrevistado C. A.).

A fala do entrevistado, a seguir, demonstra o quanto ele desconhece o que é Economia Solidária, o sentido de se trabalhar coletivamente em uma associação, haja vista que ele “sonha” em poder permanecer trabalhando na associação, porém, com a carteira assinada.

*“[...] Meu sonho é crescer mais, **a gente ter direito a carteira assinada, de INSS, é o meu sonho, de um dia ver minha carteira assinada, trabalhando aqui**”* (entrevistada M. M.).

Em outra fala, vê-se demonstrada a contradição entre certo conhecimento sobre associativismo e a sua prática, haja vista que o catador, apesar de dizer que já ouviu falar em associativismo, afirma que este não é praticado na associação da qual faz parte.

*“[...] Se aqui fosse uma cooperativa seria bem melhor, porque era mais organizado, daria mais emprego pras pessoas né? Tinha mais apoio da mídia, da sociedade e tudo mais, seria bem melhor, né? **Ficaria cada um ganhando seu salariozinho, sem precisar de haver desavenças entre os componentes, sem discussões.** [...] Já ouvi falar sobre Economia Solidária e associativismo, mas só que aqui a gente não prega isso”* (entrevistado J. S.).

Indagamo-nos até que ponto ele afirma que não praticam associativismo, por perceber que os princípios de Economia Solidária não são praticados pelas associações que realizam a coleta seletiva, ou por puro desconhecimento seu.

A fala a seguir demonstra a dificuldade do catador em trabalhar de forma coletiva, o seu desconhecimento sobre associativismo, apesar dos cursos que participou e até mesmo da dificuldade que tem em participar dos cursos, pois após as aulas, conforme relata, eles tinham que retornar ao trabalho nos galpões. Quando questionamos sobre o que achavam de trabalhar em associação, obtivemos depoimentos que expressam a mudança da coleta de recicláveis no antigo lixão e agora por meio das associações:

*“[...] Um pouco difícil e um pouco fácil, né? Porque antes não precisava de alguém ‘não, tô precisando disso, tô precisando daquilo’ antes (no lixão) eu era por mim, se eu fosse lá, pegava o meu, vendia e era meu e aqui não, a gente tá ajuntando, tá cooperando, cada um só vai receber aquele tanto e naquele dia né, no dia certo [...]. Falou lá, é cada um cooperar um com o outro né? Porque a mulher lá num explicou tão direito e porque era pouca hora também, que **a gente tinha que vim pra cá pra trabalhar, não entendi muito bem não, porque era só uma hora e meia lá no curso, pra vim pra cá.** Aí pra pessoa entender, botar tudo numa cabeça só [...]”* (entrevistado E. S.).

A fala acima também nos revela a necessidade que estas associações têm de uma incubação, pois se eles não tiverem uma “capacitação continuada”, acreditamos que seja inviável a assimilação por eles do que seja a prática da Economia solidária e dos seus princípios; especialmente por eles terem sempre trabalhado de forma individual e em um ambiente muito violento, em que prevalecia a lei do mais forte. Dessa forma, entendemos que se não for feito com eles um trabalho continuado, irá se repetir dentro das associações, como já ocorre, o que ocorria no lixão, em que prevalecia a lei do mais forte.

A fala a seguir é de um líder que, apesar de demonstrar ter assimilado um pouco do que viu nos cursos e de demonstrar boa vontade em praticar “esta união” dentro da associação, sabemos que tal prática torna-se inviável, uma vez que os demais catadores sequer compreendem do que se trata. Quando perguntamos sobre o que aprendeu no curso, a liderança assim se expressou:

“[...] Foi bom! Deu pra aprender, agora não é bem prático porque no curso a gente aprendeu, porque quando a gente trabalhava no lixão, a gente tinha uma cabeça totalmente diferente, era aquela coisa de desunião, briga e aqui por a gente trabalhar, por mais que não seja de carteira assinada, mas por a gente trabalhar fardado, teria que ser mais unido, entendeu? Como ela falou, a associação já diz, a gente se unir, pra lá na frente, se Deus quiser, a gente conseguir uma coisa melhor. Foi isso que a gente aprendeu lá” (entrevistado E. M.).

Esse mesmo líder, diferentemente da maioria dos catadores, demonstra ter consciência da exploração a que são submetidos e de como se processa a gestão do seu processo de trabalho, conforme se depreende do seu depoimento a seguir:

“Porque é aquele negócio, a gente não trabalha de carteira assinada, a URBANA paga os motoristas e esse galpão, né? Tudo bem, mas por ano é arrecadado 800 toneladas de lixo, esse dinheiro todo vai pra URBANA, a gente, catador, a gente tira o material reciclado e vende [...], junto com esse material reciclado vem o material seco, que a gente arrecada. Nesse arrecadamento desse material seco a URBANA num paga nada por eles, fica com esse

*material seco. Pronto! Esse material seco é o isopor, que a gente não pega, esses sofás, isso aí são tudo lixo, entendeu? É pesado e o dinheiro é pra URBANA. Então é isso aí, esse material seco que a gente não (comercializa), ou seja, que a gente não tem venda pra eles, que pra gente não é reciclável, isso tudo é pesado na balança lá de cima e é remunerado pra URBANA, a gente não tem direito a isso aí, e lá eles vendem [...]. A gente paga, **mas como tem muita gente que trabalha com a gente e não são muito informados**, dizem que a URBANA é o pai e mãe da gente [...]*”(entrevistado E. M.).

Ao observarmos o conjunto dos depoimentos quanto à apreensão dos catadores sobre associativismo/Economia Solidária e de como se realiza a gestão do seu processo de trabalho, se é que assim podemos falar uma vez que percebemos que há um dado conhecimento da parte deles, do que lhes é devido, mas que na prática lhes é negado, subtraído, além da noção que eles detêm, de estarem envolvidos nessas associações, não como associados de uma iniciativa coletiva solidária – apenas na qualidade de trabalhadores – sem qualquer direito ou garantias.

Por fim, temos a enfatizar a nossa a compreensão de que essas associações por nós analisadas, se não forem submetidas a um processo de incubação em Economia Solidária – que em outras palavras significa – um processo de assessoramento técnico, político e administrativo, de forma integrada e continuada, visando o fortalecimento e a autonomia das mesmas, dificilmente elas avançarão enquanto empreendimentos solidários e, conseqüentemente, estará prejudicada a proposta de se promover a inserção social e econômica desses catadores por meio delas.

4.3.2 Trabalho e Exclusão Social

Neste item, discutiremos e traremos à tona as percepções dos entrevistados, as expressões que desvelam o real e as contradições que se fazem presentes no cotidiano dos catadores, em relação ao trabalho e ao processo de exclusão social; ou no dizer de Martins, de uma **inclusão precarizada**. O Trabalho e a Exclusão Social são dimensões centrais que viemos aprofundando nesta dissertação.

Buscamos inicialmente verificar a opinião dos catadores a sua atual situação, ou seja, de catadores da coleta seletiva que trabalham em associações, no sentido de observar se eles consideram a atividade que exercem como trabalho e apreender sua real opinião sobre esse trabalho.

A maioria dos catadores por nós entrevistados, ao serem indagados sobre o que pensavam em relação à atividade que exerciam junto a coleta seletiva, respondeu que entendia tratar-se de um trabalho. Porém, a maioria de alguma forma, expressou a precariedade deste trabalho, já outros deixaram claro estarem exercendo aquele trabalho por não ter outra opção, conforme se verifica nas falas abaixo.

“[...] eu acho que é um trabalho” (entrevistado F. R.).

“É um emprego, pra mim é um emprego [...], não tenho vergonha de dizer que sou catadora” (entrevistado E. M.).

*“Eu acho assim, é um trabalho, **agora não é um trabalho que a gente ganhe satisfeito**, mas é um trabalho, eu valorizo muito, pelo menos da minha parte, né?!”* (entrevistada A. N.).

*“[...] aqui eu to gostando, porque não tem pra onde ir mesmo, **emprego pra mim não existe por conta da idade (64 anos)** [...]. Pra mim é um emprego, porque todo dia eu tenho aquela obrigação de levantar e ir pra o trabalho, porque eu tenho hora pra sair [...]”* (entrevistado M. S.).

“É um trabalho bom, vim pra cá por falta de trabalho. [...] trabalho (também) na feira, com o material da reciclagem, vendo ventilador, roupa velha [...]” (entrevistado F. S.).

Observa-se que os catadores enfatizam a falta de opção de trabalho, ou seja, a incapacidade de serem absorvidos pelo mercado. O entrevistado MS afirma estar na coleta seletiva porque no mercado de trabalho o mesmo não é mais aceito em razão da sua idade, já a entrevistada AN afirma que foi para coleta seletiva por falta de trabalho, ou seja, por não ter a opção de trabalhar em outro lugar. Essas duas situações denotam que catar recicláveis se apresenta como um trabalho, mas extremamente precarizado e porque não dizer: um trabalho que se renega, mas se é forçado a aceitar pelas circunstâncias que a vida lhes apresenta.

Outros catadores declararam abertamente que o trabalho na coleta é uma atividade provisória, onde permanecem até conseguir algo melhor, conforme se verifica nas falas abaixo. Neste sentido, vale a pena repetir aqui parte da fala do entrevistado, dado a sua sinceridade e visão crítica da sua situação.

*“[...] não é trabalho não, sabe por quê? Porque a gente ta nessa ocupação, e se a **prefeitura tirar, parar de mandar os caminhões a gente fica sem trabalhar**”* (entrevistada B. S.).

“[...] acho que é um quebra galho, vim pra cá por falta de emprego” (entrevistado L. G.).

*“[...] uma ocupação temporária, conseguindo uma coisa melhor eu desembarco [...], **quem trabalha no lixo nunca quer!**”* (entrevistado E. S.).

Percebemos com base nestes depoimentos, que os catadores têm, dentro da sua percepção de mundo, consciência do trabalho precarizado que exercem, e esta é a principal razão que gera a alta rotatividade de catadores nas associações, haja vista que eles anseiam sempre e buscam um trabalho melhor.

A maioria desses catadores almeja um trabalho formal, que lhes proporcione ter a carteira assinada e o pagamento de um salário mínimo, conforme se verifica nas falas a seguir:

“O plano que eu tenho é de arranjar um bom emprego” (entrevistado L. G.).

“[...] no futuro o que eu queria era ganhar um salário, trabalhar com carteira assinada, é mais melhor, né?!” (entrevistado F. G.).

“[...] pra gente ganhar um salário mínimo, todos nós ganhar um salário mínimo” (entrevistada B. S.).

Buscamos apreender o que na visão deles o que havia melhorado, desde que ingressaram nas associações, especialmente comparando-se com a sua condição anterior, de catador do lixão de cidade nova.

Conforme se depreende dos depoimentos de quatro catadores, que expressam a opinião de 90% dos catadores por nós entrevistados, apesar de reconhecerem que as condições de trabalho melhoraram, demonstram grande insatisfação pelo pouco dinheiro que recebem quinzenalmente, com a venda do material reciclável, conforme se verifica em seus depoimentos.

“[...] no financeiro não foi bom [...] pra mim, porque lá (no lixão) a gente trabalhava só, o que a gente fizesse era da gente, não tinha responsabilidade da divisão, entendeu? Não tinha a responsabilidade de botar o dinheiro no bolso e você dizer ‘tem que ter cuidado no ladrão’ [...]” (entrevistada S. S.).

“Melhorou porque a gente não vive mais dentro do lixo e piorou porque a gente não ganha o que ganhava lá. A melhora é só porque a gente saiu do lixão, que a gente não tá dentro do lixo, mas em compensação piorou, (porque) o que a gente fazia lá, R\$ 50,00 num dia! Aqui pra fazer R\$ 50,00 tem que trabalhar uma semana” (entrevistado F. R.).

“No lixão o que tinha de ruim era a questão da higiene, que a gente não tinha higiene, trabalhava do jeito que queria, sem equipamento de trabalho e o que tinha de bom era o ganho, porque a gente passava uma noite ou um dia e ganhava o quê? Uma quinzena aqui, (o) equivalente a uma quinzena. Numa noite lá eu tirava R\$ 100,00; R\$ 120,00; R\$ 130,00 e aqui a gente passa uma quinzena pra tirar R\$ 80,00. A primeira vez (foi) agora, a gente tirou R\$ 123,00. E aqui na associação o que tem de bom é o quê? (É) que a gente tem

EPIs, e o que tem de ruim é só o ganho, porque é muita gente, e além do mais, as pessoas que tem, são poucas pessoas que se interessam de buscar o material lá fora, vão perdendo as casas, perdendo e daqui há pouco não tem nada” (entrevistado E. M.).

Dessas falas pudemos inferir que os catadores têm o entendimento de que reverteu como aspecto positivo, no que se relaciona aos cuidados de saúde, a higiene por terem saído do lixão; porém, reverte-se como um aspecto negativo a diminuição do que conseguiam ganhar com a cata do material reciclável.

Um outro dado revelador é a noção de dignidade e menos doença, que se vê demonstrado nos depoimentos a seguir:

*“Melhorou bastante, né?! [...] Porque nós trabalhamos com mais dignidade, com o apoio da URBANA, o Nordeste que nos apóia, a própria sociedade que nos apóia! Eu acho que melhorou bastante e antes era a lei do mais forte [...], não tinha tudo como tem hoje, a gente trabalha com mais condições, respeito da sociedade, né?! Melhorou bastante e deve melhorar mais, né?! **Que até aqui ta mais ou menos**”* (entrevistado J. S.).

“[...] Sei que o trabalho daqui vem melhorando, só que a renda!! [...], o trabalho a gente vê que melhora, mas a renda!” (entrevistado L. L.).

“[...] Olhe, teve umas coisa que melhorou, teve outras já que não, o que melhorou mais mesmo foi que gerou mais limpeza, menos doença. O que ficou ruim foi o dinheiro, que não era o mesmo dinheiro que a gente ganhava lá” (entrevistado F. S.).

Passamos a expor a fala de um catador que enfatiza o fato de ter ido trabalhar por intermédio das associações e “encostou sua carroça”, por não ter outra opção, mas que o seu ganho na associação não era suficiente para o seu sustento. Este entrevistado também denuncia que a liderança, além de receber um valor maior que os demais associados, ainda divulga em público que os associados recebiam um valor maior que o valor de fato recebido por eles. A fala deste catador demonstra sua indignação, que provavelmente é a mesma de todos os catadores que se encontram naquela situação.

*“[...] Eu tinha que ir, porque não tinha outro emprego, eu encostei só minha carroça porque quando essa associação começou, o comércio de carroça encerrou, num tinha mais trabalho pra carroça, foi por isso que eu deixei minha carroça de lado e fui pra associação. Fui pra onde eu estava ganhando meu pão, né?! **Mas era um pão que eu ganhava hoje e amanhã não tinha, porque era pouco demais. Porque [...] os cabeça (líderes) fazia o quê? R\$ 150,00; R\$ 180,00 e nós fazia o quê? R\$ 60,00; R\$ 70,00. Aí eles dizia a todo mundo que nós fazia R\$ 80,00; R\$ 150,00; R\$ 130,00; R\$ 120,00; mas nós não faz. Pronto, aí até hoje está tendo esta enrolagem dos cabeça (líderes) lá dentro. Por isso que***

nós tá fazendo esse negócio aí, pra saber esse tempo todinho que nós tava trabalhando, pra sabe onde é que foi o erro, que nós trabalhamos esses anos todinho pra ganhar essa mixaria” (entrevistado A. S.).

Essa fala do entrevistado AS faz referência ao movimento que ocorreu dentro de sua associação, em que uma das lideranças foi destituída, em razão de denúncia por desvio de dinheiro que foi feita por um grupo de catadores da associação perante o Ministério Público Estadual. Não nos foi possível obter maiores informações sobre esse movimento.

Em relação ao que recebem, os catadores alegam que têm que fazer outras atividades para complementar sua renda e ter assegurado o seu sustento.

“[...] A gente aqui não tira nem meio salário mínimo. [...] Não, não dá não! Dá porque eu tenho outras virações, eu sou pedreiro, vendo na feira, eu não paro mais, é de domingo a domingo, aí por isso que tem. Se fosse só daqui não dava nem pra comer, não dá nem pra tomar o café da manhã, eu complemento com trabalho extra [...]” (entrevistado J. S.).

Ao dizer “dá porque a gente é viração” expressa a luta pela sobrevivência desse segmento, observe-se a fala:

“[...] dá porque a gente é viração, a gente tem uma pecinha que a gente leva pra feira e vende, mas se depender só do material (reciclável), não tem condições não” (entrevistado F. R.).

Alguns catadores, apesar de trabalhar arduamente, têm o seu sustento provido por outros membros da família. São os arranjos familiares que se multiplicam a cada dia, como nos relatou o catador abaixo:

“[...] olhe, eu vou explicar para senhora, esse dinheiro é só para ajudar numa mistura, às vezes numa água, uma luz, mas quem sustenta a casa é uma filha minha, a que mora comigo [...]” (entrevistado M. S.).

Dessa forma verificamos que esses catadores vivem e trabalham de forma precária, haja vista que essas associações não lhes proporcionam uma renda que seja suficiente para o sustento deles. Por outro lado, foi por meio delas que eles foram retirados do lixão, obtiveram acesso à sociedade como “agentes recicladores” e valorizam eles próprios e o trabalho por eles desempenhado, fato este que para eles é importante e eles reconhecem, conforme se verifica nas falas a seguir:

“[...] aqui é superior ao lixão porque a gente está trabalhando asseado, limpinho, não tem a seboseira que tinha lá, que lá a gente era misturado com urubu, porco, animal! A

gente era mesmo que animal também. Aqui é diferente, trabalha fardado, o povo já recebe a gente bem, pelo conhecimento [...]” (entrevistado M. S.).

“[...] no social foi bom porque a gente tivemos conhecimento pelo pessoal lá fora, que antes era os coitadinhos, que era os marginais, e (então veio) o conhecimento, né?! Graças a Deus, fui reconhecida pela sociedade pelo trabalho social que eu fiz [...]” (entrevistada S. S.).

“[...] só tem de melhor a sociedade, só a sociedade [...], porque através deles a gente tem um carisma, que eles trata a gente muito bem [...]” (entrevistada M. F.).

*“[...] o positivo é a questão da higiene, a gente trabalhar fardado, **ta sendo reconhecido agora pela sociedade como trabalhador, que não era [...]**”* (entrevistado E. M.).

É importante reafirmar que o fato de se reconhecer como “gente”, não mais misturado com porcos, urubus, revela que há para esses catadores “uma luz no fim do túnel”; serem tratados como gente, serem reconhecidos como trabalhadores. Este dado denota, entretanto, uma inclusão social precarizada, como vemos revelado ao longo deste trabalho, como resultado de nossa pesquisa.

4.3.3 Conquista de Direitos: a Busca da Cidadania

O item a seguir trata dos aspectos pertinentes aos princípios de conquista da cidadania, que no nosso entender se resume na conquista de direitos.

Os catadores, conforme observamos por meio de nossas entrevistas, permanecem morando nos quatro bairros que limitam o antigo aterro de lixo de Cidade Nova, que são os mais pobres e violentos do Município de Natal, são eles: Guarapes, Felipe Camarão, Planalto e Cidade Nova.

Quanto à moradia, o quadro também não se modificou, a maioria vive em casas de sua propriedade, uma minoria mora em casas alugadas ou em espaços cedidos por familiares. Porém, boa parte dessas “casas próprias” foram construídas em áreas invadidas, e na maioria das vezes representa apenas o que se chama popularmente de “um vão”, onde se abrigam entre duas e até dez pessoas.

A condição de habitação dos catadores é precária, conforme se verifica no depoimento abaixo:

“[...] (a casa tem) 1 quarto, 1 sala, o banheiro e o corredor (e a energia elétrica é gambiarra)” (entrevistada M. F.).

A maioria deles obtém água e luz, por meios ilícitos, que eles chamam de “gambiarra”, conforme vê-se destacado nos depoimentos. Na fala a seguir o catador nos relata que na sua residência a água encanada também é obtida por meios ilícitos:

“[...] é gambiarra! Quando corta a pessoa vai e liga” (entrevistado F. G.).

Conforme já abordamos no capítulo três, à época em que foi realizado o cadastramento desses catadores, período então que se iniciou o projeto de inserção social dos mesmos, a maioria deles não tinha documentos. A título de exemplo, dos 547 catadores cadastrados, 235 não tinham sequer certidão de nascimento, portanto para efeito de registro civil eles não existiam.

Em razão do projeto de inserção social este quadro melhorou apenas para aqueles catadores que foram assistidos pelo projeto, pois há pessoas que hoje trabalham na coleta seletiva e que não são catadores egressos do lixão e, portanto não se beneficiaram das ações e permanecem com sua documentação incompleta.

Quanto ao nível de escolaridade, dados do cadastramento revelaram que o percentual dos analfabetos e dos que estudaram até a 4ª série representam mais de 50% dos 547 catadores cadastrados. O projeto de inserção de catadores promoveu a realização de um curso de alfabetização para eles (Educação para Jovens e Adultos – EJA) que teve a duração de nove meses, tendo sido esta a única iniciativa visando promover a educação desses catadores, não tendo havido mais nenhuma outra realização neste sentido, conforme verificamos nas entrevistas que realizamos.

Quanto ao estado de saúde, na atualidade todos eles têm melhores condições de saúde, fruto das melhores condições de trabalho, conforme pudemos verificar por meio das entrevistas que realizamos. A maioria deles utiliza os postos de saúde dos bairros onde residem, ou seja, Guarapes, Felipe Camarão, Planalto e Cidade Nova e quando tem uma doença mais grave, buscam atendimento no Pronto Socorro Walfredo Gurgel.

Alguns catadores alegaram que não estão muito bem de saúde em razão da má alimentação que têm, pois a rotina de trabalho deles nas associações, não permite que eles façam suas refeições devidamente, conforme se depreende do depoimento a seguir:

*“[...] (a saúde está) mais ou menos [...], não é coisa crítica demais, é questão de alimentação. Porque a gente chega de manhã aqui, de 6 horas, pra começar a trabalhar de 7:15, a gente fica na rua, naquele calor, sem alimentação alguma [...], chega no galpão de 11 horas. **Poucas pessoas vão pra casa almoçar** e o resto fica tudo aqui, ainda com fome, até que dê 5 horas da tarde pra ser liberado. Então no caso a gente só tem duas refeições por dia, o café da manhã e a janta a noite”* (entrevistado E. M.).

Ademais, em razão da sua baixa renda, fruto do trabalho precarizado que exercem nas associações, há fortes indícios de que esses catadores passam por privações de ordem alimentar.

Quanto ao trabalho que exercem na coleta seletiva, pela trajetória do nosso estudo ficou evidenciado que as associações não superaram o padrão gerencial tradicional de divisão “entre uns poucos que mandam e um grande número que obedece” (ZWERDLING, 1980 apud HOLZMANN, 2001, p.16). Ademais, essas associações apesar de terem sido idealizadas para preservar os catadores da exploração e lhes proporcionar condições autônomas e autogestionárias de trabalho, com a promessa também de inseri-los social e economicamente, na prática funcionam nos parâmetros de um modelo mais próximo de uma terceirização de trabalho de cata e separação, ou seja, uma forma precarizada de trabalho.

No que se refere ao rendimento mensal obtido por estes catadores, fruto do seu trabalho na coleta seletiva, conforme verificamos por meio de nossa pesquisa, não chega sequer a um salário mínimo por mês, uma renda bem inferior a que era obtida por eles na época em que realizavam a cata no aterro de lixo de Cidade Nova.

A maioria dos entrevistados não recebe qualquer tipo de benefício, pois apesar da grande intervenção social promovida pelo projeto de inserção social de catadores, que contemplou a maioria deles com benefícios tipo bolsa família, bolsa escola, e etc, na atualidade a maioria desses catadores já não recebe mais os aludidos benefícios, por motivos diversos, dentre eles, por não terem conhecimento daquilo que lhes é direito, por não saberem onde buscar estes benefícios que a lei lhes assegura, por desconhecer os procedimentos burocráticos do Estado e, na realidade, por não terem acesso a ele.

Quanto ao aspecto do lazer, a maioria dos entrevistados alegou ficar em casa com a família nos dias de folga.

“Bem, minha diversão, como a gente passa a semana todinha aqui. No domingo eu vou na casa da minha tia, minha diversão é essa porque ela é crente, e a maioria, grande parte do meu tempo eu fui criado com ela, eu tenho muita saudade e sempre no domingo eu vou pra lá” (entrevistado E. M.).

“Minha casa e meus filhos [...], ninguém lá em casa bebe, somos evangélicos” (entrevistada M. F.).

Apesar destas alegações, é do nosso conhecimento da constante presença do álcool no dia a dia dos catadores, fruto do período que convivemos com eles na época em que éramos bolsista do Projeto de Economia Solidária da UNITRABALHO, a bebida é considerada como lazer pela maioria deles, especialmente nos dias de folga, e nos dias em que

recebem a quinzena. Observamos que ao serem entrevistados eles se retraíram quanto a este aspecto, poucos assumiram que bebem como é no caso do entrevistado a seguir, que frisou que bebe socialmente, “*sem bagunça em casa, nem dando em mulher minha*”:

“[...] dou minhas voltinhas assim, que a gente tem o direito da gente, né?! Porque a gente depois de velho se cair no mofo, se acaba mais ligeiro, aí a gente tem que dialogar com os amigos, andar com os amigos, né?! Que aí a gente tá se divertindo [...], **uma caninha, mas sem bagunça em casa, nem dando em mulher minha!**” (entrevistado M. S.).

Outro fato que não veio à tona nas entrevistas, mas que também é um sério problema no meio dos catadores, conforme pudemos constatar no período em que participamos do projeto de Economia Solidária da UNITRABALHO é o uso de drogas, muito comum no meio deles. Nos bairros onde eles residem o tráfico atua de forma intensa e nas entrevistas todos afirmaram ter conhecimento sobre a venda e uso de drogas no local em que moram, mas nenhum assumiu usar droga, conforme se depreende da fala a seguir:

“[...] lá tem muito! Maconha; cola é só o que o pessoal cheira!” (entrevistado F. G.).

Desta forma, verificamos que a cidadania desses catadores está longe de ser alcançada, uma vez que ser cidadão não implica só em ter seus direitos civis e políticos garantidos, deve-se lutar pela persecução dos direitos sociais e econômicos para que os mesmos sejam concedidos e de fato alcancem a todos os indivíduos. Para Manzini-Covre (2001, p. 11):

a cidadania é o próprio direito a vida no sentido pleno, trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel dos homens no universo.

O que verificamos ao analisar essas associações na sua cotidianidade e de seus catadores é que:

[...] todos são iguais perante a lei e somente neste sentido, pois a desigualdade mora ao lado, na realidade vivida cotidianamente pela maioria da população, que se encontra submetida a uma extensa jornada de trabalho, sem proteção e sem nenhum tipo de direito social assegurado (SANTOS, S., 2002, p. 29).

Questiona-se assim: até que ponto ter registro de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, significa ser cidadão?! Se não se alcança as condições básicas de vida, como o acesso à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho e ao lazer?! Será que o homem que sobrevive no limiar da linha de pobreza pode ser considerado um cidadão?!

Marshall (1967, p. 63) sugere uma tipologia dos direitos do cidadão, baseados nos três elementos constitutivos da cidadania, que seriam os seguintes:

Os direitos civis compostos dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito a justiça; os direitos políticos, como o direito a participar no exercício do poder político com um membro de um organismo investido de autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo; os direitos sociais, que se referem a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, do direito de participar por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Nesse sentido, esses catadores estão bem distantes da possibilidade de se enquadrar até mesmo na concepção Marshalliana de cidadania social, enquanto direito a usufruir de um padrão razoável de bem-estar econômico e de segurança e o direito de “participar integralmente da herança social e viver a vida de ser civilizado de acordo com os padrões prevalentes na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 87). De acordo com a concepção marshalliana, os direitos sociais derivam da pertença social a uma comunidade e visam garantir a libertação dos cidadãos das necessidades mais prementes e instituir um padrão civilizacional de inclusão (BRANCO, 2004).

Esta perspectiva, entretanto, hoje pode ser vista numa dimensão mais ampla de perseguição e luta para aquisição de direitos sociais e econômicos que possam atender às necessidades necessárias do ser social.

Como analisa Santos, S. (2002, p. 25),

[...] a defesa dos DH não pode ocorrer de forma ingênua, como mero resultado da capacidade volitiva dos indivíduos sociais, nem tampouco pode ser desprezada numa sociedade extremamente desigual, caracterizada, no plano econômico, pela lógica da acumulação e, no plano cultural, pelo individualismo exacerbado.

No Brasil, o processo de redemocratização da sociedade e do Estado, após 21 anos de autoritarismo (1964-1985), colocou em pauta a questão da cidadania, tendo a constituição de 1988 expandido o elenco de direitos civis, coletivos, sociais e políticos, inovações na legislação social, alargamento dos canais de participação e representação por meio da criação de mecanismos de democracia direta ao lado das tradicionais estruturas representativas, além das mudanças nos mecanismos tributário e da descentralização de atribuições por diferentes níveis de governo.

No entanto, como nos mostra Santos, S. (2002, p. 24)

Sob a égide da sociabilidade do capital, os direitos humanos são proclamados mediante uma concepção abstrata de universalidade. Liberdade, igualdade e um conjunto de outros direitos que deveriam ser assegurados não têm condição de se realizar, posto que vigora uma desigualdade estrutural no processo de produção da sociedade.

Cabe ainda ressaltar que, todos os avanços trazidos pela constituição de 1988 ao país, a partir de 1990 começam a retroceder, pois desde a referida década, vem sendo imposto ao Brasil, por organismos internacionais, conforme já abordamos em nosso primeiro capítulo, um modelo econômico pautado em políticas neoliberais. Este modelo por sua vez limita e inviabiliza cada vez mais os direitos civis, políticos, sociais e econômicos, num processo de exclusão não só dos catadores, mas de grande parte das populações das classes subalternas no que se reporta ao direito à cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO PROCESSO

O fio condutor do nosso trabalho foi o desvelamento do contexto da revivência da Economia Solidária no cenário atual como “uma resposta ao agravamento da crise do trabalho” (SINGER, 2004, p. 8) e aos efeitos excludentes do capitalismo.

Realizamos uma análise na perspectiva da Economia Solidária, das quatro associações que executam a coleta seletiva no município de Natal, sendo elas formadas, na sua maioria, por catadores egressos do lixão de Cidade Nova. Sendo assim, buscamos apreender a consolidação dessas associações enquanto empreendimentos econômicos solidários, seus avanços e recuos, assim como perceber a inserção social e econômica desses catadores e o processo de conquista da cidadania dos mesmos.

Neste trabalho, duas questões nos mobilizaram profundamente enquanto pesquisadora: a primeira, foi a possibilidade de perquirir em que medida os empreendimentos - econômicos solidários - assumem uma significação além de uma simples acomodação à crise do trabalho assalariado. Se realmente tais empreendimentos são portadores de uma lógica econômica distinta da capitalista, fundada na cooperação, na autogestão e na reciprocidade.

A segunda questão que nos mobilizou foi a de analisar, na perspectiva da Economia Solidária, associações de coleta seletiva e reciclagem de lixo, que nasceram como uma forma de contribuir para a inserção social e econômica, como um meio de gerar trabalho e renda para os catadores do lixão de Cidade Nova, cujo fechamento por determinação judicial - em agosto de 2004 -, poderia deixar famílias inteiras sem ter como prover o seu sustento, já que sobreviviam do trabalho precarizado na cata do lixo, vendendo o material reciclável coletado aos depósitos e as peças - móveis velhos, eletrodomésticos quebrados, roupas velhas e etc - na feira dos bairros de Cidade Nova e Cidade da Esperança - bairros situados nos arredores do antigo lixão.

Feitas essas observações, destacamos o cenário da crise do trabalho assalariado, consequência da crise do capital, que abre espaço para o ressurgimento da Economia Solidária como forma de enfrentamento e resposta às consequências nefastas desta crise.

O mundo do trabalho passa por profundas transformações, dentre elas o desemprego estrutural, o crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além da degradação que se amplia, no que se refere à relação metabólica entre homem e natureza, em

razão da lógica predominante na sociedade, voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Destacamos e privilegamos neste estudo o conceito de Economia Solidária como um conceito ainda em construção, reconhecendo a atualidade e interesse no desenvolvimento do tema e de sua prática, especialmente no âmbito das pesquisas acadêmicas, quanto no âmbito da construção de políticas públicas que viabilizem a sua prática.

Para Santos (2002), o interesse dos países da semiperiferia e da periferia no desenvolvimento das teorias associativistas, emerge principalmente em razão de ser uma forma idônea de canalizar as iniciativas populares, conforme a linha de pensamento do desenvolvimento alternativo. Ainda na concepção do mesmo autor, as condições econômicas e políticas contemporâneas tornam o estudo e a promoção das cooperativas de trabalhadores uma tarefa promissora para a criação de alternativas de produção emancipadoras.

No que se refere às associações de catadores por nós pesquisadas, estas surgiram no contexto do fechamento do lixão de Cidade Nova. Concomitante ao processo de fechamento do lixão, o município de Natal foi escolhido pelo Governo Federal como uma das cidades piloto do Projeto Interministerial Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão Social de Catadores e a Erradicação de Lixões, em outubro de 2003.

Nesse sentido, foi feito todo um investimento social para os catadores que viviam da cata no lixão, tendo sido criado um comitê gestor que passou a ser a instância de participação compartilhada do poder público e da sociedade civil na gestão da segurança alimentar e da inserção social dos catadores, cujos principais objetivos foram a elaboração e implementação do plano de gestão integrada dos resíduos sólidos e o controle social de todo processo.

Em que pese todos os cursos de capacitação pelos quais passaram, inclusive de associativismo, os catadores, por terem convivido em um ambiente hostil por muito tempo - em que imperava a lei do mais forte - e onde eles trabalhavam de forma individual, têm muita dificuldade de trabalhar de forma coletiva, de tomar decisões de forma conjunta ou de aceitar que um catador como ele interfira na sua atividade.

Ao aprofundar em nosso estudo todo esse processo, percebemos a efetiva necessidade de um trabalho continuado de incubação em Economia Solidária junto a essas associações, haja vista que as mesmas, na sua maioria foram fomentadas na perspectiva de se consolidarem enquanto empreendimentos solidários, buscando dar a esses catadores uma nova possibilidade de vida, de se trabalhar e conviver com solidariedade, cooperação, sem a violência que existia no lixão e que tanto marcou as suas vidas.

Conforme observamos em nossa pesquisa, o projeto de inserção social de catadores vinha avançando a passos largos, especialmente a partir da criação do comitê gestor que vinha cumprindo o papel de incubação, uma vez que oferecia aos catadores e às suas associações um processo de assessoramento técnico político e administrativo em diversas áreas e de forma integrada, buscando assisti-los e capacitá-los para que eles aprendessem e pudessem, junto aos seus grupos, superar suas dificuldades e limitações, e assim ir se consolidando, gradualmente, o processo de autogestão das associações e, conseqüentemente, de inserção social e econômica desses catadores.

Nesse sentido, nós entendemos que a desarticulação do comitê gestor ocorrida por decisão da atual gestão da URBANA, em fevereiro de 2005, foi por demais prejudicial a essas associações e seus catadores, representando um retrocesso no processo de desenvolvimento das associações, de consolidação das mesmas enquanto empreendimentos econômicos solidários, haja vista que os catadores deixaram de ser assistidos, recebendo apenas apoio logístico para realização da coleta seletiva, quando de fato, o que esses catadores necessitam é de um processo continuado de aprendizagem e apoio nas diversas áreas, tendo como objetivo a consolidação do processo de inserção social e econômica dos mesmos.

Pudemos apreender em nossa pesquisa que a gestão das associações pesquisadas se enquadram num modelo de heterogestão, típico do modo de produção capitalista, não se assemelhando aos padrões de cooperação, autogestão e reciprocidade que norteiam a Economia Solidária. Verificamos que o modo de produzir dessas associações e o trabalho realizado pelos catadores mais se assemelham a um trabalho terceirizado precarizado, conduzido por prepostos da prefeitura.

Em síntese, reconhecemos com base em nosso estudo que há necessidade premente dessas associações serem submetidas de forma mais contundente a um processo de incubação em Economia Solidária que, em outras palavras, significa um processo de assessoramento técnico, político e administrativo - de forma integrada e continuada - visando o fortalecimento e a autonomia das mesmas, pois do contrário, dificilmente elas avançarão enquanto empreendimentos solidários e, conseqüentemente estará prejudicada a proposta de que, por meio delas, se promova a inserção social e econômica desses catadores.

Com a pesquisa pudemos desvelar como esses catadores vivem e trabalham de forma precária, haja vista que o trabalho nas associações não lhes gera renda suficiente para o seu sustento. Por outro lado, foi por meio delas que eles foram retirados do lixão e obtiveram reconhecimento da sociedade como trabalhadores, cidadãos de bem, sendo valorizados pelo

trabalho que desempenham como “agentes recicladores”- fato este que para eles é importante e eles valorizam.

É importante reafirmar e enfatizar que o fato de se reconhecer como “gente”, não mais misturados com porcos, urubus, revela que há para esses catadores “uma luz no fim do túnel”; serem tratados como gente, serem reconhecidos como trabalhadores. Este dado denota, entretanto, uma inclusão social precarizada, conforme se desvendou ao longo deste trabalho, como resultado de nossa pesquisa.

A noção de cidadania, em seu sentido ideal e normativo, implica o estabelecimento de regras sociais igualitárias e universais relativas ao papel social do indivíduo. Como cidadãos, todos têm os mesmos direitos baseados em princípios básicos de igualdade e justiça social em qualquer espaço social.

Porém, os avanços trazidos pela constituição de 1988 vêm sofrendo um imenso recuo a partir de 1990. Ao Brasil, vem sendo imposto por organismos internacionais, conforme já abordamos no primeiro capítulo, um modelo econômico pautado em políticas neoliberais e estas limitam e inviabilizam cada vez mais os direitos civis, políticos, sociais e econômicos dos brasileiros. Assim, distanciando não só os catadores - mas os segmentos populacionais que sobrevivem no limiar ou abaixo da linha de pobreza - do sonho de acesso aos direitos, transformando a cidadania em uma utopia.

Com as reflexões e os questionamentos levantados neste trabalho, como também as aproximações ao objeto de estudo pesquisado, esperamos poder contribuir para novos estudos e pesquisas em torno da temática, bem como poder subsidiar a implementação ou re-implementação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.

BRANCO, Francisco. O rendimento mínimo garantido como direito de cidadania em Portugal: virtualidade e limites. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção social de cidadania:** inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004. p. 83-121.

BRASIL. Ação civil pública, n. 98.392-4 de 1998. Contra o Município de Natal-RN, contra o Município de Parnamirim e contra a Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA). **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Franklin Dias. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 153-164.

DIEESE. **Região metropolitana de Natal:** radiografia do Mercado de trabalho. Natal, 2002.

_____. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2005

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34, p.121-159, set./dez. 1998. ISSN 0103-4014.

_____. **Economia global e exclusão social, pobreza, emprego, estado e o Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. p. 57-71.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FRETELL, Alfonso Cotera; ROCA, Humberto Ortiz. Comércio justo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Verez Editores, 2003. p. 33-44.

FUNDAÇÃO ZERBINI. **Relatório do projeto interministerial lixo e cidadania: combate a fome associado à inclusão social de catadores e a erradicação dos lixões**. Natal, out. 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 45-61.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção materialista da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola. 1993.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: EdUFSCar, 2001.

LAVILLE, Jean-Louis. Globalização e solidariedade. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003. p. 13-18, (Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, n.º 5).

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Verez Editores, 2003. p. 242-250.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MANCE, Euclides André. Consumo solidário. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Verez Editores, 2003. p. 44-49.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Título original: sociology at the crossroads and other essays.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1, cap. 5.

_____. **Crítica da economia política**. O Capital. Crítica da Economia Política. São Paulo. Nova Cultural, 1985. Tomo 3, v. 5.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de três milhões de emprego nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente da questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Adriana Valle. Do lixo a cidadania. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro: IBASE, n. 27, jun./jul. 2005.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo**: história e horizontes. 2007 Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/278/278.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2007.

PICCININI, Valmíria Carolina; OLIVEIRA, Sidnei Rocha de; RÜBENICH, Nilson Varela. Formal, flexível ou informal? Reflexão sobre o trabalho no Brasil. In: PICCININI, Valmíria Carolina et al. (Org.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. p. 93-117.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta a arte da associação.** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Há necessidade dos direitos humanos para a formação de uma cultura política emancipatória? **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano 3, n. 5, p. 23-39, jan./jun. 2002.

SANTOS, Teotônio dos. **Economia mundial, integração regional & desenvolvimento sustentável.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 75-87.

SINGER, Paul. Apresentação. In: HOZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia.** São Carlos (SP): UFSCAR, 2001. p. 9-12.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28. (Economia contexto).

_____. A experiência brasileira da SENAES. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de et al. (Org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 201-206.

_____. **Introdução à economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Prefácio. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.5-9.

SINGER, Paul. Prefácio. In: MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas (SP): Átomo, 2003. p. 10-11.

SOUZA, Maria Aione de et al. **As atuais configurações do mercado de trabalho**. Mossoró: UERN, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: FASE: DP&A, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)